



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ISADORA ROLIM DA SILVA

**DIFUSÃO CULTURAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: revisão sistemática da
literatura**

RECIFE – PE
2022

ISADORA ROLIM DA SILVA

**DIFUSÃO CULTURAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: revisão sistemática da
literatura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação
Memória e Tecnologia

Linha de Pesquisa: Memória da
Informação Científica e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Fábio Assis Pinho

RECIFE – PE

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S586d Silva, Isadora Rolim da
Difusão Cultural em Unidades de Informação: Revisão Sistemática da
Literatura / Isadora Rolim da Silva. – Recife, 2022.
123f.: il.

Sob orientação de Fabio Assis Pinho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, 2022.

Inclui referências e apêndice.

1. Difusão Cultural. 2. Unidades de Informação. 3. Revisão Sistemática
de Literatura. I. Pinho, Fabio Assis (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2022-79)

ISADORA ROLIM DA SILVA

**DIFUSÃO CULTURAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: revisão sistemática da
literatura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 23/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Membro Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva (Membro Externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ao meu Eu do futuro.

Aos meus pais.

Ao meu Orientador, Fábio Pinho.

A todos que, de forma direta ou indireta, estiveram comigo e me apoiaram na concretização deste sonho.

Dedico.

Gratidão, Universo.

AGRADECIMENTOS

Eu não aprendi a caminhar sozinha, não aprendi a falar sozinha, não aprendi nada sozinha. Durante o meu desenvolvimento, sempre houve incentivos, ensinamentos, direcionamentos... E para todos nós foi assim, quanto mais rápido reconhecemos isso, melhor. Sempre haverá alguém, nas diferentes etapas da nossa jornada e em nossos processos, que nos impulsionará com uma palavra, com uma ação ou apenas cedendo o ombro para chorarmos; todos terão sua importância e sua contribuição em nossa ascensão, seja ela, profissional, espiritual, humana.

Durante esses dois anos, eu tive várias pessoas que acompanharam a minha jornada no Mestrado. Todas foram importantes. Eu adoraria poder falar aqui no nome de cada uma delas, mas a quantidade de páginas que surgiria aqui acabaria por converter os agradecimentos no corpo da dissertação, por assim dizer. Desse modo, numa extensão a todas essas pessoas, me dirigirei às que tiveram destaque especial durante esse processo, em sua ordem de aparecimento.

Não poderia deixar de começar pela pessoa mais importante da minha vida, você, **Mainha**, a professora da minha vida toda. Professora de formação, me conduzia pelas ruas de Cajazeiras, com minhas perninhas curtas, até o seu local de trabalho, onde eu me divertia e me encontrava. Resultado: comecei a estudar aos dois anos. Cresci vendo sua força, sua bravura e sua batalha, o que guiou a construção do meu caráter e me pôs sempre à luta, em busca do que sonho. A você sou grata, Mainha, pelas palavras, pelos castigos lendo livros (hoje seria terapia), por acreditar em mim até quando eu não acredito, por ser a mola mestra para que eu realize os meus sonhos, por enxugar minhas tantas lágrimas, por me fazer sorrir quando eu estou desabando. Gratidão, por ser quem você é, minha mãe.

Uma pessoa muito especial me apoiou antes da aprovação, na seleção do PPGCI/UFPE, me incentivando a participar do processo, me ajudando com a revisão do projeto e me acompanhando durante os dois anos de Mestrado: **Faysa de Maria Oliveira**. Nós nos conhecemos ainda durante o curso de Arquivologia; somos egressas da mesma instituição. A você, Faysa, sou grata pelo apoio em todos os momentos em que a busquei; você respondendo, sem nunca dizer não, sempre me estimulando e sendo prestativa.

Eu acredito piamente na frase “**ninguém passa por nossa vida por acaso**”. Os meus encontros com **Anna Carla Queiroz** são a prova disso. O primeiro ainda no curso de Arquivologia, quando ela foi minha professora na disciplina de Documentos Permanentes. Lembro-me nitidamente de quanto foi importante pagar aquela disciplina com você, sabemos o porquê. O segundo foi na seleção do PPGCI/UFPE. Quando a encontrei no corredor do PPGCI no dia da prova da seletiva, eu concorrendo ao Mestrado e você ao Doutorado, senti uma alegria imensa; pra mim foi como um sinal do Universo. Naquele dia, eu terminei as provas confiante; era a minha segunda tentativa de ingressar no PPGCI/UFPE, mas, ali, naquela ocasião, eu senti algo diferente. Resultado: eu passei para o Mestrado, e Anna, a quem chamo carinhosamente desta maneira, passou para o Doutorado. Dali em diante, Anna viria a estar presente em tudo, especialmente durante essa etapa do Mestrado. Sou grata a você, Professora, Colega, Amiga, pelas caronas, pelas palavras de conforto, pelo apoio, pela força, pelos direcionamentos, pelas partilhas... Há quem diga que você é minha âncora, segurança, estabilidade, durante esse processo. Eu concordo.

Como eu disse anteriormente, não caminhamos sozinhos, especialmente na Academia e no desenvolvimento de pesquisas científicas. Neste momento, preciso apresentar outra frase na qual acredito: “**nada é por caso**”. Assim sendo, estou certa de que o meu orientador não foi obra do acaso. **Tinha que ser você**. Confesso que estava nervosa para o nosso primeiro encontro acadêmico. Encontro que não aconteceu. Eis que a pandemia causada pela Covid19 não nos permitiu esse momento físico, assim, a nossa primeira conversa foi no modo virtual, já durante as aulas. A minha primeira impressão? Gostei de cara. Ele tinha o que eu admiro em um(a) professor(a): objetividade, clareza, bom senso, dinamicidade, e vou parar por aqui pra ninguém dizer que estou enchendo a bola dele. Enfim, quero dizer que essas características foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente diante do contexto no qual se desenvolveu. A você, **Fábio Assis Pinho**, a minha gratidão, por seus ensinamentos, pelas vezes que chamou minha atenção, pelos diálogos sérios – mas leves –, pelas orientações que foram a chave e a estrutura para chegarmos até aqui. Também agradeço por sempre se colocar disponível quando eu buscava sua ajuda, por ser o orientador de que eu precisei durante esse processo. Gratidão por tudo. Gratidão Universo (entendedores, entenderão)!

Toda formação necessita de Mestres que nos encaminhem pelas trilhas da informação e do conhecimento e nos conduza às nossas realizações. Posso dizer que tive grandes Mestres e me refiro neste momento especialmente aos que tive a oportunidade de conhecer e com quem aprender durante o Mestrado. A todos vocês, grandes Profissionais da Informação, a minha gratidão pelo conhecimento compartilhado e pela incansável missão de nos ensinar e nos ajudar em nosso percurso formativo dentro deste campo incrível que é a Ciência da Informação.

Quando se inicia uma jornada como essa, os colegas são de suma importância, pois são eles que dão liga aos debates em sala e, juntamente aos professores, contribuem para a construção do nosso conhecimento. Gostaria de citar o nome de cada um de vocês aqui, mas para não incorrer no erro de esquecer alguém, expresso minha gratidão a todos, dizendo que **cada um deixou um traço de sua passagem em minha memória**. Utilizo-me ainda dos nomes das colegas **Anna Carla Queiroz** (mais uma vez), **Sandra Rafaela Silva e Josceline Lira**, nosso G4, para expressar meu reconhecimento. Meninas, vocês foram muito importantes nessa caminhada; saibam que sou muito grata por cada impulso, palavra compartilhada, angústias, risadas e raivas (kkkk...); posso dizer que cresci de um modo incrível junto a vocês.

Toda contribuição é válida quando enriquece o nosso trabalho e consiste em observações dotadas de lógica e aprofundamento. Para tanto, sempre precisamos de pessoas que olhem o nosso trabalho com olhos avaliativos e com vistas a extrair de nós o nosso melhor. Assim, quero agradecer à Banca Examinadora, nas pessoas de **Eliezer Pires da Silva e Márjory Miranda**, que prontamente e tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

De fato, sabe-se que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE não é uma pessoa, mas um composto de pessoas que doam o seu melhor para que este importante Programa funcione – e funcione com a excelência de que somos testemunha. Portanto, sou grata ao Programa e às pessoas que o compõem, por me receberem e por ser caminho para realização de um sonho, o cumprimento de uma meta. Gratidão pela oportunidade.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa, por meio da bolsa de incentivo, a qual foi fundamental para o desenvolvimento e andamento

desta dissertação, especialmente em uma época de incertezas a qual vivemos.
Gratidão.

“É um lugar comum de nosso tempo afirmar que esta nação precisa de cidadãos bem informados. [...] Eu, pelo contrário, proponho que precisamos – em qualquer país verdadeiramente livre – de cidadãos que tenham conhecimento”. (BOORSTIN, 1980, p. 112).

RESUMO

Trata-se este estudo de uma pesquisa exploratória, de procedimento bibliográfico, para o desenvolvimento de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) em torno da temática Difusão Cultural. Objetiva-se dar a compreender o conceito da Difusão Cultural nas Unidades de Informação, a partir da produção científica brasileira. Em termos específicos, pretende-se: Mapear as produções científicas que abordam a temática da Difusão Cultural nas Unidades de Informação; Estabelecer conexões e divergências sobre a Difusão Cultural nas áreas profissionais que compõem as Unidades de Informação e; Discutir os aspectos epistêmicos da Difusão Cultural e sua aplicação no contexto das Unidades de Informação. Quanto ao ponto de vista metodológico, utiliza-se a RSL, pois se trata de um método auditável, reproduzível, imparcial e que reduz o número de vieses da pesquisa, a partir de caminhos metodológicos explícitos e pré-definidos, com base em um protocolo de pesquisa para obtenção dos dados. Conclui-se que as atividades de Difusão Cultural são ferramentas de disseminação da informação a serem executadas pelo profissional da Informação, com aplicação de atividades lúdico-educativas, estruturadas, dialógicas e assertivas, de acordo com o estudo de perfil do usuário, com vistas a alcançar esse usuário de modo positivo, agindo sobre ele na construção do conhecimento, na apropriação da informação e da cultura, contribuindo para geração de mais informação e conhecimento, para o despertar social, sentimento de pertencimento e divulgação das UI e reconhecimento de seu papel e importância na sociedade.

Palavras-chave: Difusão Cultural; Unidades de Informação; Revisão Sistemática de Literatura.

ABSTRACT

This is an exploratory research, with a bibliographic procedure, for the development of a Systematic Literature Review (SLR) on the theme Cultural Diffusion. The objective is to provide an understanding of the concept of Cultural Diffusion in Information Units, based on Brazilian scientific production. In specific terms, the objective is to map the scientific productions that approach the theme of Cultural Diffusion in Information Units, establish connections and divergences about Cultural Diffusion in the professional areas that make up the Information Units and discuss the epistemic aspects of Cultural Diffusion and its application in the context of Information Units. As for the methodological point of view, the SLR is used because it is an auditable, reproducible and impartial method that reduces the number of research biases from explicit and pre-defined methodological paths through a research protocol to obtain the data. Therefore, it is concluded that Cultural Diffusion activities are information dissemination tools performed by the information professional through playful-educational, structured, dialogic and assertive activities, according to the user profile study, in order to achieve it in a positive way, acting on it in the construction of knowledge, in the appropriation of information and culture, contributing to the generation of more information and more knowledge, to social awakening, to the feeling of belonging and to the dissemination of IUs, as well as its role and relevance in society.

Keywords: Cultural Diffusion; Information Units; Systematic Review of Literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Operadores booleanos	73
Figura 2 –	Software StArt	74
Figura 3 –	Identificação das pesquisas recuperadas nas bases de dados	81
Gráfico 1 –	Identificação das pesquisas recuperadas nas bases de dados	82
Gráfico 2 –	Resultado da etapa de seleção dos estudos no software StArt	82
Figura 4 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural	94
Figura 5 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Início do mapa)	96
Figura 6 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Arquivologia)	97
Figura 7 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Biblioteconomia)	98
Figura 8 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Museologia)	99
Figura 9 –	Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Práticas de Difusão Cultural)	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Objetivos Específicos	25
Quadro 2 –	Atividades de Difusão Cultural	54
Quadro 3 –	Principais diferenças entre revisão narrativa e revisão sistemática	69
Quadro 4 –	Núcleo de etapas no desenvolvimento de uma revisão sistemática	71
Quadro 5 –	Critérios para inclusão e Exclusão de Estudos	74
Quadro 6 –	Itens para extração de dados	78
Quadro 7 –	Objetivos específicos e suas ações de alcance	79
Quadro 8 –	Caracterização e quantificação dos tipos de estudos	84
Quadro 9 –	Caracterização quanto à área dos estudos	85
Quadro 10 –	Identificação dos estudos selecionados	85
Quadro 11 –	Categorização dos estudos selecionados	90
Quadro 12 –	Usos dos estudos selecionados	91

LISTA DE SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
DC	Difusão Cultural
GTs	Grupos de Trabalhos
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LaPES	Laboratório de Engenharia de Software
PRSL	Protocolo de Pesquisa da Revisão Sistemática de Literatura
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
StArt	State of the Art through Systematic Review
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UI	Unidade de Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	OBJETIVOS	25
1.1.1	Objetivo Geral	25
1.1.2	Objetivos Específicos	25
2	O PAPEL SOCIAL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	26
2.1	OS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTO DENTRO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	26
2.2	A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	30
2.3	O ARQUIVO E SEU PAPEL SOCIAL	31
2.4	A BIBLIOTECA E SEU PAPEL SOCIAL	35
2.5	O MUSEU E SEU PAPEL SOCIAL	41
2.6	APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS ENTRE O PAPEL SOCIAL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	46
3	DIFUSÃO CULTURAL: COMPREENSÕES ACERCA DOS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E SUA PRESENÇA NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	51
3.1	ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA DIFUSÃO CULTURAL	51
3.2	AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NOS ARQUIVOS	58
3.3	AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS	60
3.4	AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NOS MUSEUS	63
3.5	PONTOS EM COMUM QUANTO À DIFUSÃO CULTURAL NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	65
4	MÉTODO	67
4.1	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL): COMO DESENVOLVER?	70
4.2	ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL)	72
5	RESULTADOS	80
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	81
5.2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS	83

5.3	CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS	90
5.4	COMPREENDENDO A DIFUSÃO CULTURAL: MAPA MENTAL	92
5.4.1	Compreensões em torno da Difusão Cultural a partir do Mapa Mental	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	116

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Informação (Bibliotecas, Arquivos e Museus) são organizações sociais de contextos culturais, científicos e educacionais que custodiam documentos em seus mais diversos suportes. Essas Unidades assumem a função social de prestação de serviço como promotoras e incentivadoras do uso da informação, desempenhando um papel importante na construção do conhecimento do indivíduo bem como na construção do sentimento de pertencimento deste indivíduo aos domínios social, cultural e informacional. Cada Unidade de Informação (UI) possui características, finalidades, profissionais e serviços específicos; no entanto, têm como objetivos promover acesso, uso e reuso da informação, lidar diretamente com o usuário e servir à sociedade. Os profissionais das UIs atuam em uma profissão cuja essência deve manter viva e útil a memória da instituição. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades que possam promover os serviços ofertados por essas Unidades de Informação e seus acervos, de modo a colocá-las frente ao seu papel social de promover acesso e uso da informação custodiada.

São diversas as ações efetuadas para que haja essa promoção de informação e manutenção da utilidade memorialística e informacional dessas instituições, desde a aquisição/produção de documentos, classificação, passando pela gestão, conservação, preservação, até chegarem à disseminação. Detemo-nos aqui a falar sobre uma delas especificamente – a disseminação. Faremos isto nos referindo não apenas à transferência de dados e informações mas também como um processo capaz de construir conhecimento, através de uma estrutura significativa (BARRETO, 1994) que leve em consideração o meio e a forma de comunicar. Propomo-nos, então, a falar sobre algo que cumpre com seu indispensável papel social dentro das UI, tendo em vista a comunicação do conhecimento ao usuário, a partir da participação desse sujeito no processo de construção do conhecimento, com base no desenvolvimento das atividades de disseminação da informação, ou seja, da Difusão Cultural (DC), nosso objeto de pesquisa.

Para se trabalhar com o termo Difusão Cultural, faz-se mister pensar o seu significado para uma compreensão geral do termo, embora, para isso, tenhamos de

fazer uma abordagem por partes. A começar pela definição do primeiro termo, Difusão, encontramos em um dicionário de Língua Portuguesa a seguinte definição: o “ato ou efeito de difundir(-se); estado do que é difuso”. Sobre *difuso*, temos: aquilo que “se espalha largamente por todas as direções; disseminado, divulgado, abundante em palavras; prolixo, difusivo” (HOUAISS, 2009). Já o segundo termo é o vocábulo *cultural*, que estabelece relação com o termo “cultura”, o qual possui definição relativa e tem caráter inter, trans e multidisciplinar, tendo em vista que muitas áreas do saber recorrem a esse termo da maneira que lhe seja cabível. Assim, partimos das definições de Cuche (2002) e Von Simson (2000) para compreensão do termo *cultura*, que entendemos como sendo um construto de saberes, unidos através de seu acúmulo e transmissão, pela humanidade ao longo do tempo, os quais possuem valor representativo e de construção de saber e identidade que, semelhantes à memória social, servirão como experiência e informação para o futuro.

Posto isto, compreendemos a Difusão Cultural como ação promotora e oportuna para as manifestações culturais locais e de conhecimento informacional e histórico cultural. Quanto às Unidades de Informação, podemos dizer que têm o compromisso de: a) disponibilizar a informação documental ao receptor; b) disponibilizar a informação, promover o acesso, uso e reuso; c) realizar “o ato de comunicar à sociedade os acervos, instigando-a a[*sic*] pesquisa” (PORTELLA, 2012, p. 26). Trata-se da realização de atividades que divulgam os serviços oferecidos por UI, disseminando a informação ali existente com vistas a atrair os usuários para a diversidade de conhecimento, cultura e memória contida em tal ambiente social/informacional e sensibilizá-los de quão fundamental são essas entidades e a documentação por elas custodiadas, levando em consideração que tais entidades são organismos sociais vivos que detêm patrimônio documental/cultural/informacional da sociedade, promovendo, ainda, a construção do conhecimento a partir da ação desenvolvida dentro do contexto da Difusão Cultural.

Nesse sentido cultural da ação humana é que enxergamos a Difusão Cultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, especialmente no que diz respeito à guarda e busca pelos registros produzidos pelo sujeito. O ser humano é um sujeito histórico e cultural e, neste sentido, externa suas experiências, sua cultura, para si e para os próximos, produz conhecimento, registra, guarda, busca e disponibiliza a informação produzida para construção de uma sociedade, cultura, política,

pertencimento – essa “ação humana” torna-se o ponto matricial para a fundação de Arquivos, Museus e Bibliotecas (ARAÚJO, 2014). Assim, visualizamos a Difusão Cultural como ponto de diálogo entre as três áreas supra citadas.

A Difusão Cultural pode ser pensada ainda a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tendo em vista que, para o desenvolvimento de suas atividades, é necessária uma integração de saberes não apenas da área da Informação mas também da Comunicação, entre outras, a depender do tipo de atividade a ser desenvolvida. A perspectiva interdisciplinar se apresenta, então, como um dos pontos de aproximação que nos permite enxergar Difusão Cultural como ferramenta que possa se encaixar na organização e distribuição da informação, uma das claras preocupações e atuações dentro do contexto da Ciência da Informação (CI).

Tecendo relações com outras áreas do conhecimento, a CI revela seu caráter interdisciplinar e nos permite sair da ideia de fragmentação, partindo para o sentido de integração, articulação e inter-relação de saberes. É nesse contexto que Araújo (2014) nos apresenta a possibilidade de diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, onde a CI tece o conceito da informação, transformada em conhecimento, como relação entre possibilidades e áreas evocando uma dimensão social.

É no sentido pragmatista, social e hermenêutico da CI que compreendemos a informação como fenômeno humano, uma força construtivista na sociedade, através dos estados mentais, (HJØRLAND, 2002; CAPURRO, 2003) que nos permite analisar a informação nas instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas em seus amplos aspectos, desde a atuação técnica do profissional até as funções e atividades desenvolvidas pela instituição, em especial a disseminação, tendo em vista que a informação deve ser construída através do processo de comunicação.

É com o intuito de abordar exatamente uma das funções das Unidades de Informação e atuação da CI (a promoção de acesso, uso e reuso) por meio das atividades Difusão Cultural que se desenvolve esta pesquisa, buscando estabelecer um diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com a propositura de compreender o conceito das atividades de Difusão Cultural nas Unidades de Informação no Brasil, a partir das pesquisas brasileiras desenvolvidas nas três áreas.

Para alcançar essa propositura, elegemos a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como caminho para mapear essas pesquisas e trabalhar o conceito de Difusão Cultural, analisando como se dá esse conceito, suas variações, atividades e aplicação em cada área. Optamos pela RSL, pois acreditamos que o caminho científico, informacional e do conhecimento se faz através das contribuições da produção humana disponível para a sociedade. Assim, apoiados pela RSL, não apenas trazemos um apanhado da produção científica no Brasil sobre o assunto mas ainda disponibilizamos o caminho para que mais pesquisadores possam encontrar essas produções e até ampliar esta revisão, contribuindo, portanto, para a construção científica da área. Acreditamos ainda que a temática desta RSL se coaduna com pelo menos uma (e até mais) das atividades inerentes ao profissional da Informação, qual seja a de tornar acessível a informação para construção do conhecimento. Assim, o objetivo principal da pesquisa é “Compreender, o conceito de Difusão Cultural nas Unidades de Informação, a partir das produções científicas brasileiras”.

Tendo uma ampla disseminação no campo das Ciências da Saúde, a RSL tem sua história demarcada no século XX, tendo mais visibilidade apenas a partir da década de 90, com a fundação do Centro Cochrane do Reino Unido e uma publicação no *British Medical Journal* dedicada à disseminação de revisões sistemáticas, bem como com as duas primeiras teses que tinham como cerne revisões sistemáticas, uma no Brasil e a outra na Inglaterra, todos os eventos datados do ano de 1992 (RIERA; ABREU; CICONELLI, 2006).

Ainda que tenha maior disseminação na área acima citada, a RSL é adotada em diversas áreas e finalidades, tendo em vista que sintetizam evidências, são via de resumo sobre intervenções e aplicações, encorpando grandes quantidades de estudos e resultados sobre determinado assunto, proporcionando novos direcionamentos nas áreas de pesquisas (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Nas Ciências Sociais, o número de aplicações de RSL tem aumentado consideravelmente, informação esta que podemos comprovar pelos dados trazidos por Fonseca e Sánchez-Rivero (2019) os quais atestam que, entre os anos de 2000, com 25 aplicações de RSL, a 2019, com 1.627 aplicações de RSL, houve um aumento de 1.602 publicações com adoção do método no quadro de dezenove anos.

Segundo Lopes e Fracolli (2008, p. 772), a RSL é “como uma síntese de estudos primários que contém objetivos, materiais e métodos claramente explicitados e que foi conduzida de acordo com uma metodologia clara e reproduzível”. Assim, ainda que a RSL se utilize de fontes de informação bibliográficas e eletrônicas, distingue-se das revisões de literatura tradicionais, tendo em vista que se constitui de uma sequência metodológica, clara, padronizada e explícita, o que permite que a RSL seja reproduzível. Esse tipo de revisão propõe-se a ser exaustiva, buscando encontrar o maior número possível de pesquisas relevantes que consigam responder à questão norteadora da RSL – *Como as pesquisas brasileiras apontam o conceito da Difusão Cultural nas Unidades de Informação?* –, seguindo etapas previamente definidas. Essas pesquisas serão apresentadas, neste nosso estudo, através da meta-síntese.

A relevância da pesquisa encontra-se no diálogo que se pretende estabelecer sobre a Difusão Cultural, considerando-a como ação que promove a disseminação da informação, contribuindo para a área da Ciência da Informação no que concerne à disponibilização da informação, tendo em vista que esta Ciência estuda o fenômeno informacional nas mais diversas áreas, desde sua produção até o acesso, uso e reuso pelo usuário. Além disso, é uma pesquisa reproduzível e que abre caminhos para o desenvolvimento de outros estudos afins a essa temática, trazendo ainda o caráter interdisciplinar em seu desenvolvimento, haja vista que a RSL levará em consideração pesquisas desenvolvidas na CI e em outras três áreas do conhecimento – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

O interesse pela Difusão Cultural surgiu ainda na graduação, quando, na construção do saber, se faziam discussões sobre a necessidade da disseminação dos acervos, mas não se encontravam nortes para promoção dessa disseminação. Além do mais, era perceptível quanto as atividades de difusão eram por vezes deixadas para segundo plano pelos profissionais da Informação. Por outro lado, quando dentro dos planejamentos de ação como atividade de primeiro plano, não se observava uma forma de comunicar que fosse além da simples promoção dessa atividade.

Com o decorrer do tempo e amadurecimento enquanto profissional e através de algumas experiências práticas, me dei conta de quanto as atividades de Difusão Cultural possuem em si uma essência não apenas de promoção da instituição mas também educadora, de construção do conhecimento, de promoção de acesso, uso e

reuso da informação ali disposta. Passei a considerá-la como objeto de estudo e buscar cada vez mais sentido para o desenvolvimento de atividades dessa natureza dentro de Unidades de Informação, observando a necessidade de se estabelecerem diálogos entre diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Arquitetura, Arquivologia, Ciência da Informação, Comunicação, Biblioteconomia e Museologia. Como resultado dessa observação, percebi o caráter interdisciplinar do termo e a necessidade de compreendê-lo no contexto conceitual e prático nas UI.

É a partir disto que sediamos esta pesquisa na Ciência da Informação, pela importância da compreensão do trato da informação no sentido de sua disseminação, em uma perspectiva interdisciplinar que traz a compreensão da Difusão Cultural nas áreas que envolvem sua prática nas Unidades de Informação.

A pertinência a este Programa se dá em sua abordagem com relação a uma atividade que deve estar incluída no perfil de primeiro plano do profissional da Informação, cumprindo com um dos compromissos das atuações da CI.

No que diz respeito à linha de pesquisa indicada, *Memória da Informação Científica e Tecnológica*, esta pesquisa se adequa e é pertinente ao seu escopo, pois atende à especificidade da “produção de conhecimento como um fenômeno de construção, preservação, conservação e proteção da memória da cultura científica como bem socioeconômico, motor do progresso cultural da sociedade”, tendo seu foco nas Unidades de Informação como entidades representantes para salvaguarda da cultura, memória e representação social e adotando a RSL como caminho de construção de produções científicas. Assim sendo, está atendendo, também, ao tema abordado na linha de pesquisa, intitulado de “Informação, Cultura e Memória”.

Para a sociedade, a pesquisa torna-se pertinente por trazer uma temática que abrange um dos serviços ofertados ao usuário pelas Unidades de Informação, serviço que se constitui de ações e conhecimentos de fins informativos, culturais, sociais, profissionais e acadêmicos, que devem ser desenvolvidas pensando principalmente na comunidade usuária, ou seja, no atendimento às suas necessidades informacionais.

Esta dissertação constitui-se de seis seções seguintes a esta Introdução. Na seção 2, se discorre sobre o papel social das Unidades de Informação (Arquivo, Biblioteca e Museus), a partir de uma ponte historiográfica que nos permite visualizar como era a atuação de cada UI no decorrer da história até os dias atuais, estabelecendo, assim, o entendimento do papel social de cada uma, identificando as

aproximações entre essas UIs e apontando a Difusão Cultural como ponto chave para o cumprimento de seus papéis sociais.

Na seção 3, se estabelecem discussões em torno das compreensões acerca dos aspectos epistemológicos da Difusão Cultural e sua presença nas Unidades de Informação, utilizando-se de 3 subseções específicas para discorrer sobre a DC no Arquivo, na Biblioteca e nos Museus. Há ainda uma última subseção que aborda os pontos em comum sobre a Difusão Cultural nestas três Unidades de Informação.

A seção 4 aborda o percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, apontando o uso da Revisão Sistemática da Literatura como ponto chave da pesquisa, estabelecendo as etapas para o desenvolvimento da RSL e como cada uma delas deve acontecer.

Já na seção 5, há a apresentação dos dados coletados na pesquisa, bem como a discussão em volta desses dados e as compreensões sobre a Difusão Cultural; está seguida da seção 6, onde são tecidas as considerações finais. Ao final, apresentamos como apêndice o protocolo de desenvolvimento da RSL.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender, o conceito de Difusão Cultural nas Unidades de Informação, a partir das produções científicas brasileiras.

1.1.2 Objetivos Específicos

Quadro 1 – Objetivos Específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODOS DE ALCANCE
Mapear as produções científicas brasileiras que abordam a temática da Difusão Cultural nas Unidades de Informação.	Buscas nas bases de dados: SCIELO; IBICT; BDTD; Web of Science e BRAPCI; para o desenvolvimento da parte teórica.
Aplicar o método de Revisão Sistemática da Literatura.	Critérios pré-estabelecidos, seguindo as orientações científicas para o desenvolvimento do método.
Estabelecer conexões e/ou divergências entre os conceitos nas áreas profissionais que compõem as Unidades de Informação.	Apresentação das considerações das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no que concerne às atividades de Difusão Cultural em cada área, a partir da construção de um mapa mental.
Identificar os aspectos epistêmicos da Difusão Cultural e sua aplicação no contexto das Unidades de Informação.	Buscas por produções científicas para o desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: A pesquisa.

2 O PAPEL SOCIAL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

As Unidades de Informação enquanto instituições são dotadas de sentido e contribuições para sociedade, na construção de identidade e produção do conhecimento. Tendo isto claro, esta seção objetiva compreender o papel social das Unidades de Informação (arquivo, biblioteca e museu), a partir de seus aspectos singulares e transformações pelas quais passaram para o seu desenvolvimento até chegarem aos padrões como as conhecemos hoje.

Para tanto, consideramos necessário antes abordar o conceito de informação e documento na Ciência da Informação bem como o papel social desta Ciência que, com seus estudos sobre os processos informacionais, abrange as áreas científicas que envolvem as Unidades de Informação.

2.1 OS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTO DENTRO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para abordar o papel social das Unidades de Informação (UI), entendemos que há a necessidade de tratar primeiramente as partes, para chegar ao todo (DESCARTES, 2010). Assim, percebemos a importância de percorrer, ainda que de modo elementar e retilíneo, os conceitos de informação e documento dentro da Ciência da Informação (CI), objetos estes que constituem os arquivos, bibliotecas e museus bem como objetos de estudo das áreas que envolvem as três UIs: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

De forma simples e dúbia, o conceito de informação geralmente está ligado ao seu uso; assim, pode ser entendida como o ato de informar e/ou informar-se. Para a CI, o conceito de informação é ambíguo e é estudado não apenas em uma perspectiva singular, mas sim levando em conta contextos e processos informacionais, visando investigar o comportamento usual da informação, pois para a CI a informação é uma “força construtiva na sociedade” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151), necessitando, pois, de compreensão do conceito dos sistemas de informação, de gestão, tratamento e comunicação adequada, tendo em vista sua grande relevância, especialmente na sociedade contemporânea, onde a produção

de informação tem crescido e avançado juntamente com os meios de produção e comunicação informacional.

Para tratar do termo informação, a CI leva em consideração os usos e contextos aos quais esse termo se aplica, trazendo, para o cerne da discussão conceitual, a busca, os sistemas e os serviços de informação (ARAÚJO, 2010). Entre as teorias que envolvem a CI e o conceito de informação, entendemos esta última – a informação – a partir de três pontos: o físico, o cognitivo e o social, considerados por Capurro (2003) também como paradigmas dentro da CI.

O paradigma físico diz respeito à materialidade da informação, e tem suas raízes na *Teoria Matemática da Informação*, de Claude Shannon e Warren Weaver (1975). A informação é vista no paradigma físico no sentido de sua recuperação, a partir de métodos e sistemas informacionais que garantam que o registro de um emissor chegue a um receptor através dos motores de busca, sem, no entanto, considerar o usuário no processo. A informação é vista como algo tangível, “informação como coisa”, quando se relaciona ao sentido de dados e documentos em seus mais variados suportes e processamentos de dados (BUCKLAND, 1991).

Ao se pensar no paradigma cognitivo, a informação não é considerada apenas em sua dimensão física – ela é pensada levando em conta o lado cognoscível do sujeito, ao que Capurro (2003) chama de *entendimento dos processos informacionais do usuário* a partir do contato com informação. Neste paradigma, os processos informacionais são pensados de acordo com a necessidade do usuário e de como ele compreende essa informação, objetivando recuperá-la, de modo que atenda às necessidades da busca e que resulte em uma informação objetiva (CAPURRO, 2003).

Já o paradigma social entende a informação como uma construção, considerando nos processos informacionais o usuário e o seu estado cognoscível. Neste paradigma, os sistemas informacionais e o que é definido como informativo leva em conta os processos históricos, sociais, culturais e científicos, para compreender o comportamento informacional do usuário, respeitando seus pensamentos e linguagens na organização do conhecimento (HJORLAND 2000). Aqui se dá o conceito intersubjetivo da informação, pensada não em um sentido individual, mas coletivo, contexto onde o usuário é inserido nas organizações sociais e nos domínios do conhecimento (CAPURRO, 2003).

Vistas as três perspectivas de entendimento da informação na CI e entendendo-as não como oposições, mas como avanço nas discussões sobre o termo e sua usabilidade bem como as enxergando no sentido de complementaridade, definimos *informação* como tudo aquilo que representa algo – independente do suporte de registro – e que, ao ser receptada e processada, coloca o usuário em sintonia com o contexto científico, social, histórico e/ou cultural, causando, assim, alterações no processo informativo e cognitivo do sujeito, estabelecendo relações e gerando um conhecimento que posteriormente também produzirá informação. Ou seja, informação é conhecimento registrado – e conhecimento é informação processada que leva a sociedade ao desenvolvimento.

O pensamento de Linares (2005) também fundamenta o nosso entendimento sobre este assunto, especialmente dentro do contexto da nossa pesquisa, quando aborda a informação no que diz respeito aos processos informacionais com a atenção voltada para o usuário e os efeitos dessa informação sobre o usuário, através da comunicação da informação e da construção do conhecimento.

Postas as considerações sobre o entendimento do que é informação e observando que a CI considera que o uso desse objeto acontece a partir de sua forma documentada, consideramos relevante abordar a compreensão do que vem a ser *documento* na CI.

Enquanto sujeitos ativos na sociedade, convivemos com a produção de informações e com documentos que permeiam a nossa existência. Comumente estes dois artefatos aparecem atrelados entre si, no sentido de que a informação encontra-se registrada no documento e que este é o seu aspecto físico, independentemente de seu suporte. Estamos a todo tempo produzindo informação, documentando-a e acumulando-a de acordo com seus fins, seja por questões culturais, memorialísticas ou burocráticas. É a produção documental que registra e testemunha a história, a cultura e o campo científico de uma sociedade, tornando-se fonte de construção social e intelectual, produzindo mais informação e gerando conhecimento.

Para a CI, as discussões em torno do documento se dão a partir do que Buckland (1991) chama de “movimento documentalista”. Essas discussões começam com Paul Otlet (1934) em *Traité de Documentation*, publicação em que o autor expõe a necessidade da ampliação do conceito de documento para além do texto escrito, atribuindo valor documental a qualquer objeto produzido por ação

humana com o intuito de informar, garantindo, então, ao objeto um caráter de objetividade, no sentido positivista (RABELLO, 2011). Essa ampliação abre ao conceito de documento um leque de suportes, tipologias e espécies documentais. Apesar da valorosa contribuição de Otlet, o caráter objetivo dado ao documento necessitava de um olhar distinto sobre o que é documento, partindo do pensamento de que nem tudo nasce com caráter documental.

Neste sentido, Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, trazendo o caso do fabuloso antílope, apresenta considerações relevantes sobre o documento como evidência e as evidências físicas documentais organizadas e registradas. Desse modo, qualquer objeto poderia ser documento, desde que seja agregado a ele este valor e esteja imbuído de materialidade, intencionalidade e organizado em um sistema. Assim, o documento é definido, levando em consideração a prática hermenêutica e subjetiva do sujeito a partir de um contexto, cultural, social, histórico e/ou científico (RABELLO, 2011).

À vista das contribuições de Otlet e Briet e das discussões sobre o documento na área, consideramos que, na CI, para que um objeto seja considerado documento, é preciso que possua valor representativo, trazendo, conseqüentemente, uma potencialidade de informação e evidência (BUCKLAND, 1991), pois tudo é informativo, mas o que determina o grau de informatividade é o ponto de vista e situações específicas pelo qual o objeto é observado. Dados os seus potenciais informativos, passa a ser documento, “e se forem julgados coletivamente importantes, são coletados, organizados, recuperados e disseminados por arquivos, bibliotecas, museus, periódicos, bancos de dados, e outros tipos de instituições de memória” [tradução nossa] (HJORLAND, 2002).

Em outras palavras, o documento (que pode ser físico ou digital) é um objeto com valor informativo (o que lhe pode ser atribuído no seu momento de criação ou posteriormente) capaz de gerar discursos. Seu valor simbólico será definido através dos contextos científicos, sociais, institucionais e histórico-culturais, ou seja, refere-se à materialidade da informação e utilidade social. Dado o caráter documental, são conduzidos a uma Unidade de Informação (definida pela utilidade social do documento) que o irá custodiar, tratar, gerir, preservar e, por fim, disseminá-lo.

2.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Considerada a “sociedade da informação”, a sociedade contemporânea tem sido grande produtora de conhecimento científico e observado os implementos tecnológicos avançarem em decorrência do desenvolvimento social oportunizado por este conhecimento. Sendo a informação a “força construtiva na sociedade”, como postulam Capurro e Hjørland (2007), subentende-se que esta precisa encontrar-se acessível, a fim de que, assimilada por um sujeito, transforme-se em conhecimento e, conseqüentemente, em contribuição social, seja como produções científicas, força de trabalho, insumos à saúde, educação, economia, entre as infinitas possibilidades que a construção de conhecimento propõe.

Para que a informação esteja acessível, é preciso conhecer todos os processos que a envolvem e promover meios e ações para que ela seja disponibilizada. Nisto enxergamos a preocupação da CI com o desenvolvimento humano-cognitivo da sociedade, enquanto ciência comprometida com aspectos, processos e comportamentos informacionais, desde a produção, passando pela recuperação até chegar à disseminação da informação.

Os estudos na área da CI têm contribuído nas perspectivas da organização e representação do conhecimento, da gestão, circulação, Mediação da Informação, de sua política e economia, da informação no contexto cultural, memorialístico, educacional, tecnológico e na saúde, visando promover acesso e uso de informações de qualidade, contribuindo, sobremaneira, com as mais diversas áreas científicas. Essas linhas de produção de pesquisa da CI podem ser comprovadas a partir do GTs da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Essa disponibilização de serviços e pesquisas para atender às demandas informacionais não só ligam a CI às diversas áreas do conhecimento mas atende especialmente às áreas correlatas (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia), as quais também atuam diretamente com a informação. Essa atuação se dá em contexto público e de construto social, no que se refere às Unidades de Informação, reforçando as ações informacionais, caracterizando o seu papel social de “facilitar a comunicação de uma mensagem entre um emissor e um receptor humano” (FREIRE e ARAÚJO, 1999, p.10), compreendendo a informação como agente transformador

da capacidade de agir e pensar do indivíduo, tornando-o em um sujeito cada vez mais ativo na sociedade e capaz de transformar o seu meio.

É nesse quadro que compreendemos a responsabilidade social da CI, um compromisso constante com a sociedade no geral: o de ter a informação como objeto de estudo, facilitando e promovendo o acesso à informação transcendendo as barreiras comunicacionais, abrindo caminhos para a comunicação e construção do conhecimento, elemento transformador do sujeito e da sociedade. Desse modo, concordamos com Dantas e Garcia (2013), quando postulam que a responsabilidade social é, na verdade, o fundamento da atuação da CI.

2.3 O ARQUIVO E SEU PAPEL SOCIAL

O Arquivo constitui-se como instituição de informação e memória. É o responsável pela salvaguarda de documentos que trazem, em suas estruturas, o poder de testemunho sobre os fatos que dizem respeito a história, memória e relações administrativas, de direito e de poder da sociedade. O documento é matéria-prima de poder da sociedade, sobre a memória, o presente e o futuro – é o que permanece (LE GOFF, 1990). É nesse reconhecimento de poder da informação documentada que podemos enxergar a origem do Arquivo.

Cogita-se que a origem dos arquivos enquanto instituição tem suas raízes ainda a.C., nas civilizações mesopotâmicas, a exemplo da cidade de Elba (2400-2250 a.C.), atual Tell Mardikh, na Síria. Durante as escavações, foram encontradas tabuinhas com textos de diversas naturezas (política, administrativa, comercial, jurídica, religiosa...), que já evidenciavam um cuidado com a autenticidade; as tabuinhas apresentavam uma estrutura diplomática considerada eficiente e eficaz, a qual influenciou as épocas medieval e moderna (SILVA *et al.*, 1998). Esses arquivos serviam às classes governantes e localizados em templos e palácios. Segundo Bellotto, “entre os povos sumérios, egípcios, assírios e babilônios, os arquivos estavam exclusivamente a serviço das autoridades, eram arquivos reais, religiosos, diplomáticos, onde se achavam leis, tratados, normas e preceitos” (BELLOTTO, 2002, p. 13).

A civilização grega é um outro marco que demonstra a presença dos Arquivos como instituições e nos leva a compreender seu papel na sociedade, quando, por volta do século V a.C. os atenienses armazenavam os documentos considerados de grande valor no Metroon (templo da deusa Mãe), que ficava na praça pública junto à Corte da Justiça, os quais foram conservados e transmitidos até o séc. III d.C. (SCHELLENBERG, 2006). Esses Arquivos também serviam às classes governantes e localizavam-se em templos e palácios.

Roma também se destaca quando, em 509 a.C., cria o primeiro arquivo romano e traz grandes contribuições no que concerne à organização dos arquivos, como a ordenação e o método numérico-cronológico, sendo ainda a primeira civilização a criar uma espécie de Arquivos setoriais, quando, além dos Arquivos Centrais, institui os Arquivos dos Governadores provinciais. Surge nessa época uma determinada abertura dos Arquivos aos cidadãos através dos Arquivos Notariais.

Nesse percurso, não podemos deixar de falar sobre os Arquivos na era medieval, quando, com a queda do Império Romano, a Igreja passa a ser detentora do saber e toma para si o gerenciamento da informação, ficando os chamados Arquivos Eclesiásticos incumbidos da guarda dos documentos não só da Igreja como também de instituições públicas e privadas.

O acesso a esses documentos era centralizado, restrito a pessoas que ocupavam lugar de poder e beneficiava principalmente a Igreja. Iniciam-se, ainda, as práticas de registro e regras de gestão bem como a introdução de profissionais especializados para tratar da documentação.

À luz da modernidade, se dá o que chamamos de eficácia e autonomia nas esferas políticas, econômicas e culturais. Assim, surgem o Estado do Direito e suas divisões administrativas, as técnicas avançadas de gestão, o exercício da democracia, a ampliação de direitos, a livre mobilidade dos fatores de produção, a liberdade do uso da razão, o trabalho assalariado, entre outros avanços sociais, os quais, à medida que cresciam, aumentavam a produção de documentos e sua variação tipológica (SCHELLENBERG, 2006). Esses avanços foram caracterizados também pelo surgimento dos atos burocráticos que foram necessários para estabelecer uma organização social. Desse modo, crescia a produção de documentos e a necessidade de instituições arquivísticas para lidar com os problemas da administração pública; em suma, instituições que tivessem técnicas ou

procedimentos que atendessem aos ideais de modernidade e democracia dessa administração pública.

Nesse aspecto, Jardim (1999) afirma que a informação arquivística, nesse momento, refletia a construção de uma racionalidade estatal, constituindo-se em um mecanismo de legitimação do Estado. Denominamos essa época como o período do Arquivo para o Estado. Ainda nessa época, o Arquivo ganha “um novo estatuto fazendo com que passasse a ser um meio de pesquisa histórica, originando documentos de cariz acadêmico” (PORTO, 2013, p.18). Mesmo assim, observamos uma centralidade no que diz respeito ao acesso aos Arquivos e aos documentos custodiados.

Do fim da Idade Moderna para o início da Contemporaneidade, os Arquivos começam a ganhar novo tratamento quanto à sua organização e acesso do público: “ocorre uma certa abertura dos arquivos públicos aos cidadãos e se procede à reunião da documentação oficial” (BELLOTTO, 2002, p. 14). Podemos dizer que a forma como enxergamos o Arquivo hoje tem suas raízes na Revolução Francesa, quando, em 1789, a Assembleia Nacional cria um Arquivo para guarda e exibição dos seus atos. Esse Arquivo, mais tarde, a partir de um decreto publicado em 1790, torna-se o Arquivo Nacional de Paris, sendo este o primeiro Arquivo Nacional do mundo, onde “deveriam ser guardados os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e mostravam suas glórias” (SCHELLENBERG, 2006, p. 26). Observamos, nessa ação governamental, a implantação da centralidade dos arquivos do Estado.

Discussões surgiram em torno da função do Arquivo sobre guardar apenas os documentos da “Nova França”. Questionava-se o que deveria ser feito com os documentos restantes do antigo regime, que possuíam grande riqueza informacional e trazia registros que marcaram a história da sociedade até aquele momento, a exemplo de documentos do Conselho Real e da Curia Régis. Em meio a isso, os revolucionários mais radicais se colocavam a favor da destruição desses documentos, enquanto os mais conservadores defendiam sua preservação e guarda, considerando que os documentos eram de domínio público e que a população deveria ter acesso e possibilidade de investigação da documentação (SCHELLENBERG, 2006).

Dentro deste quadro, foi publicado um decreto, em 25 de junho de 1794, o qual estabeleceu a administração dos arquivos públicos, dando ao Arquivo Nacional

jurisprudência sobre todos os documentos dos órgãos do governo central, os quais tinham seus próprios locais de guarda, dando origem ao que hoje chamamos de Arquivos Setoriais. O Decreto também legalizava o acesso aos documentos públicos, para usos culturais e para proteção dos direitos públicos (SCHELLENBERG, 2006, p. 26).

É na Contemporaneidade, à luz do “boom informacional” e, consequentemente, documental, que vemos a implantação das práticas de arquivo como de fato são hoje. Com a grande produção documental e avanços tecnológicos, surgem as necessidades de atualização dos serviços de informação e novas responsabilidades sobre a documentação; com isso, são desenvolvidas novas técnicas de gestão de documentos, normas, legislações, suportes e modos de produção da informação.

Vemos ainda o surgimento da Arquivística como disciplina e campo autônomo do conhecimento (tema sobre o qual não iremos nos aprofundar aqui, pois não atende ao que pretende a pesquisa), que rege a gestão da informação orgânica dos Arquivos em seu valor primário e secundário, sendo marcada principalmente pela publicação do chamado “Manual dos Holandeses”, considerado o mais importante manual sobre a administração de arquivos (FONSECA, 2004).

É nesse agregado de acontecimentos da Contemporaneidade que os Arquivos recebem a missão da disseminação da informação como a vemos hoje e tornam-se verdadeiros laboratórios para construção do conhecimento e desenvolvimento científico, histórico, social e cultural.

Esse breve apanhado historiográfico do Arquivo enquanto instituição nos permite visualizar um pouco de seu papel social em cada época e como foram se estruturando e aprimorando as práticas documentais. Do mesmo modo, o conceito de Arquivo na Arquivologia sofreu alterações ao longo tempo à medida que se percebia a necessidade de ampliação do termo.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a palavra *arquivo* pode denotar instituição, instalações de funcionamento ou mesmo o móvel destinado à guarda de documentos. Para, entretanto, definir tal termo, contemplando as três situações mencionadas pelo Dicionário aqui citado, concordamos com Rousseau e Couture (1994) quando dizem que “arquivo” é:

O conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza ou suporte, organicamente e automaticamente reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 284).

O Arquivo enquanto instituição torna-se instrumento de informação, construção do conhecimento e desenvolvimento social. É essa instituição que dá vida ao ontem, ao hoje e ao amanhã, quando classifica, organiza, descreve, conserva e preserva seus fundos a fim de promover o acesso, não apenas aos pesquisadores mas à sociedade no geral, transcendendo, assim, suas funções administrativas e históricas.

É nisto que se dá o papel social do Arquivo, na recolha, na custódia, na organização e na preservação do fundos documentais como modo de servir à sociedade. Esse papel se dá também, especialmente, como disseminador da informação e mediador na formação da memória coletiva, através de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (BELLOTTO, 2006); que o coloca ainda como agente educacional, fomentador da construção do conhecimento e do sentimento de pertencimento da sociedade, promovendo o acesso, uso e reuso da informação, se estabelecendo como lugar de memória, cultura e saber.

2.4 A BIBLIOTECA E SEU PAPEL SOCIAL

A Biblioteca é um espaço de construção do conhecimento e está conectada à produção do saber humano enquanto efetiva a guarda e a organização dos seus acervos literários, para que estejam disponíveis aos vários perfis de usuários, desde o público mais comum até os pesquisadores. Torna-se reflexo da organização das sociedades e da evolução humana e intelectual, quando, do surgimento da escrita até os dias atuais, se ocupa da guarda dos registros que representam o conhecimento, convertido em poder para a sociedade.

Denominada como local de guarda e preservação de materiais informacionais produzidos pelo homem desde a antiguidade, assim como nos Arquivos, os

primeiros indícios da Biblioteca como instituição são encontrados junto às sociedades mesopotâmicas. Os primeiros registros dessa civilização, como as placas de argila, são custodiados pelas Bibliotecas – temos como marco a Biblioteca de Nínive que possuía cerca de 25 mil placas de argila durante o governo de Assurbanipal II, as quais registravam desde encantamentos, profecias e hinos até peças literárias em assírio, sumério, acádio, ugarítico e aramaico, (NASCIMENTO; PINTO; VALE, 2013) que marcavam a cultura e desenvolvimento de uma sociedade.

À medida que a sociedade se desenvolvia, os suportes de registro da informação acompanhavam esse desenvolvimento. Para seguir essa evolução, as Bibliotecas, apesar da precariedade nos sistemas de recuperação, construíam, assim, seus métodos de organização, a fim de que a menor unidade informacional ali custodiada pudesse ser encontrada – desse modo utilizavam-se colofões¹ na organização. É na Biblioteca de Nínive que já nasce a ideia de Bibliotecas enciclopédicas, devido à intenção de Assurbanipal II de reunir, em um único lugar, todo conhecimento produzido no mundo antigo – acredita-se que já havia ali a custódia de papiros e quadros de madeira e cera.

Ainda que a Biblioteca de Nínive apresente a intenção e preocupação da guarda do conhecimento produzido pela humanidade, é a Biblioteca de Alexandria que passa a ser considerada como a mais importante e marcante na construção identitária da Biblioteca como a vemos hoje. A Biblioteca de Alexandria foi criada no século III a.C. e oferecia estrutura para o desenvolvimento de pesquisa por parte principalmente de artistas e intelectuais da época. Seu acervo era composto por cerca de 700 mil rolos organizados pelo método Pinakes, uma espécie de catálogo organizado por assunto e autor, e que fora considerado o primeiro catálogo sistematizado de biblioteca, já com o intuito de uma recuperação da informação (MEDEIROS, 2019). Alexandria já via o conhecimento como um capital e sempre adquiria e entesourava quanto de informação fosse possível.

Alexandria é um marco para a estrutura do que conhecemos por Biblioteca nos dias atuais, mas são as bibliotecas romanas que nos trazem a ideia do que chamamos hoje de Biblioteca Pública. De acordo com Medeiros (2019), a Biblioteca

¹ Colofão – 1) nos manuscritos e nos incunábulo medievais, nota final que fornece referências sobre a obra e indicações relativas à sua autoria, transcrição, impressão, lugar e data de sua feitura; 2) nos livros atuais, inscrição final onde o tipógrafo indica a data e o lugar da feitura da obra. Disponível em <https://www.google.com/search?q=colof%C3%A3o+significado&oq=colof%C3%B5es&aqs=chrome.3.69i57j0i10l5j0i10i30.2431j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Pública Romana idealizada por Júlio César, mas construída por Asínio Polo, era aberta ao público. Ela continha registros sobre as culturas grega e romana e, em seu interior, havia espaço para leitura. Essa construção revela uma preocupação desse governo com a organização e preservação dos rolos.

É junto aos romanos que surge o codex, gerador do que hoje chamamos de livros, e que são as principais fontes de pesquisa das Bibliotecas. Na época de ouro desse povo, os codex eram feitos da sobreposição de várias *chartas* (folhas soltas de papiro). Sabe-se que “Roma possuiu um sistema de 29 Bibliotecas dirigido por um Diretor de Bibliotecas, e contava com um corpo de funcionários dedicados à administração do prédio, além de restauradores e escribas” (MEDEIROS, 2019, p.80).

Com a queda do Império Romano e a disseminação do Cristianismo, a concepção de acesso às Bibliotecas deixa de existir, e retorna o sentido de restrição a esses espaços. As Bibliotecas da Idade Média passam apenas a armazenar e conservar os registros sem promover acesso e uso a estes. As Bibliotecas ficavam localizadas nos mosteiros, e muitos registros eram confiscados e guardados secretamente, ficando acessíveis apenas os escritos religiosos que fundamentavam a doutrina cristã. Existiam pessoas específicas para cuidar dos acervos monásticos, a fim de reduzir ao máximo o acesso, o qual era limitado às autoridades religiosas. (MILANESI, 2002).

As Bibliotecas medievais tinham como finalidade maior a estocagem de material informacional. Com o exercício dos monges copistas desenvolviam-se as atividades de armazenamento, acondicionamento, preservação e conservação de livros (MARTINS, 2001). Podem ser destacadas três tipos de Bibliotecas na era medieval: 1) as monacais, que estavam sobre o poder do Clero, o qual mantinha o monopólio de conhecimento e determinava o que deveria ou não ser lido; 2) as particulares, que eram propriedade da nobreza ou de militares de alto cargo; 3) as Bibliotecas Universitárias, que surgiram pouco antes do Renascimento. Estas inicialmente eram também ligadas às ordens religiosas, mas, com o aumento da produção intelectual, começou-se a se ampliarem os conteúdos temáticos. Essa terceira já era um modelo que se apresentava próximo do conceito de Biblioteca que temos nos dias atuais, como espaço de disseminação, acesso e uso da informação.

É ainda na Idade Média que se origina o conceito de códice, fazendo referência a uma obra com vários escritos, e, no século XIII, surge o termo *livro*

como meio de identificar os componentes do códice. A substituição dos rolos de papiro e pergaminhos pelos códices, facilitava o manuseio e manipulação do conteúdo bem como sua preservação – era a verdadeira antecipação do que viria a ser o livro como o vemos nos dias atuais.

De acordo com Dias (2015), com o advento da Modernidade, o sujeito passa a mudar a concepção de vida e sai do teocentrismo para o antropocentrismo, apresentando mudanças no que se refere à configuração dos acervos, que passam a ter uma diversidade de assuntos, aproximando-se de coleções. Os acervos deixam a ideia de religioso e reservado, passando a instrumentos de conhecimento segmentado, o que impulsiona a difusão da leitura e da escrita, o que causa uma maior produção do conhecimento e estreita os laços entre Universidade, leitores e Biblioteca, tornando-se esta última um espaço para a produção intelectual (DIAS, 2015).

A maior absorção de informação e produção do conhecimento leva aos avanços tecnológicos e sociais e entre eles se encontra o surgimento da imprensa, que trazia a possibilidade de publicação de vários exemplares, ampliando o acesso aos livros. “Essa nova situação de acessibilidade dos livros – de papel e impresso – acabou sendo um estímulo ao conhecimento das letras e à absorção de conhecimento.” (MILANESI, 2002, p. 25). Ao mesmo tempo que a invenção de Gutenberg (a prensa) ampliava o acesso aos livros, nascia a necessidade de novas técnicas de organização e ampliava-se a construção de Bibliotecas Universitárias com sentido de laicização, democratização e especialização da informação e do conhecimento.

A modernidade assistiu ainda ao surgimento das Bibliotecas senhoriais e reais, as quais passam a ser vistas novamente como símbolo de riqueza e prestígio, acessíveis apenas aos sábios. Elas tornam-se públicas no séc. XVII. É na Era Moderna que há o rompimento das Bibliotecas com a Igreja e o surgimento da noção de amplo acesso a toda a sociedade, exigindo-se assim um maior entendimento do perfil do público leitor e suas necessidades.

A Biblioteca passa a ser ativa no processo de mediação da informação, desloca-se até o leitor, buscando compreendê-lo e trazê-lo para a instituição (MARTINS, 2001); deixando de lado a concepção de armazenadora de livros e passa a ser vista como espaço de informação e conhecimento público. Apesar desse aspecto de abertura, as Bibliotecas passam a ter interferência do governo em sua

administração, que limita seu acesso às classes mais elitizadas, visto que informação era considerada poder. Desenvolve-se, portanto, o chamado "monopólio da informação" (BURKE, 2003).

Junto à quebra das concepções dogmáticas e uma noção mais livre e aberta das Bibliotecas como uma "instituição leiga e civil, pública e aberta" (MARTINS, 2001, p. 323), aliada ao aumento da produção do conhecimento e a especialização do público leitor, surge de forma reconhecida o profissional bibliotecário, com formação especializada para o trato da informação e dos suportes que compunham os acervos das Bibliotecas, bem como o acompanhamento das necessidades dos usuários juntamente com os avanços tecnológicos (MARTINS, 2001).

Chegada a Idade Contemporânea, percebe-se uma nova relação da sociedade com os livros e com a informação em si, logo há um grande desenvolvimento científico e tecnológico que reflete no desenvolvimento das Bibliotecas e seus serviços. O bibliotecário passa a ser o intermediador da informação e do acesso do leitor aos livros. É esse profissional que possui as habilidades de organização, catalogação e registro dos suportes; sendo assim, promove um acesso e uso mais eficiente ao leitor.

Com o desenvolvimento de técnicas, métodos e ferramentas tecnológicas, os serviços oferecidos pela Biblioteca colocam o usuário como centro e promovem o desenvolvimento de produtos e serviços que devem atender às necessidades destes usuários e promover a Biblioteca como local público e aberto para construção do conhecimento e aprimoramento da sociedade.

A partir do surgimento de novas tecnologias de informação, comunicação e suportes informacionais, a Biblioteca ingressa na chamada "sociedade da informação", o que impele a necessidade de compreender ainda mais o comportamento do usuário diante da grande busca por informação e constante aumento de produção de conhecimento. Sendo reflexo das sociedades a partir das relações sociais, a Biblioteca passou a contar com recursos tecnológicos, tendo seus serviços automatizados, disponibilizando a informação com mais precisão, agilidade e ao maior número de usuários possível (MORIGI; SOUTO, 2006), contando não apenas com os livros como suportes informacionais mas também com os mais diversos suportes físicos (CDs, DVDs...), das bases de dados para disponibilização de informação e ainda das chamadas Bibliotecas Digitais, as quais ampliam o acesso, uso e reuso da informação pelo usuário, reduzindo os possíveis

inconvenientes para este, através das tecnologias disponíveis, com o comprometimento básico da biblioteca e do trabalho dos profissionais da informação (MARCHIORI,1997).

Deixando de lado a denominação de depósito de livros e acumulação ou entesouramento da produção do conhecimento, a Biblioteca passa a ser vista como um espaço aberto, público, de mediação e disseminação da informação, esteja essa informação em suportes analógicos ou digitais, contribuindo para formação social dos indivíduos e para produção do conhecimento humano/social. Guarda em si a função inicial de mantenedora da cultura humana, acrescida da função de disseminadora dessa cultura, do conhecimento e da interação social do indivíduo com a informação (MORIGI; SOUTO, 2006).

O recorte historiográfico da Biblioteca como instituição mostra a sua importância social no decorrer do tempo até os dias atuais. As Bibliotecas guardam a produção intelectual humana e, além do entendimento de espaço social e cultural, é ainda um espaço de preservação, comunicação, transmissão e mediação da informação e do conhecimento.

Trata-se, pois, de uma Instituição onde os documentos são conservados para fins científicos e culturais. Absorvendo um amplo perfil de usuários – que vai de pesquisadores, estudantes até o cidadão comum –, as Bibliotecas possuem múltiplos exemplares obtidos através de compra, doação e/ou permuta, a fim de atender às maiores demandas, por usuário, possíveis. Por meio dos serviços e produtos de que dispõe e que disponibiliza, atua como agente de desenvolvimento social tendo a difusão, o acesso, uso e reuso da informação como função primordial. Desse modo, como bem proferiu Ranganathan (2009), vemos a Biblioteca como um organismo em crescimento, cujo papel social está no ato de organizar, preservar, tratar e disseminar informação, adequando-se a usuários, ambientes e contextos diferenciados, de acordo com as necessidades, sejam elas políticas, culturais, econômicas e culturais, contribuindo com o desenvolvimento do cidadão nas dimensões sociais.

2.5 O MUSEU E SEU PAPEL SOCIAL

O Museu nos dias atuais é compreendido como um espaço de compartilhamento das coleções representativas da cultura humana, como modo de interação social, comunicação histórico cultural, educacional e formativa. O seu papel social está intrinsecamente ligado às suas ações e ao que as subsidiam. Utilizamos-nos dos momentos históricos pelos quais passou o Museu, como ponto de partida para compreender o seu papel social e sua evolução até os dias atuais, atravessando paradigmas e tornando-se o que compreendemos hoje, estruturado na tríade *objeto, coleção e exposição*.

Os espaços dedicados para coleção de objetos precedem a ideia de Museu. Ainda na Mesopotâmia, as câmaras mortuárias apresentavam coleções de objetos de valor, e alguns locais eram dedicados para guarda de artefatos considerados importantes para as pessoas em sua individualidade e em sua coletividade, devido aos ataques constantes que os mesopotâmicos sofriam (CÂNDIDO, 2013). Também os egípcios tinham a prática de acumulação e coleção de artefatos; isso se dava pela crença de que essas coleções de valor os acompanhariam em sua passagem para a eternidade no mundo dos mortos. Assim pensando, entesouravam objetos nas câmaras mortuárias dos faraós, objetos estes que se tornaram representativos das coleções egípcias em diversos Museus. Aqui, percebemos que a intenção maior era a de acúmulo e não havia intenção de promoção de acesso a esses objetos.

Na Antiguidade observamos a palavra *museum*, de onde se origina a palavra museu. Esta, de origem grega, era usada para representar o templo das musas filhas de Zeus e Mnemosine, a deusa da memória. Considerado como templo sagrado, o local era destinado não apenas como local de adoração às deusas da mitologia grega mas também como espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades intelectuais e artísticas.

O Museu de Alexandria é marco na história dos museus como instituição. O espaço contava com coleções de obras de arte, anfiteatro, jardim botânico, zoológico, observatório e a marcante Biblioteca. Era utilizado pelos sábios e filósofos, para o estudo e desenvolvimento das ciências e artes e desenvolvia a atividade de colecionar e compilar tudo o que representasse o conhecimento

existente até aquela época, dando origem e formação a grandes coleções, elemento da tríade que estrutura o Museu como o conhecemos hoje (MEMÓRIA, 2019).

Em Roma, permanece o colecionismo, no entanto percebe-se uma expansão neste sentido devido às conquistas do Império, pois que, além dos templos, as obras de arte e artefatos valiosos ficam ainda em exposição nas casas das famílias nobres. As coleções também eram exibidas nas *thermas* (locais de banhos públicos). Nos grandes jardins, teatros e fóruns, havia pinturas, esculturas, vasos, enfim várias peças que provinham dessas coleções. Essa prática do colecionismo em Roma passou a representar o poder e grandiosidade dos imperadores; além da riqueza e afirmação na sociedade por parte das famílias nobres, era a glória dos governantes e a qualidade da população (POULOT, 2011).

No período medieval, a prática do colecionismo ainda se fez presente, e era comum aos senhores feudais colecionar obras de valor científico e cultural e artefatos por seu valor pecuniário. Era a Igreja Católica, no entanto, que detinha e era responsável pela manutenção da maior parte desses objetos, que variavam entre tapeçarias, esculturas, vitrais, murais, configurando-se em grandes riquezas (SOUSA JÚNIOR, 2014).

Os mosteiros abrigavam uma grande variedade de peças em prata, imagens, manuscritos, estátuas, pinturas e outras variações de relíquias, tornando-se verdadeiros museus, mas sem haver a intenção de promover acesso as essas coleções, exceto pelas que eram exibidas na Igreja em seus altares, pilares e vitrais com a finalidade de cativar os fiéis (SOUSA JÚNIOR, 2014). No século XIV, há um interesse ainda maior pela prática do colecionismo, e as coleções privadas ressurgem com grande expansão e interesse pelos artefatos científicos e culturais – esses interesses eram alimentados pelas expansões marítimas e ocupações territoriais.

Os palácios, a nobreza, as autoridades eclesiásticas e as famílias abastadas faziam questão de expor em seus salões suas coleções, as quais foram denominadas, no século XV, de *museu*, para designar o valor e a beleza das coleções. A partir disto, surgem os Gabinetes de Curiosidades, repletos de peças exóticas, obras de arte, pratarias, porcelanas, ossos, moedas e uma variedade de artefatos utilizados para uso próprio de apreciação e estudos e para exploração científica dos estudiosos próximos dos proprietários dos gabinetes (MEMÓRIA, 2019). Em resumo, o acesso a essas coleções não era amplo, e esses espaços

eram utilizados para estudos. Os Gabinetes de Curiosidade traziam em sua essência a representação da arte, cultura e cientificidade humanas e são considerados como precursores dos Museus como a instituição que conhecemos hoje.

Na Modernidade, é possível observar a abertura ao público das coleções chamadas museus, ainda que restrito. Percebe-se a ampliação ao acesso, como, por exemplo, na Academia de Belas Artes, que possuía uma estética aprovada pela Igreja Católica e era frequentada por um público selecionado (SUANO, 1986). É possível observar ainda um acesso mais recorrente aos gabinetes de curiosidades, para cujas visitas as permissões se tornaram mais frequentes, mesmo que para um público seletivo.

No século XVIII, especialmente na França, algumas coleções passaram a ser posse do Estado, dando origem às coleções públicas, as quais podiam ser apreciadas por meio de visitas públicas. Em 1751, Diderot e D'Alembert adicionam o termo Museu à enciclopédia a qual organizavam, ligando também este às coleções de artefatos. É ainda neste século que se observa a expansão da noção de acesso e o terceiro ponto da tríade que estrutura o museu como o conhecemos hoje, a exposição. Com a eclosão da Revolução Francesa e o confisco das coleções custodiadas pelos monarcas franceses, o Museu moderno ganha espaço quando os revolucionários abrem o Palácio do Louvre ao público em geral, expondo as coleções com a intenção de criticar o antigo regime e aumentar o valor social da França (CÂNDIDO, 2013; MEMÓRIA, 2019).

Mesmo com essa intenção, vemos aqui a quebra do paradigma de acumulação e restrição de acesso migrando para uma política de amplo acesso e exposição das coleções em espaços públicos – sem dúvida, um grande marco na história dos Museus.

Na Contemporaneidade, o Museu toma para si a noção de espaço de consciência histórica, cultural e científica. Substituindo os Gabinetes de Curiosidades, se estabelecem os Museus Científicos se detendo ao que era exemplar e que compunha estruturas orgânicas ou era representativo de séries (KURY e CAMENIETZKI, 1997). O Museu torna-se espaço de representatividade da história da humanidade, e cada artefato em sua individualidade ou coleção passa a carregar significados que vão além do valor, da beleza e do exótico.

É exatamente essa representatividade histórica que determina as especialidades, a indexação, ordenação e exposição dos objetos. A inauguração dos

Museus pelo mundo dá-se com a intenção de difundir o civismo e o ideário de pertencimento, apoiando no cultural a intenção de instrução das nações (JULIÃO, 2006). Desse modo, passam a ser ambientes abertos a toda a sociedade.

Tornando-se cada vez mais democráticas e acessíveis, as instituições museais foram se reinventando e integrando-se cada vez mais à sociedade, especializando-se e tornando-se mais próximas dos usuários. Como passam a gerar necessidades específicas, necessitam, conseqüentemente, de profissionais especializados para o trato com os objetos e o usuário; surge, então, a Museologia como campo de práticas e conhecimento.

Com o avanço da concepção de Museu e o surgimento da área profissional de atuação nesses espaços, os Museus desenvolvem funções que vão além do colecionismo, passando a ordenar, classificar, utilizar práticas de manutenção, preservação e restauração. Passam também a desenvolver ações de difusão, mediação e acesso ao acervo e à informação. Os acervos museológicos são compostos por uma diversidade de artefatos, compreendendo objetos da antiguidade, coleções botânicas, de espécies animais, habitats e uma extensa variedade de documentos e suportes. Alguns Museus possuem suas especificidades, a exemplo dos Museus de História Natural, Museus de Arte, Museus da Moda.

Reinventando-se constantemente a cada época, vemos hoje instituições museais cada vez mais próximas de seus usuários e que se adaptam às novas tecnologias. No século XX, discute-se sobre o papel social do Museu, a integração de sentidos de memória e patrimônio, a preservação material, a importância sócioeducativa dos Museus e seu papel de agente comunicador e de interação social com o meio cultural, científico, histórico e patrimonial (CÂNDIDO, 2013). As discussões abrem caminhos para o desenvolvimento de estudos de usuário, de forma de comunicação, novos modelos institucionais e ampliação do papel do museu na sociedade, fomentando a tríade de que já falamos anteriormente (objeto, coleção e exposição), respeitando as noções de território, patrimônio e público/população.

Superando paradigmas e buscando oferecer experiências para a diversidade de público, observa-se, além da proposta tradicional, as novas propostas das instituições museais no compasso dos avanços tecnológicos, fornecendo experiências através do mundo digital e mesmo ampliando a visita à instituição,

de modo que o usuário em qualquer lugar do mundo possa conhecer o espaço físico e os acervos dos Museus através da internet, ampliando o seu papel de instituição democrática, tendo como foco a comunidade, seu patrimônio e suas especificidades.

As breves considerações que trazemos sobre o caminho historiográfico percorrido pelo Museu enquanto instituição permite uma visualização de seu papel social desde os primórdios até a nossa atualidade. Inicialmente, era visto como agregação de valor e status social, representando a autoridade, o poder e o lugar social; posteriormente como lugar de preservação do patrimônio humano, mas mantendo a agregação de valor; por último, como meio de crítica às formações sociais e governamentais e como forma de construção identitária e nacionalista.

Sendo o Museu uma instituição de amplo interesse público, tanto como espaço informacional como de entretenimento, devido à variedade tipológica, dimensional, de valor científico, cultural, histórico e social de suas peças e com uma finalidade cultural e didática, caracterizamos o seu papel social nos atos de selecionar, conservar, preservar e difundir a cultura e a memória na sociedade, sacralizando o saber, tendo como foco a formação do sujeito histórico/social como transformador do meio e construtor de uma realidade melhor. É papel social dos Museus a prática pedagógica, cultural e patrimonial através da comunicação e mediação da informação, trabalhando as questões voltadas à memória coletiva e a relação entre usuário e patrimônio.

O papel social do Museus encontra-se na prática da promoção ampla de acesso à cultura e construção do conhecimento para toda a sociedade, por meio da exposição dos artefatos sob sua custódia e das ações voltadas para disseminação da informação e aproximação do usuário aos espaços museais. Para o cumprimento desse papel, os Museus podem fazer uso de atividades específicas, observando sempre as necessidades dos usuários e atendendo às suas pretensões, contribuindo assim para o seu desenvolvimento e interferência, de modo positivo, no meio social, tornando-se local de aprendizagem ativa.

2.6 APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS ENTRE O PAPEL SOCIAL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

O percurso historiográfico nos apresenta dados que permitem analisar cada um dos pontos sobre os quais nos debruçamos nas subseções anteriores. Com as Unidades de Informação acontece o mesmo, por isso optamos neste capítulo por traçar uma breve historiografia para entendermos o papel social de cada uma delas. Apesar de suas especificidades com relação ao tipo de documento que custodiam, seu tratamento e organização, observamos que Arquivos, Bibliotecas e Museus possuem algumas aproximações, desde as evidências junto às descobertas dos povos mesopotâmicos até a adoção de técnicas para o uso da tecnologia em função do cumprimento do seu papel na sociedade.

Como visto nas subseções anteriores, as aproximações começam com evidências de Arquivos e Bibliotecas nas sociedades mesopotâmicas, quando placas de argila apontam indícios de organização, catalogação e ordenação, seguindo as técnicas da época, bem como a estruturação de espaços para guarda desses documentos. Neste momento, não vemos muita aproximação com os Museus, tendo em vista que o que permanecia era a prática do colecionismo e para a guarda dos artefatos de valor havia espaços distintos dos que poderiam ter vindo a ser os primeiros Arquivos e Bibliotecas. Um dos principais pontos de aproximação é o fato de que não havia amplo acesso a esses acervos, eles estavam disponíveis apenas às classes governantes. O papel social do Arquivo e da Biblioteca era administrativo e o das coleções era principalmente de apoio às crenças.

Na Antiguidade, percebemos uma aproximação maior entre as três Unidades de Informação – quando falamos em Alexandria torna-se impossível não remeter ao Arquivo, Biblioteca e Museu, tendo em vista que essa Biblioteca fora criada para armazenar o maior número de documentos possível, em seus mais variados suportes, e compilar tudo o que representasse conhecimento, gerando grandes coleções. O acesso era aberto a um público restrito, que eram os artistas e intelectuais da época. O papel social das UIs era de poder e controle do conhecimento e, embora contribuísse de alguma forma com a sociedade, estava principalmente a serviço dos governantes (SCHELLENBERG, 2006; MEMÓRIA, 2019; MEDEIROS, 2019).

Chegada a Idade Média, percebemos que as três UIs perdem aquele possível ideal de amplo acesso, quando a Igreja Católica se torna detentora do conhecimento e suportes informacionais. O acesso aos documentos administrativos, livros e artefatos passaram a ser restritos àqueles sobre os quais a Igreja colocava a sua confiança e a responsabilidade de zelo e salvaguarda do conhecimento entesourado. Os museus, nesse caso fazendo referência às coleções, diferenciavam-se no sentido de que havia um certo acesso às coleções, quando de sua exposição pela Igreja com a finalidade de cativar seus fiéis, ou quando do surgimento das coleções privadas expostas nos salões residenciais da nobreza. Apesar disso, ainda não podemos falar em amplo acesso e ainda permanece para as três UIs a noção de acesso restrito. O papel social é representado pela preservação do conhecimento humano, mas principalmente como poder.

A Modernidade traz novos ares, e as Unidades de informação deixam de ser vistas como espaço de mero armazenamento, passando a ser espaços de mediação da informação e construção identitária, correspondendo também a locais de consulta e visitação pública, para o desenvolvimento intelectual, científico e cultural, ainda que por suas especificidades os Arquivos estivessem a serviço principalmente da administração pública. Começam a surgir as preocupações com relação ao atendimento das demandas dos usuários e a busca por uma organização que facilite o atendimento dessas demandas (SUANO, 1986; JARDIM 1999; MARTINS, 2001).

A Contemporaneidade e a grande produção e busca de informação ampliam ainda mais a noção de acesso e a necessidade da aproximação dos Arquivos, Bibliotecas e Museus com os seus usuários, buscando entender o comportamento informacional e suas necessidades. Surgem ainda as especialidades de cada Unidade de Informação e, em meio a tudo isso, as áreas específicas para atuação em cada UI, potencializando o cumprimento de seu papel social de selecionar, organizar, conservar, preservar e difundir a informação, a partir dos documentos custodiados por cada uma delas. Arquivos, Bibliotecas e Museus colocam-se ainda frente aos desafios e avanços tecnológicos, moldando-se conforme a necessidade social e informacional, para atender às demandas dos usuários e ao contexto social (KURY e CAMENIETZKI, 1997; FONSECA, 2004; MORIGI e SOUTO, 2006).

Na era digital, observamos o empenho de profissionais da informação e Unidades de Informação em integrar o espaço virtual, democratizando cada vez mais o acesso à informação e ampliando as possibilidades de proximidade com o

usuário. Através da digitalização de seus acervos e a distância de poucos cliques, os Arquivos colocam diante da sociedade uma gama de informações que podem ser utilizadas de modo científico e até didático, cumprindo com seu papel social e buscando renovar e melhorar ainda mais os seus serviços. Bibliotecas disponibilizam seus acervos em plataformas digitais, facilitando a chegada da informação até os lugares mais remotos e contribuindo para construção do conhecimento e compartilhamento cultural e intelectual; no cumprimento de seu papel social de promoção de acesso à informação, atingem o maior número de usuários possível ao mesmo tempo. Museus proporcionam experiências fantásticas através da tecnologia, chegando até aqueles que nunca puderam se deslocar ao ambiente físico, oferecendo uma visita virtual a coleções completas e aos seus vários ambientes, também fazendo cumprir o seu papel social.

Diante de tantas aproximações, é perceptível que o processo informacional é uma grande preocupação das Unidades de Informação e que o seu principal papel social é o acesso, a mediação, uso e reuso da informação. Arquivos, Bibliotecas e Museus lançam olhares diferentes sobre suas tipologias documentais, sobre a gestão documental, mas possuem a mesma missão de manter-se como espaço acessível à sociedade.

Para promover o acesso à informação através da documentação, faz-se necessário pensar em como fazê-lo, tendo em vista que o acesso não consiste no simples ato de dispor a documentação, mas de encontrar modos eficientes e eficazes de fazê-lo, para que possa haver o efetivo uso da informação e, se necessário, o seu reuso. A prática da mediação é um caminho, pois promove uma experiência mais completa e propicia o sanar das necessidades usuais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008).

As responsabilidades e incumbências das UIs vão se modificando com o passar do tempo, com o comportamento social. Estando a serviço da coletividade, cabe a elas refletir as abordagens para percepção e significação da informação pelo usuário, promovendo formas e caminhos de se estabelecer uma autonomia crítica e poder próprio na construção do conhecimento e no atendimento às necessidades informacionais. É necessário, então, desenvolver possibilidades para inclusão dos consulentes em atividades que contribuam no processo de construção de conhecimento através de sua competência cognitiva quando em interação com uma forma de informação.

É comum que o indivíduo sofra perdas na sua formação cultural e social que lhe causem prejuízos na sua inserção na comunidade e nos discursos comuns à sociedade (PEREIRA, 2016). Assim, sendo elo entre Informação e conhecimento, as UIs devem promover a construção de laços sociais com a comunidade usuária, oportunizando um desenvolvimento cultural, intelectual e social, criando condições para que haja essa geração de conhecimento e para que o indivíduo se coloque como construtor do conhecimento, a partir dos caminhos interacionistas propostos pelas UIs.

É preciso criar e manter projetos e ações que atendam ao cumprimento das metas das Unidades de Informação, mas que principalmente atendam às necessidades demandadas pelos usuários. Esses projetos e ações devem conter sincronia, linguagem clara, simples e direta, justificativas claras e verdadeiramente causar impacto positivo na comunidade usuária.

Assim, pensar o papel social das Unidades de Informação, é compreendê-las como ferramentas fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. É vê-las como espaço de construção histórica, social e cultural da humanidade, enxergá-las como espaço aberto à sociedade, espaço onde, por meio da preservação da memória coletiva, torne-se também espaço de construção de conhecimento, pertencimento de sujeitos ativos na sociedade. As Unidades de Informação são espaços que guardam a nossa história, memória social e científica e nos levam a conhecer, recordar e criar espaços de ocupação na sociedade.

Quando Halbwachs (2006) diz que, para que a memória coletiva exista, faz-se necessário a reconstituição de fatos a partir de dados ou noções que perpassam de um indivíduo para outro e vice e versa, sendo isso o que faz com que o indivíduo continue a fazer parte da sociedade, enxergamos em suas colocações a importância dos espaços detentores da informação que nos conduz na reconstituição da nossa história, cultura, do nosso lugar, suscitando em nós o sentimento de pertencimento, mediando a construção do conhecimento e abrindo leques para o desenvolvimento científico e social.

Desse modo, compreende-se que “a ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento” (BARRETO, 2002), e essa ação é posta em prática pelas Unidades de Informação através de práticas que aproximam o usuário da instituição, do acervo e consequentemente da informação, o que se torna outro ponto de convergência entre

Arquivos, Bibliotecas e Museus. Essas práticas são chamadas de Difusão Cultural e devem estar presentes nas atividades primárias do profissional da informação – afinal de contas é através dessas atividades que se promove o acesso à informação e a aproximação com o usuário.

Diante da era tecnológica que avança constantemente, é ainda a Difusão Cultural um ponto chave para o cumprimento das funções pedagógicas, culturais e formativas das UIs, promovendo um melhor uso e reuso da informação, ampliando as possibilidades de participação do usuário junto à instituição, proporcionando mais linhas de estudo deste usuário e expressando o compromisso com a sociedade.

As atividades de Difusão Cultural permitem ainda que a importância das Unidades de Informação seja evidência, fazendo-se manter a memória institucional e até abrindo possibilidades para o estudo dos perfis de usuários. As UIs devem fazer uso das atividades e Difusão Cultural, de acordo com seus planos de atividades e produtos desenvolvidos no âmbito da gestão institucional, atividades as quais podem variar de acordo com a necessidade da Unidade informacional e com a necessidade do usuário.

Abordaremos com mais precisão os aspectos que envolvem a Difusão Cultural e sua execução nas UIs, na seção adiante.

3 DIFUSÃO CULTURAL: COMPREENSÕES ACERCA DOS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E SUA PRESENÇA NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Compreendemos a Difusão Cultural (DC) como sendo o caminho para alcançar os objetivos de acesso, uso e reuso da informação nas Unidades de Informação (UIs). São as atividades de Difusão Cultural as responsáveis pela promoção do acervo e da Unidade de Informação como agentes formadores na sociedade e construtores do conhecimento, de modo que podem interferir no desenvolvimento cultural, social e intelectual do sujeito. Diante disto, esta seção objetiva-se a discutir como a Difusão Cultural pode aplicar-se nas Unidades de Informação – Arquivo, Biblioteca e Museu –, considerando importante tratar inicialmente dos aspectos epistemológicos que envolvem a Difusão Cultural.

3.1 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA DIFUSÃO CULTURAL

Para abordar a Difusão Cultural, de modo primário, nos colocamos a pensar sobre um conceito, analogias, áreas de proveniência. Assim, nos vemos diante de um termo que traz em si uma grande responsabilidade no que diz respeito às funções informativas, dialógicas, representativas e que comporta inúmeras formas de promoção de acesso e uso/reuso da informação pelo usuário. A Difusão Cultural traz em sua estrutura uma amplitude de atividades que nos levam à reflexão sobre como tratar de um termo tão completo no que tange às intencionalidades de disseminação da informação e serviços das Unidades de Informação.

Sendo um termo composto, para uma compreensão total, acreditamos ser necessário abordá-lo por partes, trazendo o significado de cada termo individualmente para chegarmos ao todo. A começar pela definição do primeiro termo, Difusão, derivado do latim “diffusio, onis”, identificamos que este é definido como o “ato ou efeito de difundir(-se); estado do que é difuso” e, por analogia é “divulgação (de culturas, ideias etc.); propagação, multiplicação”, disseminação.

O segundo termo é o vocábulo “cultural”, que estabelece relação com o termo “cultura”, que tem sua origem no latim “colere” que significa cultivar. Inicialmente

fazia referência ao cultivo do solo, posteriormente ao sentido de “procriação e refinamento progressivo na domesticação de um determinado cultivo” (WAGNER, 2010, p. 53). Em seguida, adquiriu mais um sentido, sendo transferido ao indivíduo no ato de “cultivar-se”, adquirir conhecimento, aprendendo sobre a arte e a literatura, tendo em vista que “o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam [...]” (LARAIA, 2006, p. 45). Compreende-se, portanto, que cultura também diz respeito a um conjunto de crenças, hábitos, legislações, moral, documentos, costumes, conhecimento e tudo o que for considerado aptidão do sujeito. O termo possui definição relativa, tendo em vista que muitas áreas do saber a ele recorrem da maneira que lhe seja cabível.

Visto isto, pensamos cultura como “[...]uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social [...], é um produto coletivo da vida humana [...], produto da história de cada sociedade” (SANTOS, 1996, p. 37-38). Cultura é tudo aquilo que representa a humanidade em seus diferentes tempos, sociedades, estruturas, especificidades, enfoques, ou seja, é aquilo que envolve uma pluralidade, fugindo da perspectiva universalista do termo. É memória, é filtro social, é a amplitude característica da humanidade em seu desenvolvimento.

Considerando cultura como “herança”, perpassada entre comunidades sociais, através das gerações e de suas manifestações culturais, pensamos também na forma como se dá esse compartilhamento e chegamos à atividade de Difusão como método de promoção e propagação dessa herança cultural através dos tempos; é o caminho para construção e multiplicação do conhecimento. Assim, entendemos a Difusão Cultural como o meio de preservação e compartilhamento de manifestações culturais através de escritos, musicalidade, expressões artísticas, monumentais, fotografias, religiosidades etc., como as trocas, os compartilhamentos, o fenômeno das assimilações culturais.

Associamos ainda ao aspecto epistêmico da DC o conceito de memória, tratado por Le Goff como um elemento essencial à construção da identidade individual e coletiva, partindo do entendimento de que a memória social deve ser preservada e perpassada a partir da propagação das estruturas culturais da humanidade, o que traz a compreensão da necessidade da DC, a qual é

denominada por Laraia (2006) como sendo os empréstimos culturais que fomentam os padrões culturais de um dado sistema.

Para que haja uma construção cultural, é necessário informação, desde a mais simples, a exemplo de instruções sobre o uso de um utensílio, até as informações que contribuem para o desenvolvimento de pesquisas e produtos que funcionam como motor da sociedade, e essa informação deve ser difundida e disponibilizada, inclusive através das atividades de Difusão Cultural, para que constitua uma construção cultural, social, informacional e histórica. Essas informações podem estar disponíveis tanto nos modos oral, escrito e observado, passadas entre integrantes de uma comunidade, quanto de modo registrado, documentado, catalogado e disponível para toda a sociedade, como é o caso das Unidades de Informação. Aqui nos detemos a falar sobre o segundo modo.

As Unidades de Informação possuem como atribuição e missão, dentro do seu papel social, as ações de preservação e promoção da cultura e da identidade, atuando como agente transformador da comunidade onde estão inseridas, coincidindo com as considerações epistêmicas que ora apresentamos sobre a Difusão Cultural, o que aproxima ainda mais os espaços físicos e a promoção das atividades dessa Difusão, por isso as UIs devem avaliar suas atividades gerenciais e incluir a elas as atividades de DC, as quais ligam a Unidade de Informação e a sociedade, estabelecendo um elo de formação e identificação entre a instituição e o sujeito.

Desse modo, consideramos a Difusão Cultural como ação promotora e oportuna para as manifestações culturais locais, de conhecimento informacional e histórico cultural, atuando no espaço da UI como sendo a disposição da informação documental ao receptor, a disponibilização da informação, a promoção ao acesso, uso e reuso. Trata-se, enfim, de ser “o ato de comunicar à sociedade os acervos, instigando-a a pesquisa”, a construção do conhecimento e sentimento de pertencimento, bem como do resgate da identidade coletiva (PORTELLA, 2012, p. 26).

Como definir e caracterizar, portanto, as atividades de Difusão Cultural? De acordo com Blaya Perez (2008), a DC “pode consistir em conferências, visitas guiadas, oficinas, exposições, lançamento de livros, ciclos de projeções”. Além dessas atividades, podem ser identificadas ainda atividades de publicações, eventos culturais, ação educativa, palestras, minicursos e preparação de materiais didáticos.

Unindo os conhecimentos da Arquivologia, Biblioteconomia e museologia, aqui representados por Almeida Júnior (2003), Bellotto (2006) e Cury (2007), identificamos as atividades de Difusão Cultural e as caracterizamos a seguir:

Quadro 2 – Atividades de Difusão Cultural (continua)

TIPO DE ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL	DESCRIÇÃO	MEIO DE DESENVOLVIMENTO
Exposições	É a ação de expor, colocar o patrimônio à mostra, aproximando Unidade de Informação e patrimônio à sociedade.	– Exposições Permanentes – Exposições temporais (fixas ou itinerantes) – Exposições digitais (temporais ou permanentes)
Eventos Culturais	É a promoção de algo que coloque a Unidade de Informação como agente cultural na sociedade; aproximam o usuário do espaço como agente direto do processo de construção cultural.	– Recitais – Saraus – Exibição de Filmes – Lançamento de livros – Concursos culturais – etc.

Fonte: Adaptado de Júnior (2003), Bellotto (2006) e Cury (2007).

Quadro 2 – Atividades de Difusão Cultural (continua)

Ação Educativa	É vista como educação não formal e como meio de fortalecer a Unidade de Informação como espaço educativo e de construção do conhecimento, levando em consideração a experiência pessoal do sujeito, aproximando o cidadão das UIs. A Ação Educativa pode estar sob competência das UIs ou das escolas.	– Oficinas – Exposições – Palestras – Exibição de Curta metragem – Visitação ao acervo – Acesso físico ou virtual ao acervo – etc.
Visitas Guiadas	Consiste na visitação guiada por servidores das Unidades de Informação, levando o usuário a conhecer, de modo mais aprofundado, a instituição, o acervo. Contribui não só para a aproximação entre sujeito e instituição mas também entre sujeito e profissional da informação, como cocriadores do conhecimento e ativos no processo informacional.	Acontecem nos espaços das Unidades de Informação
Palestras	É o ato de dialogar sobre determinado assunto em um nível profissional e técnico. Aproxima usuários, Unidades de Informação e profissionais da informação. Podem ser sobre determinada coleção, acervo, conjunto de obras etc.	– Palestras fixas – Palestras itinerantes

Fonte: Adaptado de Júnior (2003), Bellotto (2006) e Cury (2007).

Quadro 2 – Atividades de Difusão Cultural (conclusão)

Minicursos	São atividades pedagógicas que suscitam a criatividade do usuário, podendo levá-lo ao interesse de desenvolver estudos sobre as temáticas abordadas na Unidade de Informação ou até mesmo propor atividades a serem desenvolvidas junto às UIs.	– Geralmente fixos, ocorrem no ambiente das Unidades de Informação ou em locais adequados ao seu desenvolvimento
Publicações	São os canais de comunicação das Unidades de Informação com o mundo exterior. Abordam desde os serviços ofertados até a divulgação de eventos. São instrumentos que facilitam o uso da informação custodiada e também aproximam o usuário da instituição.	– Publicação de revistas – Publicação de boletins informativos – Publicação de Guias – Publicações científicas – Publicação de periódicos – Publicação de conteúdo interativo – Publicações na internet
Materiais Didáticos	Também são chamados de ações extra muros, que conseguem ir além dos espaços das Unidades de Informação; ajudam na divulgação da instituição, facilitam no desenvolvimento das atividades e na construção do conhecimento.	– Materiais para empréstimo – Materiais para posse do usuário – Materiais para uso em oficinas, palestras e minicursos

Fonte: Adaptado de Júnior (2003), Bellotto (2006) e Cury (2007).

A partir disto, entendemos que as atividades de Difusão Cultural se apresentam de forma ampla, cada uma mantendo suas especificidades e características, onde essas atividades devem ser pensadas de acordo com o objetivo da Unidade de Informação e com o perfil do público que se deseja atingir,

aspecto que nos leva a identificar mais uma ligação da Difusão Cultural, agora com o estudo do usuário. Essa ligação se justifica pela necessidade de conhecer o perfil do usuário com vistas a entender melhor o fluxo de transferência da informação e conhecer as variações de necessidade, busca e uso da informação.

Consideramos estes os aspectos epistêmicos mais meritórios para tratar da Difusão Cultural na essência de nossa pesquisa, salientando que há uma amplitude de direcionamentos científicos e abordagens do tema, tendo em vista que a Difusão Cultural envolve muito mais do que as ações práticas, demandando planejamento para construção das atividades e de sua execução.

O que observamos de um modo geral é que, para o entendimento e desenvolvimento das ações de Difusão Cultural, é imprescindível embarcar na diversidade de ligações epistêmicas do termo, as quais estabelecem relações diretas para representação de sua ideia na consciência humana e no campo científico. Como colocamos anteriormente, é preciso compreender cada parte para se chegar ao todo do que propõem as Ações de Difusão Cultural, atendendo às necessidades e objetivos de quem as promove.

As Unidades de informação teceram, no decorrer de suas trajetórias existenciais, um perfil social o qual as coloca não apenas como espaços de guarda e preservação da construção intelectual e cultural humana mas ainda como espaços ativos dessa construção, ou seja, como ambientes disseminadores de diversidade, de apropriação cultural, ambientes que geram informação, inovação e constroem conhecimento e sentidos. “A informação é elemento essencial e determinante de todos os campos do conhecimento, e isso faz com que ela seja dotada de enorme diversidade de conceitos” (MARIZ, 2012, p. 21), logo é a partir das atividades de Difusão Cultural que enxergamos a prática e o cumprimento do papel social das UIs, aproximando a informação do usuário e gerando frutos para a sociedade, transcendendo o espaço físico e atingindo o intelectual, produtor e motor da sociedade.

3.2 AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NOS ARQUIVOS

Os Arquivos assumem, em sua função social, a missão de disseminar a informação custodiada dando acesso para o uso e reuso dessa informação. A Difusão Cultural é vista como o caminho para o cumprimento desta função, tendo em vista que faz conhecer o patrimônio documental custodiado pela Unidade de Informação, além de aproximar o usuário da instituição. A prática da Difusão Cultural publiciza o que já é público, mas de que muitos indivíduos não têm ciência, atravessando barreiras, através da comunicação, e contribuindo para a construção do conhecimento por intermédio do patrimônio e da agregação de valor que a DC traz para a Unidade de Informação. Ao mesmo tempo que atende, expande a dimensão social do Arquivos de acesso à informação e reforça o direito do cidadão a esta informação e à cultura, no seu desenvolvimento enquanto sujeito ativo na sociedade.

No espaço dos Arquivos, por vezes, as atividades de Difusão Cultural são colocadas como prática de segundo plano, no entanto, com o passar do tempo e o avanço das tecnologias e conseqüentemente da sociedade, essas práticas têm recebido olhares diferenciados por parte dos profissionais Arquivistas, que, ampliando os olhares sobre as práticas informacionais e entendendo a necessidade do profissional da informação na formação do cidadão, buscam cada vez mais aproximar o usuário da instituição, atualmente, especialmente através das mídias sociais, que abrem um leque de possibilidades para o desenvolvimento de ações que visem chamar a atenção do usuário e aproximá-lo da instituição.

Nessas instituições, as atividades de Difusão Cultural têm como finalidade atingir e captar a atenção do usuário final, que pode ser qualquer indivíduo da sociedade, como pesquisadores, professores, alunos e cidadãos no geral que busquem a instituição. Por meio desse tipo de atividade, é possível transformar o olhar do sujeito sobre o documento, sobre a instituição e sobre sua importância na sociedade, incitando a pesquisa e a produção de conhecimento (SILVA; BARBOSA, 2012), transformando o documento em informação através de uma linguagem que possa ser compreendida pelo usuário e gere frutos para os processos de pós difusão, que consiste na investigação de prós e contras das atividades, buscando

sempre a melhoria dos serviços e melhor atendimento das necessidades informacionais do usuário.

Para que esse tipo de atividade seja desenvolvida, é essencial um plano de atividades e um projeto específico para se definir com clareza o que se pretende com o desenvolvimento das atividades de Difusão Cultural. Assim, desenvolvem-se estudos envolvendo o acervo documental de caráter ostensivo, a estrutura da Unidade de Informação, o estudo do perfil do usuário, estratégias de comunicação, dialogismo, representação, recursos financeiros e administrativos, além de se discutirem e se elegerem outros pontos considerados pertinentes pela equipe responsável pela divisão de Difusão Cultural.

Estando cada vez mais presente nos planos de atividades junto à gestão documental, a Difusão Cultural pode ser considerada o desenho da democratização do acesso à informação nos Arquivos e do marketing da Unidade de Informação. Ao mesmo tempo que abre o leque de possibilidades ao acervo e à informação constante na documentação custodiada, a UI é promovida e mostra a sua importância para a sociedade, quando da preservação da história da sociedade, das potencialidades da documentação custodiada e dos serviços que são ofertados à sociedade, transformando-a em ferramenta viva para construção do conhecimento e continuidade da nossa história através do pulsar da documentação.

Cabe ao profissional da informação – o Arquivista – identificar os aspectos que merecem atenção dentro dos Arquivos e promover ações, produtos e serviços que aproximem o usuário da instituição, afirmando no sujeito a importância da UI, fidelizando e transformando a noção de acesso nessas instituições, de modo a democratizar cada vez mais esse acesso, pensando sempre nas necessidades informacionais do usuário (MENEZES, 2012). A aproximação entre UI e usuário através das atividades de Difusão Cultural é o caminho para essas transformações. Essa aproximação visa garantir não apenas que o usuário se desloque até a instituição mas que esta vá também ao encontro do usuário, com auxílio da tecnologia e ampliação de espaço para circulação da informação.

Para Rousseau e Couture (1998), a difusão ocupa um pilar importante nas práticas arquivísticas e é considerada essencial para que se cumpram os ciclos da documentação de Arquivo, tendo em vista que se encontra diretamente ligada ao tratamento e à gestão dos arquivos. Vale salientar que, para haver difusão, é preciso que a documentação se encontre tratada, organizada e pronta para disponibilização.

Diante disto, percebemos que o papel da Difusão Cultural no Arquivo “é lançar elementos de dentro para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo” (BELLOTTO, 2006, p. 228), contribuindo para a melhoria do ambiente informacional, com a identidade institucional, com o papel pedagógico e educativo dos Arquivos e do profissional Arquivista, estabelecendo, a partir da custódia da identidade histórica, uma rede de conhecimento, experiências e contribuições, explorando as diversas possibilidades em espaços físicos e digitais, ampliando o conhecimento e a formação do sujeito ativo na sociedade (ROCKEMBACH, 2015).

Os Arquivos têm um produto a oferecer (a informação) e precisam atingir um público (o usuário fidelizado e o usuário em potencial), assim, as práticas de Difusão Cultural se tornam fundamentais para a Unidade de Informação, para o profissional da informação, que deixa de ser visto como depositante e passa a ser visto como agente educativo, promotor da cultura e da construção do conhecimento para o usuário, contexto dialógico em que as necessidades informacionais encontram mais possibilidades de serem atendidas.

Dentro dos Arquivos, as atividades de Difusão Cultural estão, pois, muito ligadas à comunicação, marketing, acesso, uso e reuso da informação (AMARAL, 2012). Essas atividades possuem grande importância no que tange à ponte instituição/usuário e devem ser consideradas nas ações de primeiro plano dentro da Unidade de Informação, junto à gestão e no tratamento da documentação, podendo ser consideradas, ainda, segundo Santos Neto e Bortolin (2020), como mediação da Informação.

3.3 AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS

Não obstante as práticas que buscam uma maior aproximação do usuário para com a Unidade de Informação, como acontece nos Arquivos, encontram-se as Bibliotecas, detentoras do conhecimento produzido pela humanidade, ligadas à história da cultura e do pensamento. Estas também são lugar de memória e desenvolvimento e possuem o papel social de promover o acesso e uso da

informação, disseminar essa informação e contribuir para o desenvolvimento social, cultural, histórico e científico.

Assim como nos Arquivos, as práticas culturais nas Bibliotecas ainda são consideradas um tanto incipientes; no entanto, devido aos novos comportamentos informacionais do usuário e ao paradigma pós-custodial que se modifica de acordo com o desenvolvimento tecnológico e social, essas práticas ganham mais espaço e diversidade em seu desenvolvimento, fornecendo subsídios à formação do indivíduo a partir de uma perspectiva construtivista e dialógica.

Através das práticas de Difusão Cultural, as Bibliotecas estabelecem análises que as levam a desenvolver ferramentas que possam melhorar os serviços ao usuário, preocupando-se com a recepção, o uso e reuso da informação, de modo eficiente e eficaz, contribuindo para construção do conhecimento individual e coletivo e vencendo barreiras que se estabelecem, com relação ao acesso à informação e à democratização da informação.

O bibliotecário, junto com uma equipe multidisciplinar, deve ser o responsável pelo desenvolvimento das práticas que visam à aproximação entre o usuário e a Unidade de Informação. De acordo com Perrotti e Pieruccini (2008), esse profissional pode ser visto como mediador cultural/mediador da informação, estabelecendo um elo entre usuário e informação, na construção do conhecimento, aproximando cultura e arte ao desenvolvimento do hábito e gosto pela leitura e pela busca, introduzindo o usuário no caminho científico, mediando a busca pela informação, estimulando o desenvolvimento individual e coletivo do sujeito bem como a construção do conhecimento. Sendo a Biblioteca um espaço de apropriação cultural do sujeito e não apenas de assimilação (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008), há a necessidade da reorganização dos processos de mediação, incluindo as atividades de Difusão Cultural, desenvolvendo atividades que atinjam todos os níveis sociais e seus públicos, estabelecendo afirmação e expressão cultural, social e científica.

Considerando o usuário um sujeito ativo no desenvolvimento da sociedade, a Biblioteca, bem como o bibliotecário, não o vê como simples consumidor de informação. Com tal perspectiva, biblioteca/bibliotecário utiliza-se das práticas de DC para chegar ao usuário e não negligencia a comunicação, considerando a participação ativa do usuário no processo de difusão e mediação da informação, no compartilhamento e desenvolvimento do conhecimento, considerando os aspectos materiais e imateriais da informação (GOMES, 2014).

As práticas de Difusão Cultural, além de aproximarem mais os usuários da Biblioteca, ressaltam o seu poder transformador e representativo da sociedade, um “espaço de encontro e de diálogo em meio a diversidade cultural e de dispositivos tecnológicos, que diversificam o modo de produção e circulação dos bens culturais” (LESSA; GOMES, 2017, p. 35), refletindo no acesso, uso e reuso da informação, no diálogo construtivista e na diversidade cultural, o que gera o sentimento de pertencimento e habilita a condição potencial do usuário como protagonista no meio social.

Organismos vivos na sociedade, as Bibliotecas vão além dos serviços tradicionais de conservação e preservação da informação e empréstimos e aquisições de livros; do sentido de extensão da sociedade, elas são vistas, mais do que nunca, como agentes ressignificados da cultura, dos sentidos, dos diálogos, da história e dos processos sociais, abrindo caminhos para o protagonismo social, através de atividades construídas dialogicamente e com foco coletivo (LIMA, 2016), como espaços de prazer, dinamicidade e de livre acesso, onde as práticas de Difusão Cultural chamam a atenção tanto do público que já frequenta a Bibliotecas para as mais diversas finalidades quanto do público pouco afeito à Biblioteca e aos livros, o que estimula um maior uso da Unidade de Informação e fomenta cada vez mais sua importância e a propagação de seus serviços.

Entendemos, portanto, que as práticas de Difusão Cultural nas Bibliotecas são um dos caminhos que colocam essa Unidade de Informação a serviço da coletividade inteira (JACOB, 2006), podendo estar ligada a outras áreas, a exemplo do marketing e comunicação, buscando sempre melhorar o relacionamento entre usuário e instituição e ir ao encontro de usuários em potencial, levando informação e cultura a locais acessíveis a toda a comunidade (ALMEIDA, 1987), através de ações extra muros, sem perder o foco na disseminação da informação e da instituição.

Além disso, são consideradas como ponte para preparação do usuário no consumo de informação, capacitando o público para o uso da informação de modo eficiente e eficaz, contribuindo para o desenvolvimento científico, cultural e social, além de agregar o caráter educativo ao papel do bibliotecário (DIAS *et al.*, 2004).

Desse modo, as atividades de DC devem ser consideradas como atividades de primeiro plano dentro dos planejamentos das Bibliotecas, assegurando e atuando de modo infoeducativo na transmissão da informação, considerando sempre o usuário como sujeito ativo nesse processo, de modo sinérgico, contribuindo para

constituição, nutrição e valorização da identidade do sujeito e desenvolvimento da sociedade, a partir de processos dialógicos.

3.4 AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL NOS MUSEUS

O Museu é considerado como o espaço destinado à memória do que a sociedade escolheu preservar sobre a história. Desse modo, volta-se para as práticas educativas e de preservação que se desenvolvem em local “onde o objetivo é a conscientização do homem sobre seu patrimônio, para que este seja transformado em herança” (CÂNDIDO, 2013, p. 6), consagrando a imagem da sociedade e o reconhecimento identitário.

Com um diferencial das duas Unidades de Informação supra citadas, as práticas de Difusão Cultural nos Museus são mais constantes e ativas. Sendo um espaço de preservação, conservação e natureza expositiva, carrega em si a prática de aproximação do usuário ao acervo e à instituição, com finalidade apreciativa, mas segue a mesma linha de desenvolvimento de práticas dialógicas das Unidades de Informação abordadas anteriormente.

Nem sempre, no entanto, foi assim. Apenas a partir do século XX, é que o desenvolvimento prático do Museu sofreu alterações e assim foram se estabelecendo os interesses e as discussões sobre a necessidade da integração do patrimônio à função cultural e socioeducativa cultural, colocando o Museu como meio de comunicação e espaço de reflexão e pensamento crítico (CÂNDIDO, 2013). Os Museus ressignificam as suas práticas, explorando seus espaços não apenas para exposição e buscando tão somente uma postura contemplativa do usuário; mas em uma atitude mais ativa, desenvolvem práticas que colocam o usuário como ator dos processos expositivos e educativos.

Diante disto, as atividades desenvolvidas nos Museus são tão importantes quanto as coleções, pois, com caráter interdisciplinar, proporcionam a aprendizagem sobre as coleções e suas origens, gerando conhecimento e desenvolvimento sociocultural. Assim, não apenas as coleções são fontes da ação dos Museus, também as atividades de Difusão Cultural tornam-se ação indispensável ao desenvolvimento social desse tipo de Unidade de Informação. Vê-se que os Museus

se tornaram espaços ativos da aprendizagem e que devem lançar um olhar sobre as necessidades informacionais dos usuários semelhante ao olhar e cuidado que lançam sobre as coleções.

Espaços de expressões poéticas, criativas, culturais, monumentais, históricas e sociais, os Museus também se comunicam com o seu público através das atividades de Difusão Cultural. Como nas outras Unidades de Informação anteriormente abordadas, dispõe de uma equipe multidisciplinar para desenvolver as práticas de DC, desde a projeção, elaboração, divulgação até a execução das atividades de Difusão Cultural, reafirmando o Museu como “espaço da representação do mundo, dos seres, das coisas, das relações” (MENEZES, 1987, p. 23).

O desenvolvimento das atividades de Difusão Cultural nos Museus está diretamente ligado ao marketing, ao designer e à comunicação, colocando o visitante no cerne dos processos, reconhecendo sua importância nas práticas de difusão, tendo em vista que é a ele – o visitante – que essas práticas se destinam. Ainda que haja multidisciplinaridade na condução dos processos para o desenvolvimento das práticas de DC, o museólogo precisa estar atento à condução desses processos e permanecer presente e atento a cada etapa.

As atividades de Difusão Cultural devem ser pensadas estrategicamente, de modo que mantenha o interesse do usuário pela instituição e atendam aos mais diversificados grupos de usuários, tendo em vista que o público é composto não apenas pelos visitantes reais mas pelos visitantes potenciais. Devem ainda ser compostas por estratégias que promovam a aproximação dos grupos excluídos, buscando garantir a democratização do acesso à informação (VALENTE; CAZELLI; ALVES, 2005).

Diante das novas tecnologias, os Museus precisam aproximar-se cada vez mais dos usuários e sensibilizá-los, de modo que estes sintam que a Unidade de Informação faz parte do seu mundo, como algo próximo de sua realidade, e não algo que esteja tão distante (HENRIQUES, 2004). As atividades de DC proporcionam isso diante da necessidade de desenvolvimento de um projeto prévio às práticas que coloquem o usuário como participante ativo no pré, durante e após a Difusão Cultural.

A DC concretiza a relação entre o Museu e o público e contribui para o culto da herança patrimonial (POULOT, 2011), através de metodologias educativas que

provocam a descoberta e o encantamento, aplicando-se experiências lúdicas e com participação direta do visitante/usuário – é momento de troca, compartilhamento, impressões e construção de sentidos (JACOBUCCI, 2008).

Assim, entendemos que as práticas de Difusão nos museus também estão ligadas à aproximação entre usuário e instituição, espaços de interação social com o patrimônio. Isto, de modo mais aproximado do ato da comunicação institucional, a partir de teorias sociointeracionistas para a construção dos conceitos e conhecimento com vistas à inclusão cultural, desse modo, investe-se o Museu do poder de difusor do conhecimento e atendendo a diversos tipos de público.

Sendo ainda associado à memória de muitas gerações, nessa Unidade de Informação as atividades de Difusão Cultural tornam-se caminhos contributivos para a construção de um novo olhar ao público visitante sobre a instituição. Sendo os Museus espaços criados para o público, considera-se importante o desenvolvimento de práticas que chamem a atenção do usuário, de modo a atraí-lo quando da aplicação de atividades direcionadas ao consumo das informações proporcionadas pelo patrimônio museológico, mas que também produza um sentimento de pertencimento ao lugar, ao patrimônio, que faça com que esse usuário veja essa Unidade de Informação como espaço aberto que representa, além da busca da informação – que se tornará conhecimento – e do acesso democrático a ela, um espaço de conforto onde ele deva se sentir bem vindo e à vontade para dele compartilhar.

3.5 PONTOS EM COMUM QUANTO À DIFUSÃO CULTURAL NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Compreender o desenvolvimento da Difusão Cultural nas três Unidades de Informação anteriormente discutidas nos permite visualizar que, mesmo com finalidades distintas e ações diversificadas, as práticas de DC convergem para o mesmo sentido no que diz respeito a sua responsabilidade e finalidade, o que pode ser considerado como ponto de aproximação entre as instituições e as áreas científicas que as representam e conduzem.

O diálogo entre as áreas é essencial para que se chegue à oferta de serviços cada vez melhores aos usuários. Nesses diálogos, é possível diagnosticar a variação terminológica, os modelos existentes a serem seguidos ou repensados e até pensar em uma integração entre as Unidades de Informação no desenvolver das práticas de Difusão Cultural.

Percebemos as Unidades de Informação como organismos vivos na sociedade, o profissional da informação como agente transformador do meio, a documentação de modo essencial à construção do conhecimento e o usuário como sujeito, crítico, de cultura, ativo na realidade social e não objeto dela. As práticas de DC possuem essa profundidade, o que permite análises diversificadas a partir da forma como são trabalhadas, desenvolvidas e pesquisadas.

Observamos ainda que o desenvolvimento da DC segue o que costumamos chamar de paradigma pós custodial, compreendendo a mudança de comportamento informacional do usuário, as mudanças estruturais e de trabalho nas instituições, a necessidade de práticas de disseminação que envolvam diretamente o usuário, além da diversidade do uso da informação e das formas de disseminação dessa informação.

Um outro ponto de aproximação das Unidades de Informação quanto às práticas de Difusão Cultural, é conhecer o usuário e buscar aproximá-lo cada vez mais da instituição, mas sem esquecer que essas práticas também devem ser pensadas para atingir o usuário em potencial, de modo que promovam múltiplos diálogos e experiências, se concretizando como apropriação cultural e informacional. Isso faz com que o “espaço de informação ganhe efetivamente valor na existência do humano, requer profissionais comprometidos em tornar todos os tipos de documentos disponíveis de forma facilitada, sem barreiras e censura [...]” (GOMES; BORTOLIN, 2017, p. 194).

Consideramos necessário apontar que embora as atividades de Difusão Cultural tenham seus aspectos distintos, elas são pensadas de modo a seguir a perspectiva construtivista em seu desenvolvimento, com dialogicidade e subjetividade (VYGOTSKY, 1991), a partir das simbologias e das ações, colocando o usuário no cerne da interação com o meio e com os objetos (ODDONE, 1998), caracterizando, assim, a atividade cognitiva da construção do conhecimento.

Por fim, é notável que, para o desenvolvimento das práticas de DC, o profissional da informação deve exercer sempre um papel ativo nos processos.

Como mediadores da informação, esses profissionais devem atuar como protagonistas culturais com competências e conhecimentos interdisciplinares e com consciência de sua atuação e função social (LIMA; PERROTTI, 2016).

Assim, as Unidades de Informação tornam-se espaços de educação não formal, utilizando-se das práticas de Difusão Cultural para contribuir com o desenvolvimento socioeducativo do usuário, mediando a informação através de métodos educativos diferenciados, mantendo a conexão entre formação, educação, comunicação, informação e conhecimento.

4 MÉTODO

No desenvolvimento de uma pesquisa, faz-se necessário o estabelecimento de abordagens e métodos científicos para que se possa alcançar os objetivos propostos, combinando teoria e dados através da racionalidade e sistematização, sendo assim, considerados o caminho que norteia a pesquisa e fornece mais conhecimento ao pesquisador.

No que se refere aos fins, a pesquisa se caracteriza como exploratória, a qual Gil (2002, p. 41-42) define como aquela que tem mais proximidade com o problema e visa torná-lo explícito, com o objetivo de aprimorar as ideias. Assim é esta pesquisa, pois busca e realiza o levantamento de estudos e informações para sua análise e seleção com o objetivo de verificar sua importância na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2006, p. 66) e descreve o processo e etapas da RSL. Quanto aos meios, configura-se como pesquisa bibliográfica, “desenvolvida com base em material já elaborado” (GIL, 2002, p. 44), atendendo às necessidades do método e da técnica de Revisão Sistemática da Literatura, com vistas a atingir os objetivos da pesquisa.

Há diversos métodos possíveis para a condução e desenvolvimento de uma pesquisa científica, entre eles o método de revisões, que pode ser classificado como sistemática, do qual se utiliza esta pesquisa, ou narrativa. Ambos os métodos possuem sua base no levantamento bibliográfico em suportes físicos ou digitais dispostos em Bibliotecas ou Bases de Dados, com vistas a obter dados de

investigações desenvolvidas por outros pesquisadores em determinada área do conhecimento com a finalidade de fundamentar objetivos de pesquisas (ROTHER, 2007). Apesar da similaridade com relação à utilização de fonte de informação bibliográfica, é importante estabelecer as diferenças existentes entre os tipos de revisão acima registrados.

Podemos definir as revisões narrativas, de modo resumido – tendo em vista que não se trata do nosso objeto de pesquisa –, como um método de caráter discursivo-descritivo, subjetivo, que discute determinado assunto com base em informações bibliográficas que recebem a análise crítica do autor para constituir ou não o corpus da revisão narrativa, sendo propensas a vieses, pois que, segundo Rother (2007, p. v), “não possuem metodologia que permitam a reprodução dos dados”, ou seja, não se estabelece a forma como as fontes foram selecionadas e o caminho metodológico para obtenção das informações abordadas.

Já a revisão sistemática, nosso método de pesquisa, supre as lacunas deixadas pela revisão narrativa, pois se trata de um método reproduzível, imparcial e que reduz o número de vieses. Em resumo, as revisões sistemáticas “distinguem-se das revisões narrativas pelo facto de abordarem o processo de revisão de uma forma mais rigorosa, transparente e suscetível de replicação por outros autores” (FONSECA; SÁNCHEZ-RIVERO, 2019, p. 75). A Revisão Sistemática parte de um planejamento e se utiliza de caminhos metodológicos explícitos e pré-definidos, apoiados por um protocolo de pesquisa para obtenção dos dados, desde a seleção até sua análise, sendo considerada uma reanálise dos estudos primários, com vistas a responder a uma ou a mais questões de pesquisa de forma sistemática, a partir de etapas e percursos claros e reproduzíveis. O quadro a seguir apresenta as principais diferenças entre os dois tipos de revisão:

Quadro 3 – Principais diferenças entre revisão narrativa e revisão sistemática

ITENS	REVISÃO NARRATIVA	REVISÃO SISTEMÁTICA
Questão	Ampla	Específica
Fonte	Frequentemente não específica; potencialmente com viés	Fontes abrangentes; estratégia de busca explícita
Seleção	Frequentemente não específica, potencialmente com viés	Seleção baseada em critérios aplicados uniformemente
Avaliação	Variável	Avaliação criteriosa e reprodutível
Síntese	Qualitativa	Quantitativa (meta-análise) ou Qualitativa (meta-síntese)

Fonte: Santos (2015).

Assim, reiteramos o caráter específico da operacionalização da revisão sistemática de literatura de um modo objetivo, explícito e transparente, com a finalidade de identificar, avaliar, selecionar e sintetizar as informações levantadas, a partir de estudos primários realizados por outros autores, colocando-se como um estudo de caráter secundário ou retrospectivo, pautada em uma ou mais questões de pesquisa adequadamente formuladas e estruturadas.

Faz-se necessário ainda classificar a RSL com relação à síntese, produto final da RSL. Essa classificação dependerá do suporte em que está ancorada a RSL, ou seja, se em pesquisas quantitativas, qualitativas ou mistas, o que também estará relacionado com o objetivo e a pergunta de pesquisa. Sob tal raciocínio, Siddaway, Wood e Hedges (2019) apresentam três tipos de classificações: a) as revisões sistemáticas com meta-análise, que se referem ao resumo quantitativo e estatístico dos resultados; b) as revisões sistemáticas narrativas, que são vistas como meio de inter-relacionar, interconectar e reinterpretar produções sobre tópicos distintos, com vistas ao desenvolvimento ou avaliação de novas teorias; e c) as revisões sistemáticas com meta-síntese, as quais localizam os principais temas,

conceitos/teorias, a partir da prática de sintetização de estudos qualitativos de um fenômeno em análise, a fim de apresentar explicações e/ou novas teorias sobre este fenômeno. As duas últimas sintetizam os resultados, mas sem necessariamente levar em conta a quantificação e relevância estatística. Assim, caracterizamos a nossa revisão sistemática como meta-síntese.

4.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL): COMO DESENVOLVER?

A RSL é um tipo de revisão que busca evidências em múltiplos estudos e sintetiza essas evidências através de análise feita com base em critérios adequados e replicáveis que permitem ao potencial revisor uma operacionalização dos dados, de modo que o estudo apresente transparência na seleção, análise, interpretação e sintetização dos resultados. A síntese é o meio pelo qual se comunica a revisão sistemática de literatura, e essa comunicação será classificada como meta-análise, narrativa ou meta-síntese, de acordo com a classificação da pesquisa – quantitativa ou qualitativa –, com a pergunta de pesquisa e com a seleção das fontes a serem analisadas.

Para que uma RSL seja bem desenvolvida e obtenha o caráter científico que se espera, devem-se seguir algumas etapas que possibilitam o seu desenvolvimento. Embora não exista um único método a ser seguido, de acordo com Morandi e Camargo (2015), há um núcleo comum para o desenvolvimento das etapas; no entanto o modo de operacionalização fica a critério do autor ou instituições. Desse modo, o número de etapas a ser seguido varia de autor para autor e de acordo com o objeto e pergunta de pesquisa. Esse número, entretanto, está entre uma e nove etapas, que podem ser semelhantes ou distintas. Utilizamos dos autores Fonseca e Sánchez-Rivero (2019), Okoli (2019) e Donato e Donato (2019), para nortear nossa pesquisa e representarmos o núcleo de etapas no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Núcleo comum de etapas no desenvolvimento de uma revisão sistemática (continua)

AUTORES	ETAPAS
Nino Fonseca; Marcelino Sánchez-Rivero (2019)	1. Definição do problema 2. Recolha dos dados 3. Avaliação dos dados 4. Apresentação e análise dos dados 5. Interpretação dos resultados 6. Apresentação dos resultados
Chitu Okoli (2019)	1. Identifique o objetivo 2. Planeje o protocolo e treine a equipe 3. Aplique uma seleção prática 4. Busque a bibliografia 5. Extraia os dados 6. Avalie a qualidade 7. Sintetize os estudos 8. Escreva a revisão
Helena Donato; Mariana Donato (2019)	1. Formular uma questão de investigação 2. Produzir um protocolo de investigação 3. Definir os critérios de inclusão e de exclusão 4. Desenvolver uma estratégia de pesquisa e pesquisar a literatura 5. Selecionar os estudos 6. Avaliar a qualidade dos estudos; 7. Extrair os dados 8. Sintetizar os dados 9. Disseminar os resultados

Fonte: Adaptado de Fonseca e Sánchez-Rivero (2019); Okoli (2019) e Donato e Donato (2019).

Apesar de utilizarem nomenclaturas diferentes e etapas a mais ou a menos, a ideia geral de sequência das etapas e sua ordem seguem um núcleo comum. Sabendo que cada potencial revisor pode adaptar a sequência de etapas de acordo com o seu objeto e a classificação de sua pesquisa, a partir do Quadro 4 acima, definiremos as etapas de nossa pesquisa delineando o que deve ser feito em cada uma delas.

4.2 ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL)

Como visto anteriormente, para o desenvolvimento de uma RSL é crucial seguir algumas etapas como processo razoavelmente padronizado, para que haja uma objetividade e maior eficiência na análise do material levantado, bem como classificá-la com relação a síntese. Desse modo, apresentamos nesta subseção a sequência de etapas de nossa pesquisa.

Etapa 1: Formular a questão de Pesquisa – Dando vazão ao objetivo do estudo, a questão de pesquisa norteia todo o processo da RSL; Assim sendo, deve-se definir bem essa questão, para alcançar um nível de eficiência satisfatório (GOMES; CAMINHA, 2014).

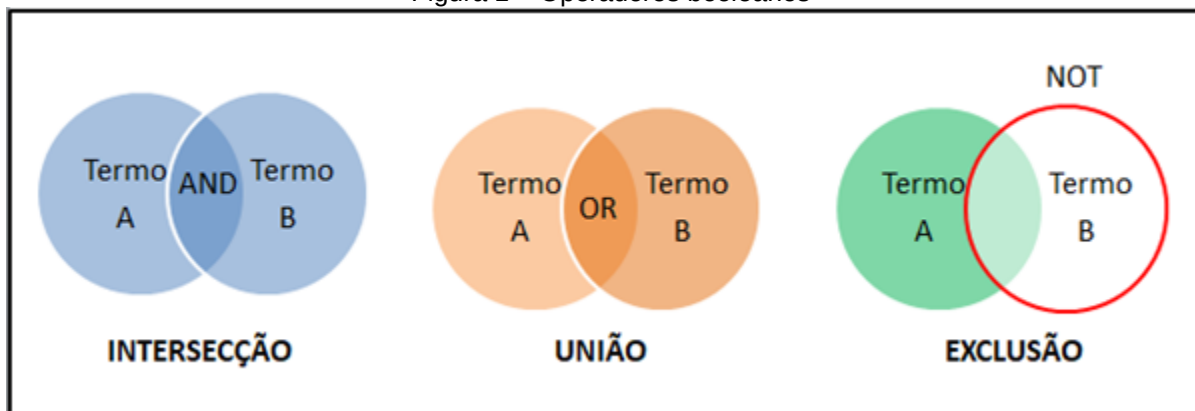
Desse modo, a questão de pesquisa que norteia o processo da RSL nesta nossa investigação é: Como as pesquisas brasileiras apontam o conceito da Difusão Cultural nas Unidades de Informação?

Etapa 2: Estratégia de Busca – Nesta etapa, são identificadas as bases de dados, termos de busca, abrangência e restrição da pesquisa, através da produção de um protocolo de pesquisa minucioso que deve servir como mapa de condução da RSL. Esse protocolo pode ser alterado durante o processo de condução da RSL (PETTICREW; ROBERTS, 2006).

Para esta pesquisa, seguimos a seguinte estratégia: Produzimos um protocolo de pesquisa (Apêndice I) para nortear as buscas e a pesquisa. Identificamos as bases de dados (SCIELO; IBICT; BDTD; *Web of Science*; BRAPCI) e as selecionamos conforme dois critérios: 1) Acesso de forma gratuita; 2) Conhecimento Multidisciplinar. Delimitamos o recorte temporal do ano 2000 até o ano 2021. Optamos pela revisão das produções nos últimos 21 anos, considerando uma boa margem temporal para responder à questão norteadora, podendo esse recorte temporal ser alterado, caso fossem encontradas, produções científicas pertinentes à questão de pesquisa, (OKOLI, 2019). Utilizamos como estratégia de busca os operadores booleanos, **AND**, **OR**. Na construção dessa estratégia de busca, o operador booleano **NOT** não foi utilizado, pois o seu uso poderia causar

perdas de resultados importantes. Essas informações estão representadas na Figura 1, a seguir.

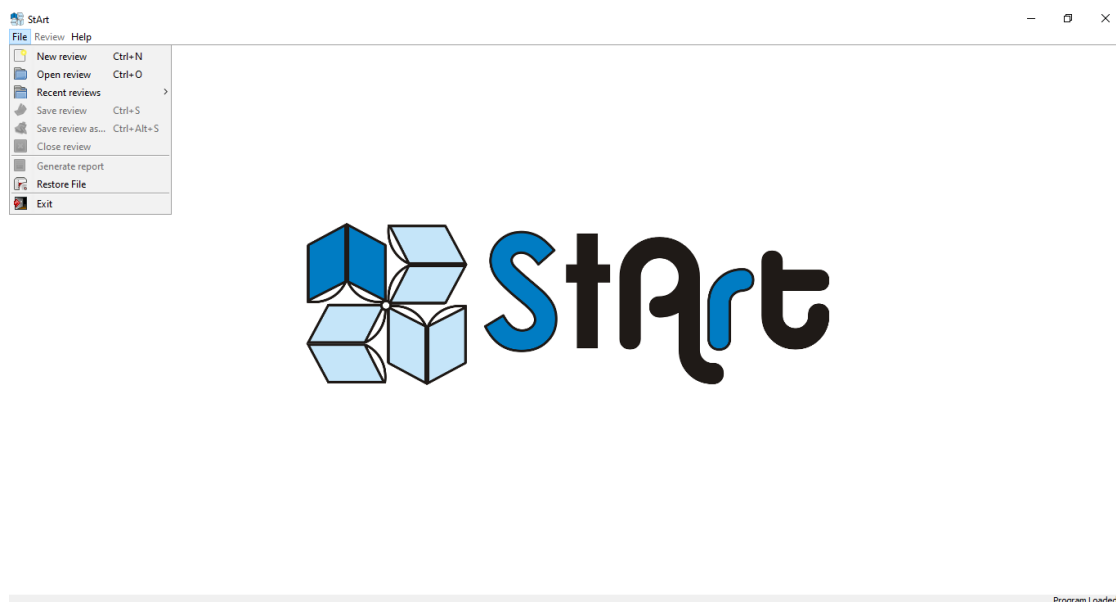
Figura 1 – Operadores booleanos



Fonte: Adaptado de Galvão e Ricarte (2019).

Utilizamos, ainda, a ferramenta StArt, do Laboratório em Engenharia de Software (LaPES), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para o desenvolvimento da RSL. A ferramenta conta com as etapas de: *planejamento*, quando são informados os dados do protocolo de pesquisa; *execução*, composta pela inclusão e seleção dos estudos, de acordo com cada base de dados; e *sumarização*, onde registra-se os resultados da RSL. O software permite incluir as bases de dados e alimentar os resultados das buscas com as *strings*, selecionar, rejeitar e identificar estudos duplicados das buscas, além de permitir adicionar os critérios de inclusão e exclusão, critérios de qualidade, realizar a extração dos dados, dentro de uma gama de funcionalidades que auxiliam no desenvolvimento da RSL. Essa ferramenta deu, enfim, grande suporte ao cumprimento das etapas da pesquisa. O software pode ser baixado através do site do LaPES (http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool).

Figura 2 – Software StArt



Fonte: A Pesquisa (print de tela).

Etapa 3: Definição dos critérios de inclusão e exclusão – Nesta etapa, devem ser apresentados, de forma estratégica e replicável, todos os critérios utilizados para inclusão e exclusão dos resultados (FONSECA; SÁNCHEZ-RIVERO, 2019). Para esta pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão utilizados são descritos no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Critérios para inclusão e exclusão de estudos (continua)

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
a) Ter acesso público e gratuito	a) Não possuir acesso livre e gratuito
b) Ser Tese, Dissertação ou Artigo	b) Monografias, livros, capítulos de livros e relatórios
c) Possuir similaridade com a temática: Difusão Cultural em Unidades de Informação	c) Não possuir similaridade com a temática: Difusão Cultural em Unidades de Informação
d) Ser das áreas da Arquivologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Museologia	d) Não ser publicação brasileira

Fonte: A Pesquisa.

Quadro 5 – Critérios para inclusão e exclusão de estudos (conclusão)

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
e) Estar disponível de forma integral nas bases de dados buscadas	e) Não apresentar resumo/ <i>abstract</i> e palavras-chave
f) Recorte temporal: 2000 a 2021	
g) Ser publicação brasileira	

Fonte: A Pesquisa.

Etapa 4: Busca da literatura – Neste momento, é posta em prática a estratégia de pesquisa e realiza-se a busca pela literatura. Esta etapa é importante, pois trata-se de uma busca exaustiva e que exige bastante empenho e atenção do pesquisador ao mesmo tempo em que se devem evitar referências em excesso. Aqui entram os conceitos de sensibilidade, precisão e especificidade (DONATO; DONATO, 2019).

Para essa etapa, partimos da questão de pesquisa para definir os termos de busca. Sob essa diretriz, as variáveis estabelecidas a partir da questão de pesquisa geraram os seguintes termos: “difusão cultural”, “mediação cultural”, “difusão da informação”, “disseminação da informação”, “práticas de difusão cultural”, arquivo, biblioteca, museu, “unidades de informação”, arquivologia, biblioteconomia, museologia, “Ciência da Informação”. Para a criação de *strings*, utilizamos os termos já citados anteriormente e os termos por aproximação apresentados no Protocolo de Revisão Sistemática (PRSL).

Para criar precisão na busca, utilizaram-se os operadores booleanos **AND**, que permite a intersecção de estudos, e **OR**, que tem o sentido de união/adição, permitindo o uso de sinônimos no momento da busca. O operador **NOT** não foi utilizado, pois, como já dito, pode causar a perda da sensibilidade da pesquisa, ao ponto que exclui resultados que podem ser importantes para o desenvolvimento da RSL. Utilizamos como auxílio os caracteres “ ”, para busca de palavras compostas. Desse modo, construímos as seguintes *strings*:

String 1: “difusão cultural”

String 2: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND arquivo

String 3: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND biblioteca

String 4: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND museu

String 5: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND “unidades de informação”

String 6: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND arquivo

String 7: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND biblioteca

String 8: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND museu

String 9: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND “unidades de informação”

String 10: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND arquivo

String 11: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND biblioteca

String 12: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND museu

String 13: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND “unidades de informação”

String 14: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND arquivo

String 15: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND biblioteca

String 16: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND museu

String 17: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND “unidades de informação”

String 18: difusão AND arquivo

String 19: difusão AND biblioteca

String 20: difusão AND museu

String 21: “difusão cultural” AND arquivo

String 22: “difusão cultural” AND biblioteca

String 23: “difusão cultural” AND museu

String 24: “difusão cultural” AND arquivologia

String 25: “difusão cultural” AND biblioteconomia

String 26: “difusão cultural” AND museologia

String 27: “difusão cultural em arquivos”

String 28: “difusão cultural em bibliotecas”

String 29: “difusão cultural em museus”

String 30: “difusão cultural” AND “ciência da informação”

String 31: “difusão cultural na ciência da informação”

Etapa 5: Avaliação e Seleção dos dados – Definição sobre a inclusão ou exclusão dos estudos a partir dos critérios anteriormente estabelecidos, ficando claro para o pesquisador, a partir da leitura do estudo, a forma como codificar a informação considerada relevante (FONSECA; SÁNCHEZ-RIVERO, 2019).

Essa etapa se cumpriu a partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão já definidos sobre os estudos levantados e potencialmente elegíveis. Além dos critérios pré-estabelecidos no protocolo de pesquisa, para o refinamento na seleção dos estudos, levaram-se em consideração outras exigências que podem determinar a inclusão ou não do estudo na RSL. Assim, ficou definido que o estudo deveria:

- a) apresentar os termos extraídos da questão de pesquisa no título, resumo e/ou palavras-chave;
- b) estar dentro da área de concentração da temática;
- c) ser um estudo em seu formato integral;
- d) apresentar um caráter metodológico científico e preciso;

Para finalizar, também se definiu que não poderia ser um estudo duplicado.

Registrou-se o número de estudos identificados, o número de estudos selecionados, o número de estudos não selecionados e o número de estudos duplicados.

Etapa 6: Extração dos dados – Para o cumprimento desta etapa, houve uma avaliação descritiva baseada em itens que identificaram os estudos, as informações consideradas relevantes, limitações e desfecho do estudo (GOMES; CAMINHA, 2014). A extração de dados levou em consideração os seguintes itens:

Quadro 6 – Itens para extração de dados

ITEM	CRITÉRIO DE EXTRAÇÃO
Título	Transcrição do título, na íntegra
Ano	Ano de publicação
Autor(es)	Transcrição do nome do(s) autor(es), na íntegra
Área de conhecimento	Área em que se insere a publicação
Configuração do estudo	Definição do tipo de estudo: tese, dissertação ou artigo
Periódico de publicação	Indicação e localização do periódico
Endereço eletrônico do estudo	Indicação do endereço eletrônico para localizar o estudo, na íntegra
Usos	Categorização das pesquisas, de acordo com as categorias: Conceitual; Usos da Difusão Cultural; Aspectos Epistêmicos
Conceitos que envolvem a difusão cultural trabalhados de forma individual	Transcrição dos conceitos que envolvem a difusão cultural de modo individual, definindo sua ligação com a temática
Execução da Difusão Cultural	Apontamento, quando o estudo trazer práticas, planos ou modelos de atividades de difusão cultural.
Procedimento metodológico	Coerência do Método com a proposta da pesquisa
Tabela, quadros e/ou figuras	Indicação de tabelas, quadros e/ou figuras que versem sobre o conceito de difusão cultural e/ou sua aplicação nas Unidades de Informação, quando for o caso

Fonte: A Pesquisa.

Nessa etapa, extraíram-se, ainda, os usos das pesquisas selecionadas, os quais foram inscritos dentro do próprio software, na parte de *observações*, em cada estudo selecionado. Essa informação nos permite compreender melhor os caminhos das pesquisas produzidas.

Etapa 7: Síntese e Disseminação da informação – Combina-se toda informação levantada, a fim de se obter a abrangência dos estudos levantados e as informações que respondem à questão de pesquisa. A partir das informações recolhidas comunicam-se os resultados (OKOLI, 2019).

Quando realizamos essa etapa (seção resultados e discussões), apresentamos a quantidade de estudos utilizados para realização da RSL bem como combinando os resultados da pesquisa. Indicamos os usos identificados das produções científicas selecionadas, com relação à produção dentro da temática abordada nesta pesquisa. Apontamos a Difusão Cultural e sua compreensão, assim como as convergências e divergências identificadas sobre o termo; para tanto, consideramos a construção de um mapa mental. Após a síntese, há intencionalidade de publicação dos resultados, preferencialmente em eventos e/ou periódicos da área da Ciência da Informação e/ou das áreas já comentadas neste estudo, as quais se encaixam na temática da RSL.

Dentro do que prevê cada uma das etapas acima, conduzimos a nossa pesquisa, sempre visando à objetividade, transparência e capacidade de replicação, como objetiva-se a ideia central de uma Revisão Sistemática de Literatura, conforme as ações de alcance para cada objetivo específico da pesquisa, de acordo com o Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Objetivos Específicos e suas ações de alcance

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODOS DE ALCANCE
Mapear as produções científicas brasileiras que abordam a temática da Difusão Cultural nas Unidades de Informação;	Buscas nas bases de dados: SCIELO; IBICT; BDTD; Web of Science e BRAPCI; para o desenvolvimento da parte teórica
Aplicar o método de Revisão Sistemática da Literatura;	Critérios pré-estabelecidos, seguindo as orientações científicas para o desenvolvimento do método
Estabelecer conexões e/ou divergências entre os conceitos nas áreas profissionais que compõem as Unidades de Informação;	Apresentação das considerações das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no que concerne às atividades de Difusão Cultural em cada área, através da construção de um mapa mental
Identificar os aspectos epistêmicos da Difusão Cultural e sua aplicação no contexto das Unidades de Informação.	Buscas das produções científicas selecionadas, para o desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: A pesquisa.

5 RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo apresentar a síntese da RSL, informando os dados coletados, de acordo com as áreas de concentração; os tipos de pesquisa; os respectivos anos de publicação, dividindo-os em categorias de execução dos estudos, estabelecidas a partir do objetivo desta pesquisa. São essas categorias: conceito, uso e epistemologia. Aqui também se apresentam a análise dos dados e os mapas mentais que, por si, mostram as conexões e divergências de cada área de atuação nas Unidades de Informação.

Para a coleta de dados, seguiu-se o Protocolo de Pesquisa da Revisão Sistemática de Literatura (PRSL). Como definido no documento, as buscas foram realizadas nas bases de dados Scielo, *Web of Science*, BDTD, IBICT e BRAPCI. A ferramenta instrumental utilizada para o desenvolvimento desta RSL foi o software StArt (*State of the Art through Systematic Review*), desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LAPES), do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). As imagens que se referem à comprovação de dados são *prints* do software, após concluídas as buscas. Também são utilizados gráficos e tabelas, para melhor representar os resultados da pesquisa e a categorização dos estudos selecionados e aceitos para a RSL.

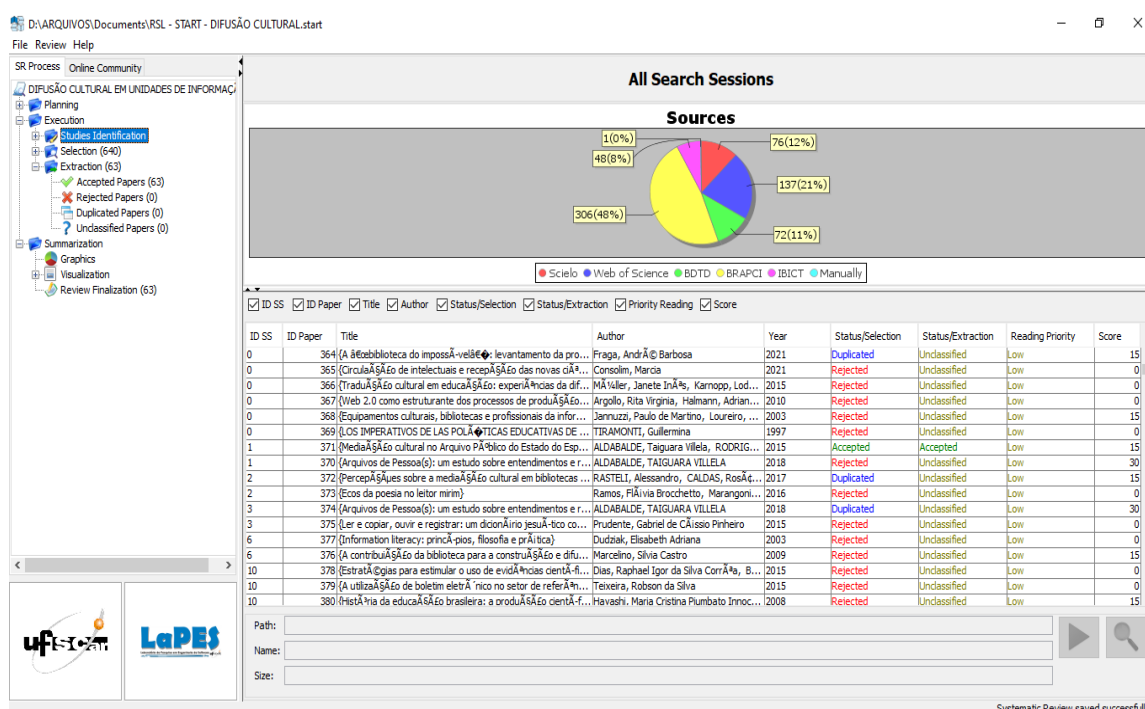
De modo a não repetir o que já fora apresentado na seção Método e no Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (PRSL), a exemplo das bases de dados, *strings* de busca, critérios de inclusão e exclusão e demais conteúdos do protocolo e das etapas da RSL, caso surja alguma dúvida, convidamos o leitor a revisitar a seção supra mencionada ou inteirar-se do PRSL, que se encontra como apêndice desta pesquisa.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A obtenção dos dados da pesquisa se deu através das buscas realizadas nas bases de dados, selecionadas a partir de *strings* pré-definidos no Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (PRSL). As buscas foram realizadas de modo exaustivo, *string* por *string*, em cada base de dados, gerando um total de 640 resultados de pesquisa, os quais foram destinados à alimentação do software StArt para realização da RSL aqui proposta.

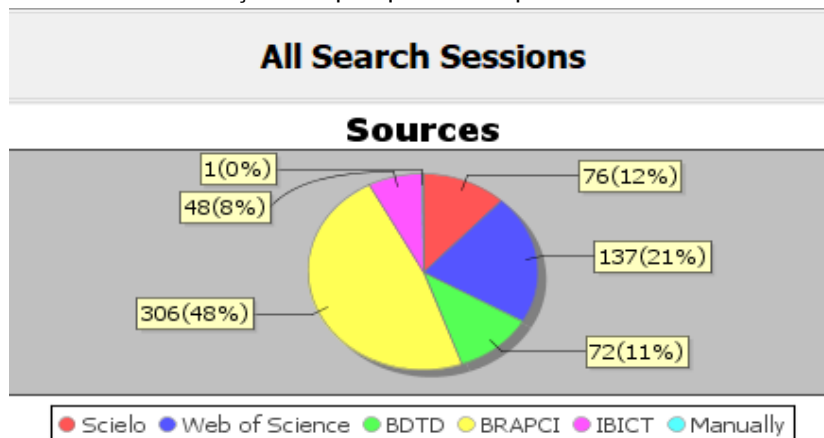
A Figura 3 e o Gráfico 1 mostram o total de pesquisas recuperadas em cada base de dados bem como a porcentagem que cada quantidade ocupa no todo dos resultados em formato de gráfico pizza. Dessas informações, compreende-se que 1 dos estudos (0%) refere-se à inserção manual; 48 (8%) referem-se aos resultados da base de dados IBICT; 72 estudos (11%) referem-se aos resultados da base BDTD; 76 (12%) referem-se ao resultado de estudos recuperados na base de dados Scielo; 137 (21%) foram as pesquisas recuperadas na *Web of Science*; e 306 (48%) foram os resultados das pesquisas recuperadas na base de dados BRAPCI. Os dados do Gráfico 1 foram gerados pela ferramenta StArt.

Figura 3 – Identificação das pesquisas recuperadas nas bases de dados



Fonte: A Pesquisa.

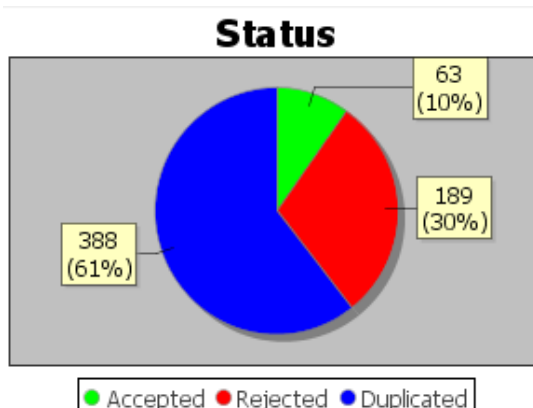
Gráfico 1 – Identificação das pesquisas recuperadas nas bases de dados



Fonte: A Pesquisa.

Após a recuperação dos dados, foram aplicados os critérios de inclusão. Foi identificado um total de 388 documentos duplicados (60%), diante do resultado das buscas nas cinco bases de dados; foram rejeitados 189 documentos (30%), por não estarem dentro dos critérios de inclusão dos estudos como resultado. Foram aceitos 63 estudos (10%), para o processo de leitura integral e extração dos dados, integrando o relatório da RSL, conforme apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Resultado da etapa de seleção dos estudos no software StArt



Fonte: A Pesquisa.

Para a obtenção dos resultados acima divulgados, foram apreciadas as particularidades de busca de cada base de dados, mas sempre se respeitando os

limites do PRSL, especialmente as *strings* de busca. Apresentamos a seguir o andamento das buscas da pesquisa em cada base de dados.

Scielo: A busca nesta base de dados ocorreu de modo tranquilo e sem intercorrências. Foi possível aplicar filtros durante as buscas, os quais correspondiam aos critérios de inclusão previamente definidos pelo PRSL.

Web of Science: Por ser uma base de dados internacional, as buscas foram feitas na língua inglesa, sempre respeitando, todavia, as *strings* de buscas. Nesta base também foi possível aplicar os filtros de busca de acordo com o PRSL.

BDTD: Foram encontradas dificuldades durante o refinamento das buscas, nesta base de dados, pois as opções de filtros de pesquisa eram poucas e não apresentavam a praticidade de seleção para aplicá-los de acordo com o PRSL. Desse modo, conforme interesse e viabilidade da pesquisa e por interessar à área da Ciência da Informação (CI), optamos, nesta base, pelas publicações nos programas dessa área.

Brapci: A busca ocorreu de modo tranquilo e sem intercorrências. Por ser uma base de dados da área da Ciência da Informação, os resultados das buscas já atendiam aos critérios da área da pesquisa.

IBICT: Nesta base, priorizou-se o departamento, programa e área da Ciência da Informação, conforme interesse e viabilidade da pesquisa e por interessar à Ciência da Informação.

5.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS

No processo de seleção e desenvolvimento, a pesquisa contemplou como fontes as produções científicas que se caracterizavam como artigos, dissertações e teses. O quadro abaixo identifica o quantitativo de cada tipo de estudo nas buscas realizadas nas cinco bases de dados, a partir das *strings* apresentadas no PRSL.

Quadro 8 – Caracterização e quantificação dos tipos de estudos

NATUREZA	QUANTITATIVO
Artigos	52
Dissertações	9
Teses	2
TOTAL	63

Fonte: A Pesquisa.

Indo ao encontro ao resultado do material selecionado para o desenvolvimento da pesquisa, observamos que os estudos relativos à Difusão Cultural no Brasil ainda são incipientes, considerando que se trata de uma ação de suma importância no quadro de atividades relacionadas à disseminação e apropriação da informação e que devem ser desenvolvidas pelos profissional da informação nas UIs.

No que diz respeito à caracterização dos estudos selecionados, com relação à área de publicação, o Quadro 9 apresenta seu quantitativo. Vale salientar que os estudos identificados na área da CI também podem corresponder às áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, tendo em vista a interdisciplinaridade da CI; no entanto, classificamos de acordo com a área dos programas e periódicos de publicação. Já o quadro 10 apresenta os estudos que foram selecionados na RSL por ordem cronológica e com identificação dos autores.

Quadro 9 – Caracterização quanto a área dos estudos

ÁREA	QUANTITATIVO
Arquivologia	15
Biblioteconomia	5
Ciência da Informação	42
Museologia	1
TOTAL	63

Fonte: A Pesquisa.

O Quadro 10 apresenta os estudos selecionados com seus respectivos autores e ano de publicação.

Quadro 10 – Identificação dos estudos selecionados (continua)

PESQUISAS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	CATEGORIA
Gestão política do passado: a construção da memória do regime militar nos arquivos públicos brasileiros	HENRIQUES, Ana Claudia	2007	Dissertação
Estudo de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	CÉ, Graziella; PEDRAZZI, Fernanda Kieling	2011	Artigo
A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural?	RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia	2011	Artigo
Ciência móvel: a mediação informacional nas exposições de um museu itinerante	SCHWENCK, Beatriz	2011	Dissertação
Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo	BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da	2012	Artigo
Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa	CABRAL, Rosimere Mendes	2012	Artigo

Fonte: A Pesquisa.

Quadro 10 – Identificação dos estudos selecionados (continua)

PESQUISAS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	CATEGORIA
A mediação em museus: um estudo do projeto Veja com as mãos	PAULA, Thais Regina Franciscan de	2012	Dissertação
Uma Experiência Pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” dos Archives nationales da França	PEGEON, Annick	2012	Artigo
Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação online	PORTELLA, Viviane Portella de; PEREZ, Carlos Blaya	2012	Artigo
Biblioteca na educação: práticas colaborativas e apropriação cultural	CAIRES, Fernanda Medeiros	2014	Dissertação
A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social	GOMES, Henriette Ferreira	2014	Artigo
A mediação cultural como categoria autônoma	PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete	2014	Artigo
Mediação cultural e apropriação da informação em Bibliotecas públicas	RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia	2014	Artigo
Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros	SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara	2014	Artigo
Educação para o Patrimônio: mediação cultural na perspectiva dos museus e bibliotecas: uma experiência interdisciplinar na ciência da informação	SOUZA, Anita Helena Vieira de; SANTOS, Valdir Rodrigues dos	2014	Artigo
Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	ALDABALDE, Taiguara Villela	2015	Tese
Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.	ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES Georgete Medleg	2015	Artigo
Competências profissionais para atuação bibliotecária na área cultural	CHAVES, Mayco Ferreira	2015	Artigo
Bibliotecas como livrarias? Repensando fronteiras entre instituições culturais na contemporaneidade	DIAS, Luciana Tavares	2015	Dissertação

Fonte: A Pesquisa.

Quadro 10 – Identificação dos estudos selecionados (continua)

PESQUISAS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	CATEGORIA
Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional	ROCKEMBACH, Moisés	2015	Artigo
O bibliotecário como mediador cultural: concepções e desafios à sua formação	LIMA, Celly de Brito	2016	Tese
BIBLIOTECÁRIO: um mediador cultural para a apropriação cultural	LIMA, Celly de Brito; Perrotti, Edmir	2016	Artigo
Mediação da informação em arquivos: a necessidade da consolidação da prática do serviço de referência	SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira	2016	Artigo
O documento digital no contexto das funções arquivísticas	SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel	2016	Artigo
Difusão Cultural no Arquivo Afonso Pereira: o teatro do estudante da Paraíba e sua construção expográfica	CARVALHO, Flávia Barros Fernandes; MAIA, Manuela Eugênio	2017	Artigo
Mediação de informação da biblioteca do CEFET/RJ - Campus Valença para produtores rurais em Valença/RJ	FREITAS, Maria Luiza Silva de Sousa; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill	2017	Artigo
Mediação cultural no âmbito da web 2.0: interatividade, participação e experiência	GALEALE, Bernardo Perri; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de	2017	Artigo
A mediação da informação em Bibliotecas Universitárias brasileiras e francesas: práticas e discursos dos profissionais da informação	NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de	2017	Artigo
A importância da gestão documental no contexto do acesso aos documentos e difusão dos arquivos	PRADE, Aline Marcia; PEREZ, Carlos Blaya	2017	Artigo
Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social	RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini	2017	Artigo
Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira	RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini	2017	Artigo
Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR	SILVA, Bárbara Damiane da; SANTOS NETO, João Arlindo dos	2017	Artigo
Papel pedagógico do arquivista e sua inserção na difusão e mediação da informação	BALBINO, Giseli Milani Santiago; CHAGAS, Cíntia Aparecida	2018	Artigo
A mediação cultural e a análise de assunto: mais que discursos, unindo comunidades	BRENTAN JUNIOR, Elisio Custodio; MARTINS, Bianca Rodrigues; SANTOS NETO, João Arlindo dos	2018	Artigo
Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais	CAVALHEIRO, Marcos Ulisses	2018	Artigo
Uma perspectiva interdisciplinar da difusão dos arquivos	LOPES, Bianca da Costa Maia; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro	2018	Artigo

Fonte: A Pesquisa.

Quadro 10 – Identificação dos estudos selecionados (continua)

PESQUISAS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	CATEGORIA
Contributos da User Experience para a difusão de acervos arquivísticos: uma análise da interação do usuário com a base de dados SIAN	LOPES, Bianca da Costa Maia; SILVA, Eliezer Pires	2018	Artigo
Usuários e públicos nas práticas de profissionais da informação e áreas correlatas	ROCHA, Eliane Cristina de Freitas	2018	Artigo
Biblioteca, oralidade e conhecimento: uma contribuição aos estudos de mediação e apropriação cultural	VIRGÍNIO, Andreina Alves de Sousa	2018	Dissertação
Comunicação museológica em museus de ciências: o Museu de Ciências Naturais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MUCIN/UFRGS)	FERNANDES, Aline Portella	2019	Dissertação
Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do Arquivo Nacional	FONTES, Leonardo Augusto Silva; SAETA, Tulio Alexandre	2019	Artigo
Mediação Cultural na contação de histórias da Biblioteca Pública Infantil de Londrina	PEREIRA, Ana Paula <i>et al.</i>	2019	Artigo
Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo	PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires;	2019	Artigo
Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil	RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini	2019	Artigo
Mediação cultural: estudo e prática a partir das informações presentes nas esculturas religiosas, na documentação e no ambiente virtual no Museu de Arte Sacra de Laranjeiras/SE	SANTOS, Maria de Lourdes dos	2019	Dissertação
Mediação da informação no campo da Arquivologia	SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli	2019	Artigo
Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo	BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman	2020	Artigo
A divulgação de acervos arquivísticos na web: potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional	LOPES, Bianca da Costa Maia; SILVA, Eliezer Pires	2020	Artigo
Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil	MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite	2020	Artigo
O Papel das TICs na Mediação Cultural em Museus: Museomix no Circuito Cultural Liberdade	MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos; BARBOSA, Cátia Rodrigues	2020	Artigo

Fonte: A Pesquisa.

Quadro 10 – Identificação dos estudos selecionados (conclusão)

PESQUISAS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	CATEGORIA
A mediação em Arquivos relatos de experiência em periódicos de língua inglesa	OLIVEIRA, Gustavo Augusto Andrade de; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas	2020	Artigo
A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador	PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de	2020	Artigo
Biblioteca escolar e as relações de trabalho colaborativo: mediação e apropriação cultural no ambiente educacional	SALA, Fabiana; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de	2020	Artigo
Um dispositivo digital de mediação cultural: o caso do repositório filatélico brasileiro	SALCEDO, Diego; Silva, Jhoicykelly Roberto Pessoa e	2020	Artigo
MEDIAÇÃO E DIFUSÃO EM ARQUIVOS: inter-relações teóricas	SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli	2020	Artigo
Mediação cultural em bibliotecas públicas de Curitiba	SCHEUER, Josiele; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges	2020	Artigo
Mediação cultural e mediação da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias	TARGINO, Maria das Graças	2020	Artigo
Da custódia à mediação cultural: o papel dos arquivistas	ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman	2020	Artigo
O papel da mediação da informação na biblioteca escolar	CORREIA, Erica Mariza; BELCHIOR, Cleide Aparecida Freires; FIALHO, Janaina Ferreira	2021	Artigo
Mediação cultural e de leitura na formação do bibliotecário biblioterapeuta	PAJEÚ, Hélio Márcio; SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima	2021	Artigo
Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais	RASTELI, Alessandro	2021	Artigo
Arquivologia e educação: múltiplas abordagens	RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro	2021	Artigo
Mediação da cultura e da informação na Fundação Casa de José Américo	SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; MAIA, Andrea Medeiros de Sousa	2021	Artigo

Fonte: A Pesquisa.

5.3 CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Para alcançar os objetivos da pesquisa e com vistas a estabelecer conexões e/ou divergências entre os conceitos nas áreas profissionais que compõem as UIs, a partir da criação de um mapa mental, categorizamos os estudos, a fim de compreendê-los em suas especificidades. Indo ao encontro do objetivo da pesquisa, estabelecemos três categorias, como mostra a seguir, o Quadro 11: Conceito, Uso e Aspectos epistêmicos.

Quadro 11 – Categorização dos estudos selecionados

CATEGORIA	QUANTITATIVO
Conceito	57 estudos 90.47%
Uso	39 estudos 61.90%
Aspectos Epistêmicos	8 estudos 12.69%

Fonte: A Pesquisa.

Dos 66 estudos selecionados para a RSL, 57 se encaixam na categoria Conceito, o que representa 90,47% do total; 39 estudos se encaixam na categoria Uso, ou seja, 61,90% do total de estudos; e 8 estudos se encaixam na categoria Aspectos Epistêmicos, representando 12,69% do total desses estudos. É interessante observar que um mesmo estudo pode se encaixar em apenas uma categoria ou também em mais de uma delas, ou seja, ao mesmo tempo que um estudo aborda o Conceito pode trazer consigo também os Aspectos Epistêmicos ou a forma de uso da pesquisa ou os três pontos de abordagem.

Ao categorizar os estudos, identificamos 24 usos destes, os quais mostram a variedade de abordagens da temática bem como sua aproximação do que vem a ser mediação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O Quadro 12, a seguir, identifica esses usos.

Quadro 12 – Usos dos estudos selecionados

USOS
Mapeamento de práticas de mediação cultural
Uso da Cultura
Bibliotecário como mediador da informação
Arquivista e a mediação
Ação de aproximação entre acesso e usuário
Práticas de mediação
Práticas de mediação na Web
Difusão Cultural na Web
Apropriação cultural
Expografia
Difusão e Mediação
Mediação no Museu
Infoeducação
Difusão como precursora da mediação cultural
Atividade de Difusão
Função social dos Arquivos
Interação socioinformacional
Atuação do Bibliotecário com o uso da Difusão Cultural
Prática sociocultural
Função social da mediação
Integração cultural, educacional e informacional
Práticas de Difusão
Biblioterapia
Apropriação da informação
Curadoria e ação cultural
Difusão em ambientes virtuais
Fazer pedagógico do profissional da informação

Fonte: A Pesquisa.

Os estudos selecionados consideraram os termos por aproximação definidos no PRSL, sendo incluídos no quadro de Usos. Ao selecionarmos os estudos, categorizá-los e investigar os usos, percebemos uma grande aproximação conceitual

e prática entre os termos *difusão cultural* e *mediação*. Confirmamos, na nossa observação dos estudos de Almeida Júnior (2008), Teixeira Coelho (2004) e Rasse (2000) quando abordam a mediação como algo que liga o sensível ao simbólico, aproximando o indivíduo do documento bem como da informação, favorecendo a construção do conhecimento através da ação, da prática direta ou indireta do profissional da informação.

Não é objetivo desta pesquisa investigar as proximidades e distanciamentos dos conceitos, mas não podíamos deixar de notar a proximidade das ações e a presença dos termos, concluindo, inclusive, que *Difusão Cultural* aparece com maior frequência na Arquivologia e *mediação* com maior frequência na Biblioteconomia e Museologia, embora com atividades práticas semelhantes. Diante da bibliografia levantada, compreende-se que uma ação abre espaço para a outra e ambas pressupõem a ação do profissional da informação. (ROCKENBACH, 2015), o que nos leva a considerar ambas na seleção das fontes e construção dos quadros e mapa mental.

5.4 COMPREENDENDO A DIFUSÃO CULTURAL: Mapa Mental

Segundo Leffa (2012), compreender é uma ação intelectual que recai sobre um objeto de leitura, ação esta que, por sua complexidade e rapidez, é colocada abaixo da superfície da consciência, onde se desdobra em vários níveis, processando-os de modo instantâneo, desde o processamento do código até a construção do conhecimento. A compreensão é impregnada de conexões, que, reunindo força, energia e a fertilidade do húmus, gera a atividade consciente da interpretação. Ou seja, “compreender é relacionar e essas relações precisam ser estabelecidas em várias direções, locais e globais, dentro do objeto de leitura e fora dele” (LEFFA, 2012, p. 268).

É neste sentido que escolhemos o Mapa Mental como ferramenta para compreensão da Difusão Cultural e exercício dessa compreensão, quando se torna possível identificar, na estrutura do Mapa, as aproximações e divergências da DC nas áreas que envolvem as práticas profissionais nas Unidades de Informação.

Mapas mentais são estruturas lógicas e não lineares que representam a informação, a partir do registro das ideias importantes de um campo de observação que fomentam a compreensão e construção do conhecimento sobre determinado objeto (NISHI, 2009). O uso de mapas mentais permite que o indivíduo possa pensar com clareza, construindo conhecimento e memorizando informações importantes ao desenvolvimento de atividades, projetos, estudos e uma infinidade de possibilidades que podem ser aprofundadas e melhor compreendidas através de sua construção.

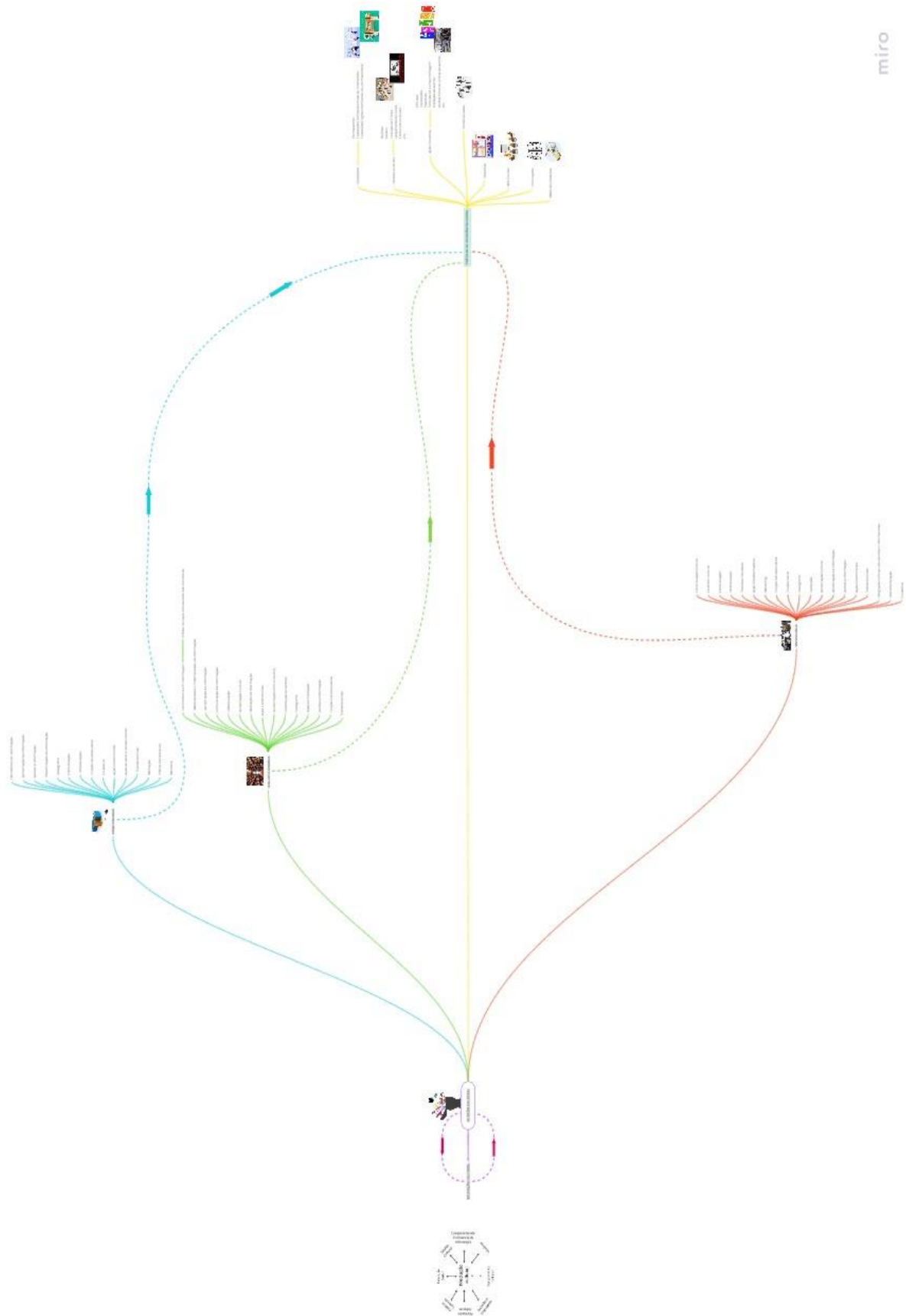
Segundo Tony Buzan (2009), a utilização de mapas mentais nos permite uma melhor aprendizagem e compreensão, uma vez que utilizamos os dois lados do cérebro, ligações e sinapses, para as atividades de imaginação, associação e logicidade, as quais os mapas mentais nos proporcionam. Desse modo, esse instrumento auxilia o cérebro no armazenamento e na recuperação da informação com mais eficiência.

Compreendemos os mapas mentais como uma ação dialógica, criativa e útil na organização de informações, o que amplia a capacidade de aprendizagem e recepção da informação pelo cérebro. Essa informação, após processada, se torna conhecimento, capaz de ser acessado pela memória do indivíduo sempre que necessário.

Sendo uma ferramenta de contornos e forma de criação livre, sem referência pré-estabelecida (MARQUES, 2008), torna-se eficaz na aprendizagem e construção de significados para o aprendente, além de se colocar como ferramenta sempre disponível à expansão do conhecimento e que “permite visualizar todas as informações relevantes para um assunto no mesmo campo visual” (MARQUES, 2008, p. 33), podendo ser compreendida ainda como “uma fonte de comunicação” (SEEMANN, 2003, p.15).

Diante do exposto, consideramos salutar a construção de um Mapa Mental, como ferramenta capaz de conduzir o leitor a compreender o que vem a ser a DC e visualizar suas aproximações e/ou divergências nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, tendo em vista que este instrumento manifesta, de modo natural, os processos de pensamento do cérebro, sendo considerado a maior ferramenta de desenvolvimento da mente humana (BUZAN, 2019) conduzindo o indivíduo a uma construção mais clara e objetiva do conhecimento que se pretende transmitir. O mapa pode ser conferido a seguir.

Figura 4 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural



Fonte: A Pesquisa.

O Mapa Mental foi construído a partir da ferramenta online Miro, para cujo acesso o usuário precisa realizar um cadastro na plataforma. Para esse cadastro, é necessário possuir uma conta de e-mail válida (Google, por exemplo) e uma senha de acesso que será criada durante o cadastro. A plataforma é de fácil uso e compreensão das ferramentas disponíveis e permite *upload* de imagens, o que torna o mapa mais dinâmico, atingindo os lados imaginativo e lógico do cérebro; dispõe de uma versão gratuita – a qual utilizamos – e de *upgrades* pagos.

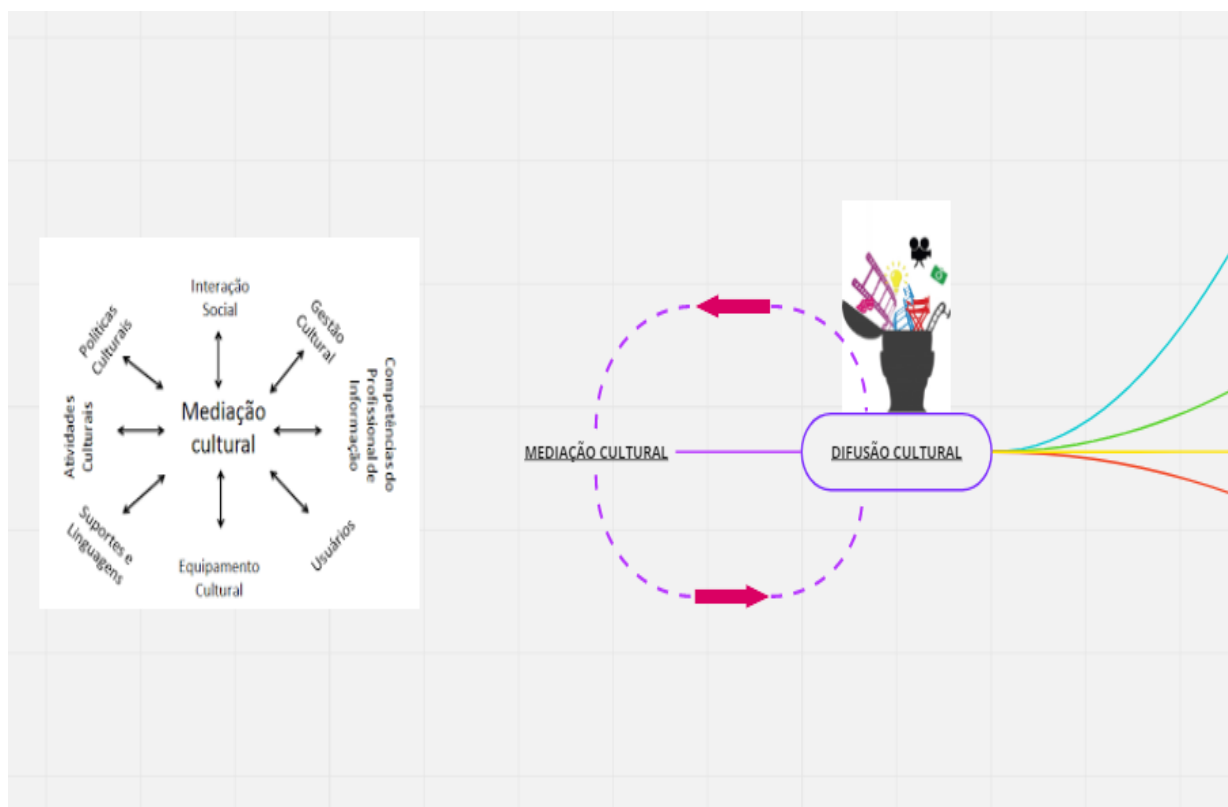
Tendo consciência da baixa visibilidade do Mapa Mental² na Figura 4, mas sendo necessário incluí-la para que o leitor tome ciência da esquematização geral, optamos por trazer imagens de cada parte do mapa, de modo individual, para melhor visibilidade, o que não afeta a compreensão, tendo em vista que o leitor pode constatar a sequência lógica da Figura 4, apresentada anteriormente.

Segue a sequência de figuras que ampliam a visibilidade e compreensão do mapa como um todo.

² Disponibilizamos o link de acesso do mapa, a fim de que se possam ver suas informações de modo mais claro.

https://miro.com/welcomeonboard/TjRoQ0EzaHVJdnFINzdXUURIR3hRUWRBNmx2Y21yY3JpV3hCMzdsOVJuYk5Yd3QwaFVjeVFtbWYyS1JmaG45anwzMDc0NDU3MzQ4NDM0ODE1MzE4?invite_link_id=837917982133

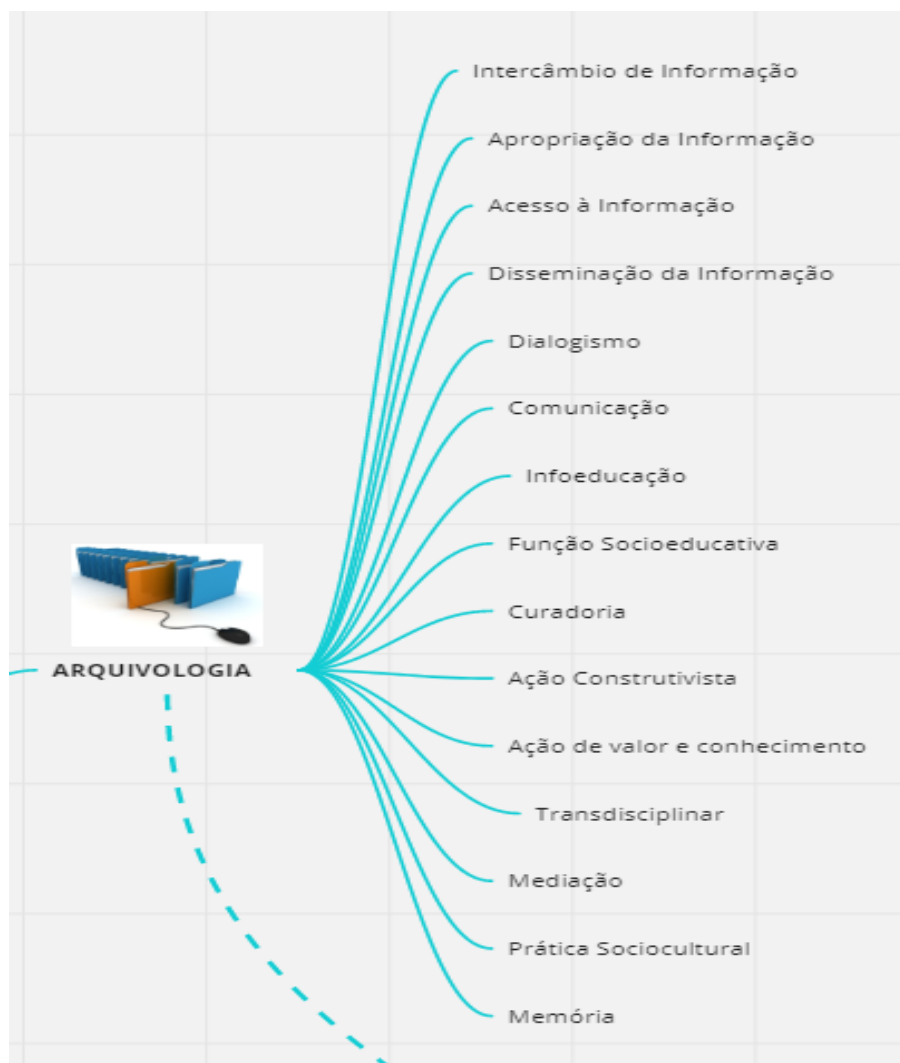
Figura 5 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Início do mapa)



Fonte: A Pesquisa.

O início do mapa busca demonstrar a aproximação da Difusão Cultural com a Mediação Cultural – o círculo contínuo demonstra que uma retroalimenta a outra, assim como uma abre espaço para a outra. Ainda que não estejamos falando sobre mediação, consideramos importante essa compreensão.

Figura 6 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Arquivologia)



Fonte: A Pesquisa.

A Figura 6 apresenta como a Arquivologia vê, aborda e considera a Difusão Cultural, tanto no seu aspecto conceitual como prático. Para compor o nosso Mapa, apresentamos quinze termos de ligação para a compreensão da DC na Arquivologia. Esses termos foram levantados a partir dos 63 estudos científicos selecionados na RSL. Notamos uma predominância do termo *Difusão Cultural* nos estudos que tratavam de Arquivos e Arquivologia, ocorrendo também a presença do termo *mediação*, mas em menor frequência.

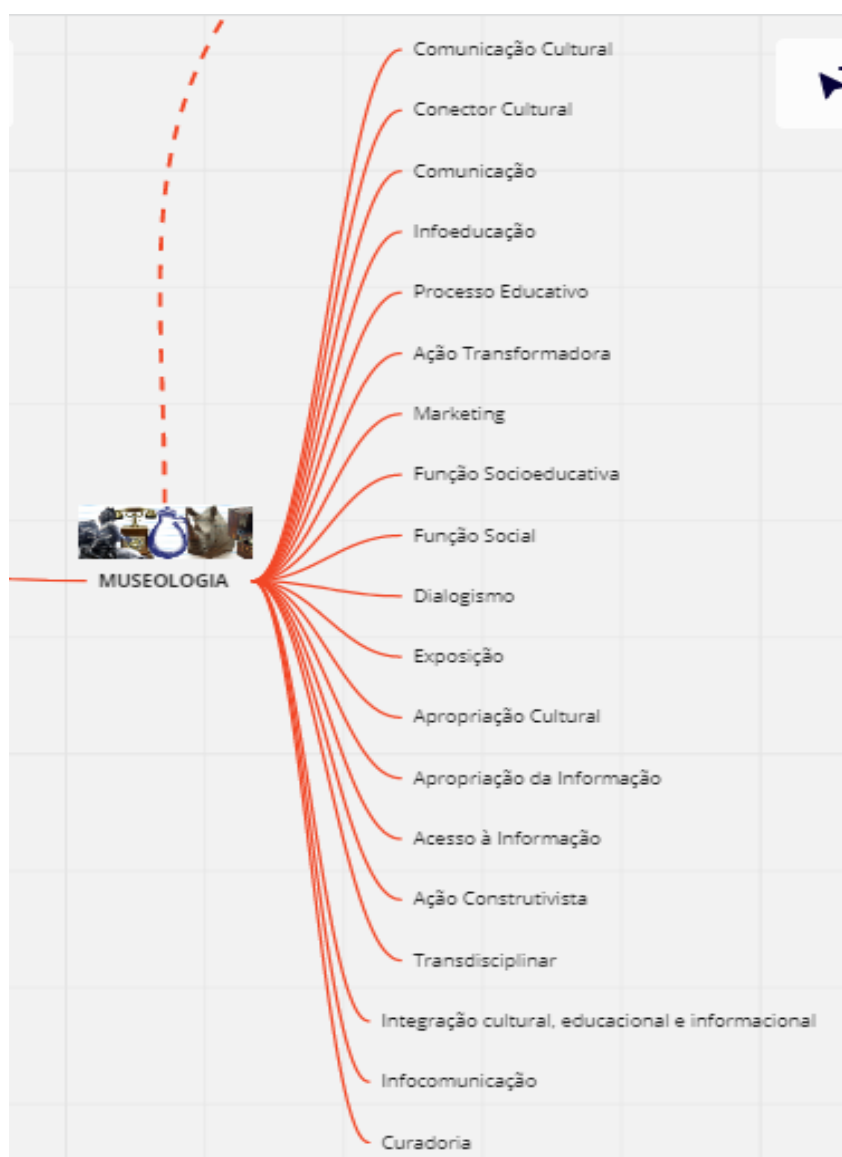
Figura 7 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Biblioteconomia)



Fonte: A Pesquisa.

A Figura 7 representa a Difusão Cultural na Biblioteconomia. Esta parte do mapa é composta por quinze termos levantados a partir dos 63 estudos selecionados na RSL. Vale salientar que esses termos levam em consideração a mediação, tendo em vista que, na Biblioteconomia, este último é o termo mais usado, mesmo quando se tratando de atividades práticas de DC.

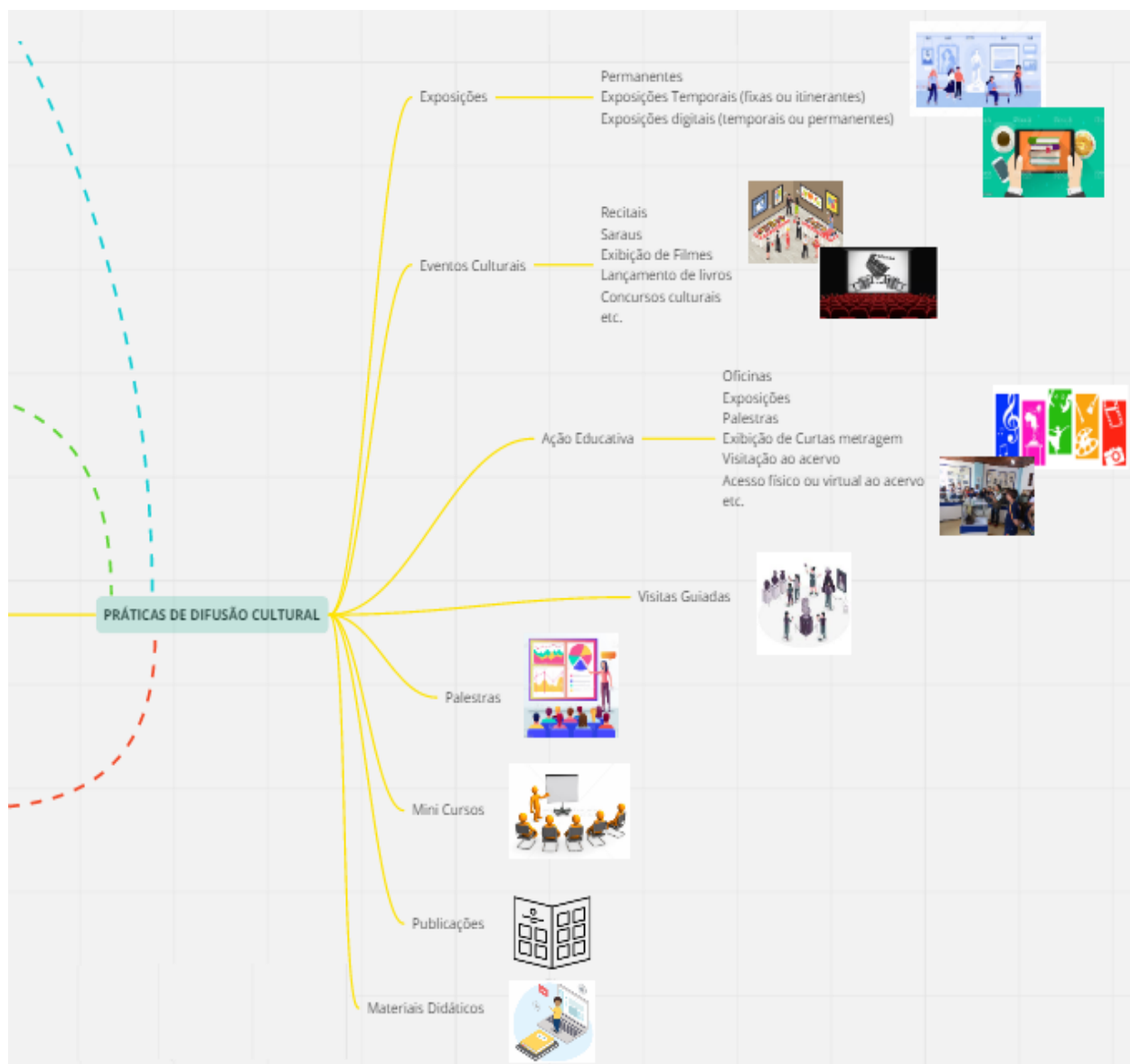
Figura 8 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Museologia)



Fonte: A Pesquisa.

A Figura 8, assim como as duas previamente postas, apresenta termos que nos levam à compreensão do que vem a ser a Difusão Cultural, no entanto esta traz a perspectiva da Museologia, a partir de dezenove termos, os quais, similarmente às duas áreas anteriores, identificamos a partir das 63 fontes científicas selecionadas na RSL. Assim como na Biblioteconomia, observamos uma maior predominância do termo *mediação* ao se falar sobre as práticas consideradas como DC. Desse modo, também consideramos os estudos que abordavam o termo *mediação* na construção do mapa, no que se refere à Museologia.

Figura 9 – Mapa mental construído a partir das fontes selecionadas para compreensão da Difusão Cultural (Práticas de Difusão Cultural)



Fonte: A Pesquisa.

A Figura 9 apresenta as práticas de Difusão Cultural disponíveis na literatura, já tratadas no Quadro 2 desta pesquisa, e os pontos de ligação da Arquivologia (azul), Biblioteconomia (verde) e Museologia (laranja) a essas atividades, tendo em vista que estas estão presentes nas três áreas.

5.4.1 Compreensões em torno da Difusão Cultural a partir do Mapa Mental

Após a leitura das obras selecionadas na RSL e construção do Mapa Mental, pudemos observar vários pontos de convergência entre a Arquivologia Biblioteconomia e Museologia no que diz respeito à Difusão Cultural. Desse modo, compreendemos a Difusão Cultural como ponto e meio de aproximação dos usuários frequentes e potenciais junto às Unidades de Informação. Indo além disto, trata-se, contudo, de um compromisso que o profissional da Informação deve ter com a UI e com a sociedade, tendo em vista ser uma ferramenta não apenas disseminadora mas formativa do sujeito social e das práticas informacionais.

A Difusão Cultural é vista não só como ferramenta da informação mas como ferramenta de apropriação dessa informação e promotora da construção do conhecimento. É possível observar isso em cada termo-chave do Mapa Mental, nas três áreas de conhecimento. Compreendemos que se trata, portanto, de uma ferramenta que pode e deve ser posta em prática a partir de atividades pensadas de modo amplo, com vistas a criar o momento e a situação ideal para divulgar a Unidade de Informação, atrair o usuário frequente e o potencial, possibilitar meios que façam a informação chegar ao usuário de modo objetivo, abrir o leque de possibilidades de ação e participação do usuário antes, durante e depois da atividade de Difusão Cultural e proporcionar momentos guiados e autodidáticos. Para tanto, é de mister importância a construção de um plano de atividade que venha a ser dialógico, prático, objetivo, didático e direcionado a um público amplo.

No que concerne às divergências, como já observado, citamos a presença do termo *Mediação Cultural* como referência às atividades observadas como prática de Difusão. Essa “divergência” ocorre, em sua maioria, nas áreas da Biblioteconomia e Museologia, onde o termo aparece com maior frequência. Observando a semelhança entre os conceitos e práticas, optamos por não enxergar isso como divergência, mas como uma espécie de dualidade, já que a essência é a mesma nos dois termos.

Não é objeto desta pesquisa buscar a definição de *Mediação*, que, como coloca Almeida Júnior (2008), ainda é um termo em construção na CI e áreas

correlatas. Anda assim, nos cabe a responsabilidade de citar esse termo de aproximação, devido à grande importância que representa quando o entendemos, junto ao termo Difusão Cultural, como caminho para disseminação da informação, construção do conhecimento e ação socioeducacional, de modo que ambos possuem práticas iguais e/ou similares e quando compreendidos juntos uma atividade abre espaço para outra no fazer do profissional da informação e no cumprimento do papel social da Unidades de Informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lado das práticas de gestão das Unidades de Informação encontram-se as práticas de Difusão Cultural. Muitas vezes considerada como atividade de segundo plano nas instituições, estas têm recebido maior atenção tanto com relação ao desenvolvimento das práticas como em relação à produção de pesquisas. Assim, é perceptível quanto as mudanças sociais refletem nas Unidades de Informação e nas suas práticas.

Boa parte desse olhar mais sensível para as práticas de Difusão Cultural se dá pelas modificações nas necessidades e processos informacionais do usuário. Assim, faz-se necessário pensar práticas que atendam aos seus anseios e incite a valorização das Unidades de Informação dentro da sociedade. Visto que seu papel social é disseminar a informação e promover acesso e uso desta, as Unidades de Informação sentem a necessidade da diversidade de práticas para o cumprimento de sua missão.

Muitas são as atividades de Difusão Cultural que podem ser desenvolvidas nas Unidades de Informação, utilizando-se das tecnologias disponíveis de modo interativo, ao mesmo tempo que se pode utilizar das práticas mais comuns, ou, podemos ainda chamar “analógicas”. O que se preza nessas práticas é a participação ativa dos profissionais da informação em todo o processo de elaboração e execução das atividades, devendo ter sempre o usuário como centro das atividades. É preciso ver esse usuário como parte do processo, afinal a Unidade de Informação existe para ele. Indo um pouco mais além, é através do usuário que se pode alcançar o sucesso nas etapas de pós-difusão que são responsáveis pela melhoria dos serviços da instituição.

Dito isto, enxergamos a Difusão Cultural como caminho para construção do conhecimento e formação do usuário, capaz de atuar com criticidade na sociedade contribuindo para as mudanças e avanços sociais. Vale salientar que, quando nos remetemos ao termo *formação*, não estamos deixando de ver as Unidades de Informação a partir de sua função orgânica, que vemos além, como espaços que atuam como organismos vivos que são, promovendo a apropriação da informação e da cultura, ao usuário.

Desse modo, tomamos para nós que o conceito de Difusão Cultural, no contexto das Unidades de Informação, está pautado da seguinte forma: Ferramenta de disseminação da informação a ser executada pelo profissional da informação através de atividades lúdico-educativas, estruturadas, dialógicas e assertivas, de acordo com o estudo de perfil do usuário, com vistas a alcançá-lo de modo positivo, agindo sobre ele na construção do conhecimento, na apropriação da informação e da cultura, contribuindo para a geração de mais informação e conhecimento e para o despertar social, para o sentimento de pertencimento e divulgação das UIs, bem como atentando para o seu papel e importância na sociedade.

Ainda como resultado, a pesquisa apresenta os dados a partir da execução da RSL, o que possibilitou a compreensão da Difusão Cultural nas áreas inerentes à CI. Esta pesquisa nos possibilitou ainda observar que, mesmo com o aumento de estudos desenvolvidos sobre DC, ainda são incipientes as investigações que versam sobre esta temática, o que nos leva a acreditar que poderá haver uma ampliação no número de pesquisas sobre o assunto, o que permitirá a atualização desta RSL. A Difusão Cultural está interligada a todos os processos de tratamento da informação e dos processos informacionais do usuário, logo merece maior atenção.

Utilizamos, neste estudo, como método, a Revisão Sistemática de Literatura, aplicável às pesquisas científicas, envolvendo o levantamento de dados, a seleção das fontes de pesquisa e a sistematização dos resultados de modo detalhado, a partir de um protocolo de pesquisa. Isso permitiu que a pesquisa fosse auditável e reproduzível, abrindo espaço para a atualização da revisão e estudos futuros. Para tanto, utilizamos a ferramenta tecnológica StArt, o que trouxe mais qualidade, agilidade e facilidade para o desenvolvimento da pesquisa.

Com o apoio da RSL, atingiu-se o objetivo aqui proposto, ampliando a compreensão sobre a temática Difusão Cultural. Cumpriu-se ainda a proposição de compreender as atividades de Difusão Cultural nas Unidades de Informação, a partir das pesquisas realizadas nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, bem como na Ciência da Informação.

Como possibilidade de trabalhos futuros, a pesquisa abre caminhos para a ampliação da RSL, o que consideramos necessário na área, visto a importância da Difusão Cultural como atividade inerente ao profissional da informação, que tem como público alvo o usuário, fazendo-se cumprir o papel social das Unidades de Informação. Além disso, com relação às questões epistêmicas, possibilitou-nos

perceber, com base nos resultados, a necessidade de compreender melhor a inter-relação entre Difusão Cultural e Mediação bem como o que as distingue, de um modo mais efetivo e claro, o que também nos amplia o leque de possibilidades para trabalhos futuros.

Diante do exposto, concluímos que os estudos sobre a Difusão Cultural não podem parar e devem se desenvolver conforme se modificam e se ampliam os processos informacionais do usuário. Concluímos, ainda, que a pesquisa se torna ponto de partida para outros estudos a serem desenvolvidos e ampliados. Assim, tendo seus objetivos alcançados, encerra-se na perspectiva de contribuir para Ciência da Informação e suas áreas correlatas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 31-38, 1987 Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_bf26644cf9_0018444.pdf Acesso em: 26 jul. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca Pública: avaliação de serviços**. Londrina, PR: Ed. Univ. Est. Maringá, 2003.

_____, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências da Informação (Enancib)**, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 8 jan. 2022.

AMARAL, S. A. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 40, mar. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13006>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**. v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92189>. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Briquet de Lemos, São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (Abrainfo), 2014.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.4, out./dez. 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2020.

BARRETO, A. **"Leia e Pense!"** Entrevista de Leonardo Melo com o Professor Aldo Barreto, Niterói, 2002, Online: <https://aldobarreto.wordpress.com/2012/01/08/leia-e-pense/>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística, objectos, princípios e rumos**. Associação de Arquivistas, São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLAYA PEREZ, C. **Marketing aplicado aos arquivos**. Universidade Federal de Santa Maria. Material didático. Curso de Especialização em Gestão em Arquivos, 2008.

BOORSTIN, D. The Librarian of Congress, at White House Conference on Library and Information Science, **Journal of information Science**, p. 111-113, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555158000200207> . Acesso em: 30 jun. 2021.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Trad. Dentzien P. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BUZAN, T. **Mapas mentais**. Trad. de Paulo Polzonoff Jr. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

_____. **Dominando a técnica dos mapas mentais: guia completo de aprendizado e o uso da mais poderosa ferramenta de desenvolvimento da mente humana**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Cultrix, 2019.

CÂNDIDO, M. M. D. Pensar a história dos museus em um mundo em transformação. **Arte Revista**, São Paulo, n. 2 jun/dez, 2013. Disponível em: <http://www.fpa.art.br/ojs/index.php/teste/article/view/35/23> Acesso em: 2. jun. 2021.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 5, 2003. Belo Horizonte: **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____; HJORLAND, B. trad. CARDOSO, A. M. P.; FERREIRA, M. G. A.; AZEVEDO, M. A. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33134>. Acesso em: 6 jun. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2006.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, M. X. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. **Revista CPC**, [S. l.], n. 3, p.

69-90, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15598>. Acesso em: 9 jul. 2021.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da ciência da informação. **Biblionline**, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15946>. Acesso em: 6 jun. 2021.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Trad. Paulo Neves e introdução de Denis Lerrer Rosenfield. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

DIAS, L. T. **Bibliotecas como livrarias? Repensando fronteiras entre instituições culturais na contemporaneidade**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-06092016-114945/pt-br.php>. Acesso em: 2 out. 2021.

DIAS, M. M. K. *et al.*. Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado no uso de fontes de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, 2004, vol. 2, n. 1. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/6457/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DONATO, H.; DONATO, M. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Acta Médica Portuguesa**, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/download/11923/5635>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação: (RE)definição de marcos interdisciplinares**. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, N.; SÁNCHEZ-RIVERO, M. Revisões sistemáticas da literatura: Uma súmula para as ciências sociais. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, 35, 73-82, 2019. Portugal. Disponível em: <https://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/190>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FREIRE, I. M.; ARAUJO, V. M. R. H. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, v. 11, n. 1, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23111>. Acesso em: 4 abr. 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **Logeion: Filosofia da**

Informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, pp. 151-163, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2264>. Acesso em: 2 ago. 2021.

GOMES I. S.; CAMINHA I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**. v. 20, n. 1, jan./mar. 2014. P. 395-411. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/%20Movimento/article/view/41542>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GOMES, S. H.; BORTOLIN, S. Ambientes de informação e o pertencimento. In: Seminário em Ciência da Informação (SECIN), 7., 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/se-cin2017/secin2107/paper/viewFile/439/272>. Acesso em: 22 mai. 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HENRIQUES, R. M. N. **Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa**. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2004.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/235287518_Documents_memory_institutions_and_information_science Acesso em: 28. mai. 2021.

_____, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422- 462, 2002. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 3 mar. 2021.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009.

<https://brazil.cochrane.org/>

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. p. 9-17.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em Extensão**, v. 7, n. 1, 5 nov. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390>. Acesso em: 22 jul. 2021.

JARDIM, J. M. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/apontamentos-sobre-a-historia-do-museu>. Acesso em: 15. jun. 2021.

KURY, L. B.; CAMENIETZKI, C. Z. Ordem e natureza. Coleções e Cultura Científica na Europa Moderna. **Anais...** Rio de Janeiro, v. 29, p. 56- 85. 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343140596_Ordem_e_Natureza_Colecoes_e_Cultura_Cientifica_na_Europa_Moderna. Acesso em: 29 mai. 2021.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEFFA, V. J. Interpretar não é compreender: um estudo preliminar sobre a interpretação de texto. *In*: LEFFA, V. J.; ERNST, A. (Org.). **Linguagens**: metodologia de ensino e pesquisa. Pelotas: Educat, 2012, p. 253-269. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/interpretar_compreender.pdf. Acesso em: 7 jan. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. LEITÃO, Bernardo. *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LESSA, B.; GOMES, H. F. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/23076>. Acesso em: 2 ago. 2021.

LIMA, C. B. **O bibliotecário como mediador cultural: concepções e desafios à sua formação**. 2016. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/pt-br.php>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161 – 180, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319/20518>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LINARES, Radamés. **Ciencia de la información: su historia y epistemologia**. Bogotá, D.C: Rojas. Eberhard Editores Ltda., 2005.

LOPES A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metasíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Out-Dez; 17(4): 771-778. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/20.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MARCHIORI, P. Z. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n.2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651997000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 26 mai. 2021.

MARQUES, A. M. M. **Utilização Pedagógica de Mapas Mentais e de Mapas Conceptuais**. Dissertação (Mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem). Universidade Aberta, 2008. Disponível em1; <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1259>. Acesso: 5 jan. 2022.

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MEDEIROS, A. L. As bibliotecas na Antiguidade. **Memória e Informação**, v. 3, n. 2, p. 69-85, 18 dez. 2019.

MEMÓRIA, F. A. N. A origem histórica dos Museus. **Faculdade Cearense em Revista**, Fortaleza, CE, v. 01, 5. ed, 2019. Disponível em: <http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/images/revistas/2021/Vol152019.pdf#page=51>. Acesso em: 18. jun. 2021.

MENEZES, P. L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.6, n. 3, p. 47-71, dez 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3010/Menezes_Priscila_Lopes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 jun. 2021.

MENEZES, U. Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. *In*: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 182-190.

_____. O museu e o problema do conhecimento. IV Seminário sobre museus-casas: pesquisa e documentação. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 17-39. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508378/mod_resource/content/1/MENESES_A_pesquisa_no_museu.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MORANDI, M. I. W. M.; CAMARGO, L. F. R. Revisão sistemática da literatura. *In*: DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR, J. A. V. (Org) **Design science research**: método e pesquisa para avanço da ciência e da tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

MORIGI, V. J.; SOUTO L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ABC**, v. 10, n. 2, p189-206, jan. 2006. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 2 jun. 2021.

NASCIMENTO, L. L.; PINTO, V. B.; VALE, H. C. P. O livro, a biblioteca e leitura: conhecer o passado para entender a revolução tecnológica. *In*: XXV Congresso brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, 2013. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1423/1424>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NISHI, L. **Utilização de Mapas Mentais para Registro de Requisitos**. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra - Ciências da Computação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/526>. Acesso em: 28 dez. 2021.

ODDONE, N. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 8, n. 1, p. 1-11, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000007651/72932037aa65d043f126a32210e36ddc>. Acesso em: 20 jul. 2021.

OKOLI, C. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de DUARTE, D. W. A. Revisão técnica e introdução de João Mattar. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 01-40, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/286131326.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEREIRA, R. A. **Educação patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional**. 2016. 58p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences: A practical guide**. Oxford: Blackwell, 2006.

PORTELLA, V. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. 2012. 127 p. Dissertação (Mestrado Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul, 2012.

PORTO, D. M. **História e evolução do Arquivo: A exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013. 84 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais). Universidade da Beira Interior – Programa de Pós Graduação em Ciências Documentais. Covilhã, 2013.

POULOT, D. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, 2011. p. 471-480. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000200004>. Acesso em: 15 jun. 2021.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação*, 16(31), 131-156, 2011. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p131>. Acesso em 03 jun. 2021.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RASSE, P. La médiation, entre idéal theorique et application pratique. **Recherche en Communication**, v. 13, s/n., p. 61-75, 2000. Disponível em: https://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000230/document . Acesso em: 08 jan. 2022.

RIERA, R.; ABREU, M. M.; CICONELLI, R. M. Revisões Sistemáticas e Meta-análises na Reumatologia. **Revista Brasileira de Reumatologia**. São Paulo, vol. 46, p. 8-11, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbr/v46s1/a03v46s1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283079582_Difusao_em_arquivos_uma_funcao_arquivistica_informacional_e_comunicacional_Diffusion_of_archives_an_archival_informational_and_communicational_function. Acesso em: 22 jul. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 20, n. 2, pág. v-vi, junho de 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROUSSEAU, JY; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SALES, Valdick. **Start** - Revisão Sistemática de Literatura - Palestra no Zoom - Vídeo 1. You Tube. 24. jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UOkXmV206xg>. Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. **Start** - Revisão Sistemática de Literatura - Palestra no Zoom - Vídeo 2. You Tube. 24. jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VEkqomg0auY&t=0s>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n.1, p.83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/689>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 12. reimpr. da 16. ed. de 1996. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, L. V. **Avaliação pós ocupação da habitação de interesse social no Brasil: uma revisão sistemática de literatura**. 2015. 126p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará – Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Belém, 2015.

SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Mediação e difusão em arquivos inter-relações teóricas. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52744/1/2020_art_jasantosnetosbortolin.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. SOARES, N. T. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEEMANN, J. Mapas e Percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **OLAM: Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, n. 1, v. 3, p. 200-223, 2003.

SIDDAWAY, A P, WOOD, A. M., HEDGES, L. V. How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. **Annu Rev Psychol**. 2019 Jan 4;70:747-770. Disponível em: 10.1146 / annurev-psych-010418-102803. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, H R K; BARBOSA, A. C. O. A Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no arquivo público do estado de São Paulo. **Acervo** -

Revista do Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44894>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SOUSA JUNIOR, J. P. Uma análise do papel educativo dos museus afrobrasileiros como lugares da memória, inclusão e conhecimento histórico. I CINTEDI - Congresso Internacional de Educação e Inclusão. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/9289>. Acesso em: 2. jun. 2021.

SUANO, M. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de políticas culturais**: Cultura e imaginário. 3 ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf. Acesso em: 8 jan. 2022.

VALENTE, M. E.; CAZELLI, S.; ALVES, F. Museus, ciência e educação: novos desafios. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 12, suplemento, p.183-203, 2005. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=225&sid=28>. Acesso em: 01 ago. 2021.

VON SIMSON, O. R. M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac&Naif, 2010.

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

1 – OBJETIVO

Este Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (PRSL) apresenta a estrutura metodológica para a execução da etapa de revisão da literatura sobre o conceito e aplicação da Difusão Cultural nas Unidades de Informação, a partir da produção científica brasileira.

1.1 – Equipe

Quadro 1 - Equipe responsável

Nome	Papel	Afiliação
Fábio Assis Pinho	Orientador	UFPE/ PPGCI
Isadora Rolim da Silva	Aluna (Mestranda)	UFPE/ PPGCI

Fonte: A pesquisa.

2 - PERGUNTA DE PESQUISA

Como as pesquisas brasileiras apontam o conceito da Difusão Cultural nas Unidades de Informação?

3 - ESTRATÉGIA DE BUSCA

3.1 – Bases de Dados

3.1.1 - Métodos de pesquisa de fontes

As fontes deverão estar disponíveis via web. Algumas bases poderão ser incluídas de acordo com os resultados encontrados no controle.

Este processo será realizado por meio de buscas formadas por palavras-chave. Os trabalhos serão encontrados a partir de pesquisas realizadas em portais de busca de artigos, teses e dissertações.

Durante o procedimento de recuperação das informações, serão consideradas as *strings* encontradas preferencialmente em Títulos, Resumos e Palavras-chave de cada base de dados.

As pesquisas recuperadas serão analisadas a partir do título, resumo e palavras-chave.

Verificando-se a relevância do trabalho, ele será selecionado para leitura em sua totalidade. Em seguida, serão aceitos ou rejeitados.

Haverá critérios de (I) Inclusão e (E) Exclusão para cada trabalho analisado.

Será utilizado o software StAart do Laboratório em Engenharia de Software (LaPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3.1.2 – Bases a serem pesquisadas.

As seguintes bases de dados são utilizadas nesta RSL.

- Scielo - <https://scielo.org/>
- Web of Science - <https://www-webofscience.ez16.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/basic-search>
- IBICT – <https://www.ibict.br/>
- BDTD - <https://bdtb.ibict.br/vufind/>
- BRAPCI - <https://brapci.inf.br/>

3.2 - Termos de Busca

Os termos de busca são definidos através da questão de Pesquisa.

- Como as pesquisas brasileiras apontam o conceito e a aplicação da Difusão Cultural nas Unidades de Informação?

Variável 1: Difusão Cultural

Variável 2: Difusão Cultural em Unidades de Informação (Arquivo, Biblioteca e Museu).

As variáveis estabelecidas a partir da questão de pesquisa geram os seguintes termos de busca/palavras chave/descriptores:

Quadro 2 - Termos de busca/ palavras chave/ descritores

Termos de busca/ palavras chave/ descritores	Termos de busca/ palavras chave/ descritores por aproximação
Difusão Cultural	Mediação Cultural Difusão da Informação Disseminação da Informação Práticas de difusão cultural
Difusão Cultural em Arquivo	Difusão Cultural em Arquivologia Mediação Cultural em Arquivo Difusão da Informação em Arquivo Disseminação da Informação em Arquivo Práticas de difusão cultural em Arquivo
Difusão Cultural em Biblioteca	Difusão Cultural em Biblioteconomia Mediação Cultural em Biblioteca Difusão da Informação em Biblioteca Disseminação da Informação em Biblioteca Práticas de difusão cultural em Biblioteca
Difusão Cultural em Museu	Difusão Cultural em Museologia Mediação Cultural em Museu Difusão da Informação em Museu Disseminação da Informação em Museu Práticas de difusão cultural em Museu
Difusão Cultural em Unidades de Informação	Difusão Cultural em Ciência da Informação Mediação Cultural em Unidades de Informação Difusão da Informação em Unidades de Informação Disseminação da Informação em Unidades de Informação Práticas de difusão cultural em Unidades de Informação

Fonte: A pesquisa.

Para construção de *strings*, temos os seguintes termos: “difusão cultural”, “mediação cultural”, “difusão da informação”, “disseminação da informação”, “práticas de difusão cultural”, informação, arquivo, biblioteca, museu, “unidades de informação”, arquivologia, biblioteconomia, ciência da informação, museologia. As *strings* serão construídas levando em consideração os termos supra e os termos por aproximação.

3.2.1 - Quais Idiomas?

Português.

3.4 - Strings de Busca

Strings genéricas de busca:

Quadro 3 - String Genérica de Busca

String 1: “difusão cultural”
String 2: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND arquivo
String 3: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND biblioteca
String 4: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND museu
String 5: “difusão cultural” OR “mediação cultural” AND “unidades de informação”
String 6: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND arquivo
String 7: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND biblioteca
String 8: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND museu
String 9: “difusão cultural” OR “difusão da informação” AND “unidades de informação”
String 10: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND arquivo
String 11: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND biblioteca
String 12: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND museu
String 13: “difusão cultural” OR “disseminação da informação” AND “unidades de informação”
String 14: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND arquivo
String 15: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND biblioteca
String 16: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND museu
String 17: “difusão cultural” OR “práticas de difusão” AND “unidades de informação”
String 18: difusão AND arquivo
String 19: difusão AND biblioteca
String 20: difusão AND museu
String 21: “difusão cultural” AND arquivo
String 22: “difusão cultural” AND biblioteca
String 23: “difusão cultural” AND museu
String 24: “difusão cultural” AND arquivologia
String 25: “difusão cultural” AND biblioteconomia
String 26: “difusão cultural” AND museologia
String 27: “difusão cultural em arquivos”
String 28: “difusão cultural em bibliotecas”
String 29: “difusão cultural em museus”
String 30: “difusão cultural na ciência da informação”
String 31: “difusão cultural na ciência da informação”

Fonte: A pesquisa.

4 – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

4.1 – Critérios de inclusão

Os Critérios de Inclusão dos estudos recuperados são apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 - Critérios de Inclusão

Critério	Descrição do Critério de Inclusão
CI1	Trabalhos que possuam acesso público e gratuito.
CI2	Trabalhos que se configurem como Tese, Dissertação ou Artigo.
CI3	Trabalhos que possuam similaridade com a temática: Difusão Cultural em Unidades de Informação.
CI4	Trabalhos nas áreas da Arquivologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Museologia;
CI5	Trabalhos publicados e disponíveis integralmente nas bases científicas buscadas.
CI6	Trabalhos que tenham sido produzidos entre os anos 2000 a 2021.

Fonte: A Pesquisa.

4.2 - Critérios de Exclusão

Os Critérios de Exclusão dos estudos recuperados são apresentados no Quadro 8:

Quadro 5 - Critérios de Inclusão

Critério	Descrição do Critério de Exclusão
CE1	Trabalhos que não possuam acesso livre e gratuito.
CE2	Trabalhos que se configurem como monografias, livros, capítulos de livros e relatórios, entre outro que não sejam artigos de periódicos, dissertações e teses.
CE3	Trabalhos que não apresentem similaridade com a temática: Difusão Cultural em Unidades de Informação.
CE4	Trabalhos que não estejam em Língua Portuguesa.
CE5	Trabalhos que não apresentarem resumo/abstract e palavras-chave.
CE6	Trabalhos não pertencentes às áreas de CI, Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia.

Fonte: A Pesquisa.

5 – AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS DADOS

Após a localização dos estudos, segue-se a avaliação de cada um dos trabalhos selecionados, aplicando-lhes os critérios de inclusão, exclusão e de qualidade. Em seguida, seleciona-se os estudos que irão compor a RSL para leitura completa. Registra-se o número de estudos identificados, o número de estudos selecionados e o número de estudos não selecionados.

5.1 - Critérios de Qualidade

Os Critérios de Qualidade dos estudos recuperados são apresentados no quadro 6:

Quadro 6 - Critérios de Qualidade

Critério	Descrição do Critério de Qualidade
CQ1	O artigo foi escrito com coerência e coesão textual?
CQ2	Os métodos ou técnicas foram reportados de forma objetiva?
CQ3	É um estudo desenvolvido dentro das áreas da Arquivologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Museologia?
CQ4	Aborda claramente a Difusão Cultural em seu aspecto conceitual?
CQ5	Caso existam aplicações práticas, elas foram descritas?

Fonte: A Pesquisa.

5.2 - Campos do formulário de qualidade

Quadro 7 - Campos de formulário de qualidade

Campo	Lista para escolha
O artigo foi escrito coerência textual?	Sim, Não
O artigo foi escrito com coesão textual?	Sim, Não
Os métodos ou técnicas foram reportados de forma objetiva?	Sim, Não
É um estudo desenvolvido dentro das áreas da Arquivologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Museologia?	Sim, Não
Aborda claramente a Difusão Cultural em seu aspecto conceitual?	Sim, Não
Caso existam aplicações práticas, elas foram descritas?	Sim, Não

Fonte: A Pesquisa.

6 – EXTRAÇÃO DOS DADOS

Uma vez selecionados os estudos primários, dar-se-á início à extração de informações relevantes. O pesquisador realiza a leitura completa dos estudos selecionados e extrai os dados que caracterizam os estudos. A extração de dados ocorre de modo sistemático, das informações consideradas importantes no sentido do alinhamento à questão de pesquisa para o desenvolvimento da síntese, com base nos itens a seguir:

Quadro 8 - Itens para extração de dados

Item	Critério de extração
Título	Transcrição do título, na íntegra.
Ano	Ano de publicação.
Autor(es)	Transcrição do(s) nome(s) do(s) autor(es), na íntegra.
Área de conhecimento	A área em que se insere a publicação.
Configuração do estudo	Identificação do estudo como tese, dissertação ou artigo.
Periódico de publicação	Indicação e localização do periódico.
Endereço eletrônico do estudo	Indicação do endereço eletrônico para localizar o estudo, na íntegra.
Usos	Categorização das pesquisas de acordo com as categorias: Conceitual, Usos da Difusão Cultural e Aspectos Epistêmicos.
Conceitos que envolvem a difusão cultural trabalhados de forma individual	Transcrição dos conceitos que envolvem a difusão cultural de modo individual, definindo sua ligação com a temática.
Execução da Difusão Cultural	Apontamento, quando o estudo trouxer práticas, planos ou modelos de atividades de difusão cultural.
Procedimento metodológico	Métodos utilizados para o desenvolvimento do estudo.
Tabela, quadros e/ou figuras	Indicação de tabelas, quadros e/ou figuras que versem sobre o conceito de difusão cultural e/ou sua aplicação nas Unidades de Informação, quando for o caso.

Fonte: A Pesquisa

7 – SÍNTESE E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Finalizada a extração dos dados, desenvolve-se a análise e interpretação mais aprofundada dos estudos e dos dados, apresenta-se a quantidade de estudos utilizados para realização da RSL. Dá-se início à redação da síntese, apresentando os resultados, métodos e técnicas adotadas para o desenvolvimento da RSL bem como conexões e divergências sobre Difusão Cultural nas áreas profissionais que compõem as Unidades de Informação, através dos estudos selecionados com o uso de mapas mentais. Essa parte irá compor uma ou mais seções da pesquisa.

Obs. Este protocolo de pesquisa foi desenvolvido a partir de Sales (2020).